



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Impactos e Determinantes do Investimento Directo Estrangeiro em Angola

Autor: Samuel Filipe Gonçalves

Orientador: Professor Doutor José Manuel Martins Caetano

Co-Orientadora: Professora Doutora Elsa Cristina Neves Januário Vaz

Évora

Março, 2012

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ESTUDOS EUROPEUS

Impactos e Determinantes do Investimento Directo Estrangeiro em Angola

Autor: **Samuel Filipe Gonçalves**

Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da **Universidade de Évora**, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Relações Internacionais e Estudos Europeus**, sob orientação do **Professor Doutor José Manuel Martins Caetano** e a **Professora Doutora Elsa Cristina Neves Januário Vaz**.

Dedico

a minha filha

Ayana Cristina Talaia Gonçalves
como recomendação futura...

AGRADECIMENTOS

Á *Deus*, Senhor de todas as coisas, princípio e fim de tudo, que durante esses dois anos foi o fiel companheiro concedendo a saúde e a força necessária para prosseguir, muito obrigado pela companhia.

Agradeço de forma calorosa os meus orientadores **Professor Doutor José Manuel Martins Caetano** e **Professora Doutora Elsa Cristina Neves Januário Vaz** pela dedicação que ambos tiveram na consecução de algo tão importante, não apenas eu, mais toda uma pátria lhes agradece.

Reconheço de maneira especial a colega **Júlia Massoxi da Costa Talaia**, em quem pude encontrar o temperamento e o carinho necessário para a vida.

A toda minha família, especialmente, as manas **Lurdes Gonçalves** e **Emília Gonçalves** pela força recôndita em mim direccionada.

Aos meus amigos **Walter Guange Bumbo Quifica** e **Akinde Texe Miguel Kanda** pela amizade e pelos efusivos alertas da necessidade de estudarmos cada vez mais.

RESUMO

Esta dissertação propõe-se a analisar os impactos e os determinantes do investimento directo estrangeiro (IDE) na República de Angola entre os anos 2000 a 2006. O IDE possui uma importância fundamental nos países em via de desenvolvimento (PVDs), em particular; é tido como uma medida eficaz e eficiente na solução dos constrangimentos financeiros e de capacidades enfrentados pelos países dos PVDs, particularmente Angola.

O objectivo desse estudo é investigar e caracterizar o contexto histórico dos investimentos directo estrangeiro em Angola. Em seguida, identificar quais os factores que contribuem para a atração e quais os impactos do mesmo.

Através dos ganhos que advém das transferências de capitais e tecnologias, acesso a mercados internacionais, ganhos em moedas externas, efeitos no emprego, crescimento e aumento da capacidade de poupança interna o IDE impulsiona ainda o processo de desenvolvimento económico, contudo, existem várias escolas de pensamento económico, nomeadamente a visão neoclássica, marxista e estruturalista que possuem posições antagónicas relativamente ao IDE.

O presente trabalho tem a pretensão de servir como base de partida para futuras pesquisas sobre o assunto aqui analisando de forma a produzir novas conclusões para uma perfeita compreensão do fenómeno dos investimentos directos estrangeiros em Angola, portanto, não é nosso objectivo esgotar o assunto do tema proposto.

As principais conclusões da nossa pesquisa prendem-se na relevância do IDE que durante o período em análise (2000-2006) esteve confinado ao processo de reconstrução nacional.

O investimento directo estrangeiro se tem mostrado pouco sensível as medidas tradicionais de incentivos em Angola, por via disso, o pacote de incentivo tem revelando-se ineficaz para aquelas zonas definidas pelo governo angolano daí a sua concentração na capital (Luanda).

E por fim, embora o IDE tenha aumentado significativamente o volume das exportações, o impacto no crescimento e na balança de pagamentos é limitado, face a livre possibilidade de repatriamento dos lucros e alto grau de concentração e especialização, o que limita o escopo de substituição de importações e aumenta a volatilidade dos ganhos de exportações.

Palavras-chave: *Angola, Crescimento Económico, Desenvolvimento Económico, Investimento Directo Estrangeiro (IDE).*

Impact and Determinants of Foreign Direct Investment in Angola

Abstract

This thesis proposes to analyze the impacts and the determinants of foreign direct investment (FDI) in Angola during the years 2000 to 2006. (FDI) has a fundamental importance in the developing countries (DVC) in particular, is regarded as an effective and efficient in solving the financial constraints and capabilities of DVC faced by countries, particularly Angola.

The aim of this study is to investigate and characterize the historical context of foreign direct investment in Angola. Then identify which factors contribute to the attraction and the impacts thereof.

Through the gains that comes from transfers of capital and TECHNOLOGICAL, access to international markets, gains in external currencies, impact on employment, growth and increase domestic savings capacity FDI drives even the process of economic development, however, hesitate to various schools economic thought, including neoclassical, Marxist and structuralist positions that have ant agonic respect to FDI.

This work is still claiming to serve as a source of research for future research on the subject here looking for ways that new findings emerge for a full understanding of the phenomenon of foreign direct investment in Angola, so it is not our aim to exhaust the subject of proposed topic.

FDI has proved to be less sensitive traditional measures of incentives in Angola, hence, the stimulus package has proven to be ineffective in those areas defined by the Angolan government and hence their concentration in the capital (Luanda).

From 2000 to 2006 FDI is concentrated in the national reconstruction process with key sectors such as the "construction" related to property management which in turn covers only a small fraction of families with financial power in Angola, creating a weak link with society in general and there is no evidence that the IDE is generating domestic investment.

Although significantly increased the volume of exports, the impact on growth and balance of payments is limited, given the possibility of free repatriation of profits and high degree of concentration and specialization, which limits the scope for import substitution and increased volatility earnings from exports.

Keywords: *Angola, Economic Growth, Economic Development, Foreign Direct Investment.*

ÍNDICE

Dedicatória.....	iii
Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract.....	vi
Índice.....	vii
Siglas e Abreviaturas.....	ix
Lista de Quadros.....	x
Lista de Figuras.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1

PARTE I – INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

CAPÍTULO I – CONCEITO E ANÁLISE TEÓRICA DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO.....	4
1. Teorias de investimento, determinantes e os seus impactos.....	4
1.1 Teorias sobre os Determinantes do IDE.....	6
1.2 Teorias da Organização Industrial.....	7
1.3 Teorias do Ciclo do Produto.....	8
1.4 Teorias da Internalização.....	9
2. Determinantes do Investimento Directo Estrangeiro.....	10
3. Impacto do IDE no Crescimento Económico do País Receptor.....	12
3.1. Aumento do Stock de Capital.....	12
3.2. A Promoção do Emprego.....	13
3.3. A Transferência de Tecnologia.....	14
3.4.O Desenvolvimento do Capital Humano.....	14
3.5.Aumento das Exportações Líquidas e Melhor Acesso aos Mercados Internacionais.....	15
3.6. Aumento das Receitas Públicas.....	15
3.7. Desenvolvimento de Infra-estruturas.....	16
3.8. Aumento da Concorrência.....	16
CAPÍTULOII – INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO NO CONTEXTO MUNDIAL.....	19
1.1 Análise dos Fluxos de Investimentos Globais.....	19
1.2 Breve Enquadramento do IDE em África.....	22

PARTE II – O CASO DE ANGOLA

CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA.....	26
1.Localização Geográfica de Angola.....	26
1.1 Retrospectiva da Situação Económica e Social Angolana.....	28
CAPÍTULO II – ANÁLISE DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO NO CONTEXTO PÓS-GUERRA CIVIL.....	32
1. O Desempenho do IDE durante o Pós-guerra.....	32
2. Análise do IDE no Sector não Petrolífero.....	46
CAPÍTULO III – DETERMINANTES E IMPACTOS DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA.....	64
1. Análises Comparativa dos Determinantes do IDE em Angola e Nigéria.....	64
2. Determinantes do IDE em Angola.....	68
4. Os Impactos Directos do IDE na Economia Angolana.....	76
CONCLUSÕES.....	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
ANEXOS.....	94

SIGLAS E ABREVIATURAS

AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
ANIP	Agência Nacional para o Investimento Privado
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNA	Banco Nacional de Angola
CEIC	Centro de Estudo e Investigação Científica
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
EIU	Economist Intelligence Unit
EMN's	Empresas Multinacionais
FAA	Forças Armadas Angolanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GATs	Acordo Geral sobre Comércio de Serviços
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
MINFIN	Ministério das Finanças de Angola
MPLA	Movimento Popular para a Libertação de Angola
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PVDs	Países em Vias de Desenvolvimento
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
TRIMs	Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio
TRIPs	Acordo Sobre o Comércio e do Direito de Propriedade Intelectual
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UCAN	Universidade Católica de Angola
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
US\$	Moeda dos Estados Unidos da América-Dólar
UEM	Unidades Económicas Mistas
WTO	World Trade Organization

Lista de Quadros

Quadro.1: Tipo de IDE e seus Determinantes.....	11
Quadro.2: O IDE e o aumento da concorrência – principais argumentos.....	17
Quadro.3: O IDE e a transferência de novas tecnologias e know-how – principais argumentos.....	18
Quadro 4: O IDE e a formação da força de trabalho – principais argumentos.....	18
Quadro.5: Fluxos de Entrada e Saída IDE (2000-2009).....	21
Quadro.6: BIT´s 1 de Janeiro 2002 – Angola.....	36
Quadro.7: Zonas de Desenvolvimento Elegíveis Definidas pelo Governo Angolano.....	40
Quadro.8: Assimetrias Regionais em Angola.....	41
Quadro.9: Investimentos Aprovado em milhões.....	50
Quadro.10: Distribuição do Investimentos a nível Sectorial em Angola.....	52
Quadro.11: Número de Propostas Aprovadas por País de Origem (2000 - 2006).....	60
Quadro.12: Potenciais Empresas para o Mercado Angolano – 2010.....	61
Quadro.13: Onde é mais fácil abrir uma empresa – e onde não?.....	63
Quadro.14: Teste de Estacionariedade para às Variáveis.....	66
Quadro.15: Resultado do Exercício de Regressão: Variável dependente:LFNDI.....	66
Quadro.16: Ambiente de Negócios em Angola, 2009-2010.....	69
Quadro.17: Motivos de Estabelecer-se em Angola.....	71
Quadro.18: Evolução do IDE em Angola 2000 a 2006.....	74
Quadro.19: Peso Relativo por país por sector para o período 2000-06 em Angola.....	74

Lista de Figuras

Figura.1: IDE Mundial, mil milhões de USD, 2000-2007.....	20
Figura.2: Evolução do IDE em África.....	23
Figura.3: Mapa de Angola.....	27
Figura.4: Dinâmicas das Variáveis Económicas de Angola.....	30
Figura.5: Evolução do IDE em Angola 1990-2009.....	33
Figura.6: Índice Geral de Concentração Sectorial em Luanda.....	42
Figura.7: Receitas fiscais petrolíferas (2002-2008).....	44
Figura.8: Projecto Angola LNG (Participação por Empresas em %).....	45
Figura.9: Evolução do PIB Petrolífero e não Petrolífero.....	47
Figura.10: Evolução do Sector não Petrolífero.....	48
Figura.11: Projecto Mineiro Luarica.....	53
Figura.12: Sociedade Mineira do Lucapa.....	54
Figura.13: Sociedade Mineira da Catoca, Lda.....	55
Figura.14: Evolução Mensal–Preço do Petróleo em USD (2008).....	56
Figura.15: Repartição Percentual do IDE por País em Angola.....	57
Figura.16: Comércio Externo em Angola (2002-2006).....	79
Figura.17: Taxas de Desemprego Nacional.....	80

INTRODUÇÃO

A maior parte dos países no mundo, particularmente, aqueles em vias de desenvolvimento têm realizado esforços no sentido de atraírem para as suas economias o investimento directo estrangeiro (IDE). O processo de desenvolvimento económico dos Estados no longo prazo está cada vez mais condicionado a habilidades humanas, das empresas e das instituições no intuito de gerar sinergias positivas com o resto do mundo. Dentro desta perspectiva, atrair investimentos estrangeiros é uma actividade constante nos programas de governos dos países, tanto em nações desenvolvidas como naqueles cujo desenvolvimento ainda não é visível.

Todavia, tal processo de criação de sinergias positivas através de IDE é questionável. Algumas evidências apontam para o facto de que as grandes corporações multinacionais (EMN's) além de gerarem impactos positivos em diversas instâncias, trazem também alguns efeitos destrutivos nas economias locais, sobretudo quando atraídas por incentivos e subsídios.

A importância dos países em desenvolvimento na atracção de IDE vem oscilando nos últimos 25 anos, passando de 15% em 1980 para 46% em 1982, situando-se pouco acima de 20%, entre 2000 e 2003, (Nonnenberg e Mendonça, 2004). É interessante observar que as motivações para esses movimentos internacionais de capital ainda são substancialmente diferentes daquelas relacionadas aos fluxos de IDE em direcção aos países desenvolvidos. O estudo desses fluxos de investimento é extremamente complexo e obedece a uma grande variedade de factores, ligados ao ambiente competitivo em que as empresas operam, às suas características e aos factores económicos dos países de origem e dos hospedeiros.

O estudo da literatura sobre o IDE, e especialmente as EMN's, revela que há diversos factores que determinam por que as empresas localizadas num país resolvem fazer investimentos no exterior e por que esses investimentos são realizados em determinado país e não noutra. Contudo, esse estudo sobre os determinantes e impactos do IDE sugere que o contexto histórico é extremamente importante e deve ser avaliado adequadamente.

Analisar os efeitos gerados por essas EMN's dentro dos espaços económicos e sob a óptica nacional é um grande desafio e consiste num instrumento de fundamental importância na formulação de políticas públicas.

O objectivo desse estudo é analisar e caracterizar, primeiramente, o contexto histórico desses investimentos. Em seguida, identificar quais os factores que contribuem para atracção e quais os impactos do IDE em Angola. Com base em estudos técnicos e teóricos, capazes de

viabilizarem um estudo de diagnóstico que caracterize e analise os impactos das políticas de atracção de IDE em Angola.

Porter (1998) alega que a prosperidade nacional não é algo herdado, mais sim o produto do esforço criativo humano. Não é algo que emana dos dotes naturais de um país, de sua força de trabalho, das taxas de juros ou do valor da moeda (...), mais sim da capacidade da sua indústria de inovar e melhorar. Assim, entendemos que se internamente as inovações não forem garantidas, haverá a necessidade de se recorrer a terceiros de modo a garantirem tanto a inovação quanto o melhoramento para uma maior competitividade nacional.

Após a contextualização, as definições do problema tendo em conta os objectivos, a metodologia, a delimitação e a relevância do estudo pretendido, é de referir que estruturamos o presente documento em duas partes, que integram um total de cinco capítulos. Na primeira parte (**I**) efectuamos um enquadramento geral do IDE, procurando criar bases sólidas para a análise do caso angolano. O primeiro capítulo faz um enquadramento e uma abordagem dos conceitos e busca os impactos genéricos do IDE, seguindo as teorias e a evolução das mesmas no que concerne ao objecto em estudo. Sendo que o segundo capítulo busca fazer um enquadramento geral do IDE a nível mundial.

A segunda parte (**II**) foi dedicada à Angola, procurando entender as potencialidades, os constrangimentos e o comportamento do IDE neste país e, a partir de então, dar seguimento ao estudo, mais especificamente, proposto na presente dissertação. A terceira secção situa-nos no tempo e no espaço quanto á realidade deste país africano, atento a sua história, demografia, política e á situação económica actual em forma de retrospectiva, sem descuidar das dificuldades e dos novos desafios. Neste âmbito, surge o quarto capítulo, a partir do qual nos permitimos analisar a evolução do IDE no contexto do período pós-guerra. No quinto e último capítulo, procuramos analisar os determinantes do IDE em Angola comparando-a a realidade Nigeriana, por um lado, e por outro, suscitará as conclusões, onde se encerra a presente dissertação.

PARTE I - INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

CAPÍTULO I – CONCEITO E ANÁLISE TEÓRICA DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO

1. Teorias de investimento, determinantes e os seus impactos.

Para Kumar e Pradhan, (2002) o IDE¹ emergiu como a mais importante fonte de fluxos de recursos externos para os países em desenvolvimento nos anos 90 e tornou-se uma parte significativa de formação de capital nos países apesar da sua distribuição global continuar menor e declinante. Neste contexto, é perceptível a ideia de que o IDE se encontra contextualizado na economia internacional, cujos impactos, são observados no âmbito do financiamento do crescimento económico, estabilização de ciclos económicos através da transferência de poupança de países com excesso para os países com escassez e contribuição para o ajustamento de contas externas ao atenuar o desequilíbrio da balança de pagamentos. Para Williamson (1996), uma empresa investe no exterior se acreditar que poderá obter recompensas superiores às que poderia conseguir no seu país de origem e com uma receita suficiente para compensar seus riscos adicionais.

Makola (2003:1) define o IDE como processo internacional em que um residente em um país obtém um interesse duradouro numa empresa residente noutro país. É uma situação em que um investidor estrangeiro cria subsidiária para fornecer bens e serviços. Assim para Makola, uma empresa compromete-se a gerar IDE em um mercado estrangeiro se ela possuir uma vantagem de propriedade sobre as concorrentes locais. O IDE representa o principal meio de transferência de capital privado (ou seja, física ou financeira), de tecnologia, de pessoal e acesso a marcas e vantagens de marketing.

O IDE consiste ainda na posse e no controlo de activos no exterior. As aplicações de capitais no exterior, na aquisição de títulos – acções, obrigações, etc. Estes investimentos são classificados em *directos* e *indirectos*².

Para uma boa parte dos países o IDE é fruto de transições e económicas bem-sucedidas (da estabilidade macroeconómica, política e medidas eficazes que atendem as necessidades dos investidores externos) e a relevância maior do IDE parece estar na busca de novos mercados que se complementam na expansão do capital internacional. Segundo (UNCTAD,

¹ De acordo com Paul Samuelson, «os economistas definem ‘investimento’ (ou, por vezes, ‘investimento real’) como bens de capitais duráveis. No senso comum, ‘investimento’ designa muitas vezes o dinheiro para comprar acções (...) ou para abrir uma conta de poupança. Para clarificar, os economistas chamam-lhe investimento financeiro. (...). Apenas quando a produção de um bem de capital físico tem lugar se verifica o que o economista designa por ‘investimento’, no que tange ao IDE o limiar do controlo não pode definir-se sem arbitrariedade: é de 10% nas estatísticas dos Estados Unidos da América, de 20% em França, de 25% ou 50% nos outros países.

² Os investimentos externos de portfólio, ou de carteira, correspondem aos fluxos de capital que não são orientados para o controlo operacional da empresa receptora do capital externo.

1999) o IDE continua a aumentar a nível mundial com as corporações multinacionais (EMN's) na medida em que estas integram as suas operações de negócios em todo o mundo. A Unctad confirma que a transferência de tecnologia através do IDE, bem como empresas de activos específicos aos países de acolhimento, os investidores estrangeiros, por exemplo, EUA, Japão e UE (tríade), penetram nos mercados globais através do IDE. Apesar da dominância do mercado em busca de vantagens competitivas, as entidades estrangeiras ou filiais estrangeiras acabam por ser mais orientadas para abertura de firmas locais. Esses investidores têm melhor acesso a redes de produção e distribuição interna.

Vários especialistas, na área da economia internacional, como Medeiros, (2003) Amal e Seabra, (2007) mostram que os investimentos de portfólio, ou de carteira correspondem aos fluxos de capitais que não são orientados para o controlo operacional da empresa receptora do capital externo.

Atendo-se aos compêndios do FMI, constata-se que o investimento directo estrangeiro não está vinculado somente a transacção que viabiliza a relação entre o investidor e a empresa, mas também todas as transacções subsequentes entre eles e entre empresas filiais. Considerando tal definição, podemos dizer que o IDE é caracterizado como sendo um investimento irreversível e permanente, devido ao facto de que os custos irrecuperáveis são influenciados não apenas por questões específicas à indústria, mas também por questões relativas a incerteza macroeconómica, política e institucional do país de destino do capital (Amal e Seabra, 2007), para o país receptor podendo, assim, contar com benefícios ao nível económico, político e social, que Medeiros (2003) resume em tópicos, tal como segue:

- Aumenta o emprego, em termos gerais, para além de criar novos tipos de trabalho.
- Estimula o emprego noutros sectores da economia – através do efeito multiplicador – e, paralelamente, melhora as condições remuneratórias e de trabalho.
- Melhora as qualificações dos trabalhadores bem como o seu *know-how* de uma aposta na formação.
- Como resultado dos benefícios anteriormente referidos, dá-se a transferência de melhores práticas e técnicas de gestão.
- Permite a transferência de tecnologia moderna.
- Possibilita a parceria entre as empresas estrangeiras e nacionais, permitindo estas últimas expandirem os seus negócios.
- Aumenta as receitas do Estado através das contribuições fiscais pagas pelas empresas estrangeiras.

- Finalmente, melhora de forma relevante a balança de pagamentos, tanto por via de aumento das exportações como pela via de substituir importações.

No cômputo geral quase todos os autores estão de acordos com os benefícios do IDE, podendo aumentar o bem-estar económico do país receptor, bem como trazer vantagens para seus investidores.

De acordo com a sua natureza, o IDE, do mesmo modo que qualquer outro investimento em capital fixo deverá ser concebida numa perspectiva de longo prazo. Na verdade, a avaliação do investidor externo envolve um grau de irreversibilidade ainda mais elevado, devido ao facto dos custos irrecuperáveis puderem ser gerados não apenas por questões específicas à indústria, mas também por questões relativas à incerteza macroeconómica, política e institucional do país de destino do capital. Não obstante isso é inegável que o IDE flutua conforme as expectativas de rentabilidade do investimento no país receptor do capital. Numa economia globalizada, com poucas restrições à mobilidade do capital e com empresas multinacionais operando em diferentes mercados, alterações na rentabilidade relativa resultam na realocação da produção para aqueles países mais competitivos. Portanto, a análise dos determinantes do IDE deve levar em consideração tanto as variáveis microeconómicas, directamente ligadas ao desempenho da firma, quanto às variáveis macroeconómicas e institucionais, que evidenciam os factores específicos do país receptor do IDE conforme apontam Amal e Seabra, (2007:1).

1.1 Teorias sobre os Determinantes do IDE

Embora as análises teóricas sobre os determinantes dos investimentos remontem a Schumpeter, Stuart Mill e Torrens, um dos precursores nessa matéria foi Ohlin (1933). Segundo Ohlin, o IDE era motivado principalmente pela possibilidade de obtenção de altas taxas de lucros em mercados em crescimento, facilitados pela possibilidade de financiamento a taxas de juros relativamente baixas no país de origem. Contudo, as barreiras comerciais internas, também serviriam segundo Ohlin de determinantes para investir-se além fronteira.

A reestruturação da economia mundial após a segunda-guerra mundial e o surgimento das EMN's como agentes activos das mudanças tecnológicas e dos processos de integração dos mercados, contribuíram para o desenvolvimento de novas linhas de investigação relativas ao investimento directo estrangeiro, bem como, os seus determinantes. Neste contexto, consideramos importante fazer uma breve reflexão das teorias elementares do IDE.

Os primeiros estudos nesta linha surgem com Hymer, (1960), Vernon, (1966), Dunning, (1988), que começaram a focalizar menos a determinação do *stock* óptimo de capital e sua variação, passando então a considerar mais como este stock de capital estava distribuído entre operações produtivas no país de origem e no país receptor do investimento. Sendo assim, passaremos a uma breve análise a cada uma das teorias dos autores referidos relativamente ao IDE.

1.2 Teorias da Organização Industrial

Stephen Hymer (1960)³ com a teoria da organização industrial representa uma mudança de paradigma. O seu argumento é construído a partir do trabalho de Alfred Chandler com relação à abordagem dos determinantes do IDE, uma vez que, a teoria da Organização Industrial segundo Caves, (1971) e Hymer, (1960) se baseia na premissa que fazer negócios no estrangeiro ser mais caro e trabalhoso que no mercado doméstico, logo para a empresa lograr êxito no estrangeiro ela deve explorar as vantagens comparativas em cima das imperfeições de mercado e produtos.

As empresas se internacionalizam para explorarem as vantagens de outros países e não para ficarem dependentes das oscilações das exportações e importações. Enquanto as teorias de capital (Tobin, 1958) e (Markowitz, 1959) e de comércio internacional (Corden, 1974 e Hirsch, 1976) tinham como foco central de análise os motivos que levavam as empresas a produzir no exterior, a teoria da organização industrial buscou formular um quadro conceitual e teórico destinado a avaliar as condições sob as quais determinados mercados serão atendidos através de filiais estrangeiras de produção, em vez de serem atendidos pelas próprias empresas locais ou através da importação. Ou seja, enquanto o modelo tradicional do investimento parte do pressuposto de que os fluxos de investimento são determinados pelo diferencial de retorno, a teoria moderna do IDE procura explicar, inicialmente, o que determina a internacionalização da produção.

Embora reconhecendo a importância das EMN's no processo de investimento internacional, Dunning (1973) propõe uma formulação integrada dos diversos condicionantes do IDE. O modelo de Dunning, também chamado de abordagem eclética, apresenta críticas à teoria do ciclo do produto e à teoria de internalização, como sendo explicações parciais do

³ Christos N Pitelis, University of Athens and Cambridge University,
<http://conference.het.gr/HET/pdf/7thConference/Pitelis%20full%20article.pdf>

fenómeno de internacionalização da produção. Este modelo de análise dos determinantes da actividade da EMN baseia-se na justaposição de três factores (Dunning, 1988, 1997, 2001): (i) As vantagens de propriedade (*Ownership*) das EMN's já existentes ou potenciais; (ii) As vantagens de localização (*Locational*) de alguns países para oferecer activos complementares; e (iii) As vantagens de internalização (*Internalization*), isto é, tendência de empresas detentoras das vantagens específicas de propriedade de combiná-las com os activos externos do país receptor através do IDE, e não através dos mecanismos do mercado, ou alguma forma de acordos não societários de cooperação.

1.3 Teorias do Ciclo do Produto

Uma outra teoria surge com Vernon (1966)⁴, que é decorrente da vantagem comparativa e que resulta na Teoria do Ciclo de Vida do Produto. Essa teoria entende que uma vez exploradas as oportunidades no mercado de origem da empresa multinacional, essa exporta para outros países suas tecnologias e operações “ultrapassadas” para recomeçar todo o ciclo de lucratividade. Nesta perspectiva, as multinacionais vêem os países estrangeiros como locais de exploração e suas subsidiárias como incapazes de contribuir para o valor agregado da corporação. Na corrente de estudos sobre a produção internacional apresentada pelo modelo de ciclo de produto de Vernon (1966) de acordo com os trabalhos desse autor, inicialmente a produção e a venda das firmas seria totalmente doméstica uma vez que o produto ainda não estaria padronizado (primeiro estágio). Como as inovações são poupadoras de mão-de-obra, elas surgiriam inicialmente nos países mais intensivos em capital. Gradualmente, devido à combinação das vantagens de produção e inovação oferecidas pela economia doméstica, as firmas passariam a exportar seus produtos para outros países (segundo estágio). Na visão de Vernon (1966), com a padronização do produto, o amadurecimento da tecnologia e a rotinização da produção, juntamente com a entrada de novos concorrentes na economia doméstica, as empresas passariam a optar pela abertura de subsidiárias em outros países (terceiro estágio). De acordo com Hiratuka (2002), essa opção ocorreria tanto pela avaliação de que os custos de produção seriam menores no exterior, como pela ameaça de perda dos ganhos monopólisticos da inovação com a entrada de novos concorrentes locais.

A vantagem competitiva reside no país de origem e no estrangeiro, a empresa ao transferir suas tecnologias desfruta da vantagem comparativa. Entretanto, uma evolução das

⁴ VERNON, Raymond. (1971). *Sovereign at Bay. The Multinational Spread of U.S. Enterprises*. New York: Basic Books (apud Vernon, 1981).

vantagens comparativas para as vantagens competitivas a serem exploradas nas nações estrangeiras pode ser observada em Eli Hecksher e Bertil (teoria neoclássica) ou com a teoria clássica (Smith e Ricardo). A teoria clássica explica o êxito dos países com base nos factores de produção como terra e mão-de-obra. Os países obtêm vantagem comparativa nos sectores que usam de forma intensa os recursos que possuem em abundância, esta teoria tem como objectivo explicar por que determinado país reúne condições domésticas que garantem uma competitividade não baseada em custos, mas em qualidade, diferenciação e inovação.

1.4 Teorias da Internalização

Os primeiros trabalhos sobre a teoria da internalização foram concebidos por Buckley & Casson (1976) na Universidade de Reading na Inglaterra. Essa hipótese aventava que a entrada em mercados internacionais, para a eventual exploração de vantagens no âmbito dos negócios, as EMN'S, tem a prerrogativa de escolherem a forma de sua integração dentro do novo contexto, normalmente isso pode dar-se por meio de uma subsidiária integral ou assinatura de contrato de licenciamento com sócios do país anfitrião. Este *trade-off* é conduzido pela eficiência e maximização da redução de custos ou riscos de fazer negócios com terceiros no exterior.

Na teoria da internalização qualquer produto (*Know-how*, tecnologia, serviços, etc) pode ser internalizado em outros países, desde que haja vantagens de custos de transação, que também determinará quando e onde esse movimento deve acontecer, sempre em busca de imperfeições de mercado que permitam a maximização de lucros (Carneiro & Dib 2007).

Buckley & Casson, (1976) apontam que as empresas internacionalizam transacções passando do processo de exportação para outros mais complexos para que os recursos e conhecimentos compartilhados no exterior sejam de propriedade exclusiva da empresa. Isso faz com que as capacidades e recursos criados no estrangeiro sejam internalizados.

Os custos de internalização (teoria de Buckley & Casson) variam em sentido inverso dos custos de transação (teoria de Coase (1935) e Williamson (1971), cuja abordagem assenta no processo decisório da concepção de investir (aliança estratégica, subsidiária própria ou adquirida) que originarão os custos de internalização. Segundo Williamson (1971) esses custos estão relacionados com a obtenção de melhor conhecimento do mercado; construção da empresa no exterior; custo de controlo e coordenação das actividades; custos de flexibilidade e reversibilidade dos investimentos. Quando estes custos de internalização forem maiores que os custos de transacção a empresa decide não se instalar com subsidiárias

no mercado e vice-versa. Portanto, a decisão da empresa em incrementar as suas formas de internacionalização depende do *trade-off* dos custos de transacção e internalização.

Contudo, fica clarificado que a consideração dos tipos de custos acima referidos não constituem-se como elementos definitivos no processo decisório de investir, uma vez que aspectos como (I) localização, que supõem custos de transportes e produção; (II) estratégia empresarial, que inclui centralização ou dispersão das actividades e da (III) concorrência no mercado estrangeiro.

2. Determinantes do Investimento Directo Estrangeiro

De acordo com Chirinko (1993), o ritmo e o padrão dos investimentos em capital fixo constituem-se como elementos fulcrais para a compreensão do desenvolvimento económico das nações, e a volatilidade destes indicam o início de flutuações agregadas.

Entendemos que a análise do IDE pressupõe a elaboração de teorias que garantam sustentabilidade do ponto de vista analítico e capazes de gerar informações que permitam averiguar os factores que estiveram na causa da atracção dos mesmos em um determinado país.

Os estudos e análises dos determinantes do IDE sugerem uma forte correlação aos factores que influenciam a tomada de decisão de investimentos das EMNs. Neste contexto, a UNCTAD (1998) aponta os principais determinantes nos países de destinos, dependendo do tipo de IDE que se caracteriza tendo em conta as estratégias das EMNs, tal como se pode observar no quadro que se segue:

Quadro 1. Tipo de IDE e seus Determinantes

Tipo de IDE segundo as estratégias das EMNs	Principais Determinantes nos países hóspedes
Busca de Mercado	<ul style="list-style-type: none"> - Tamanho de mercado e rendimento <i>per-capita</i>. - Crescimento do mercado. - Acesso ao mercado regional e global. - Preferências do consumidor. - Estruturas dos Mercados.
Busca de Recursos	<ul style="list-style-type: none"> - Custo de matérias-primas, componentes e partes. - Capacidade de aprendizagem dos trabalhadores. - Custos salariais. - Custos terrenos e construção.
Busca de Activos Estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> - Activos tecnológicos, inovações e outros inclusive os relacionados às firmas ou aos <i>clusters</i>. - Infra-estrutura física (onde se destaca os portos, as estradas, a energia, as telecomunicações) - Macro Inovadora e empreendedora.
Busca de Eficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Custos dos activos e recursos acima citados, ajustados ao nível de produtividade. - Outros custos de <i>input</i>, transporte, comunicação e Busca de Eficiência outros custos intermédios. - Acordos de integração regional ou rede regional de cooperação.

Fonte: UNCTAD, *World Investment Report* 1998

Além dos determinantes económicos, Dunning (2004) reorganiza o modelo da UNCTAD (1998), e complementa os determinantes do país de destino apresentando-os em dois níveis:

1. Político-económico:

- a) Estabilidade económica, política e social;
- b) Regras de entrada e de operações;
- c) Padrões de tratamento das filiais estrangeiras;
- d) Políticas de funcionamento e estrutura de mercados (especialmente políticas de concorrência, fusões e aquisições);
- e) Acordos internacionais sobre IDE;
- f) Política de privatização;
- g) Política de comércio (tarifas e barreiras não tarifárias) e a coerência das políticas de IDE e do comércio;
- h) Política tributária;

i) Política regional e industrial.

2. Promoção de negócios:

a) Incentivos ao investimento;

b) *Hassle Cost* (relacionados à corrupção, eficiência administrativa, transparência, entre outros);

c) Amenidades sociais (escolas bilingues, qualidade de vida, entre outros);

d) Serviços de pré e pós-investimentos;

e) Boas infra-estruturas e suporte de serviços (banca, serviços de contabilidade e Jurídico);

f) Capital social;

g) Moralidade Económica.

3. Impacto do IDE no Crescimento Económico do País Receptor

A relevância de investigarmos os determinantes do IDE é incontornável, pois, servirá posteriormente de caminho para delinear políticas económicas que garantam uma maior atração de projectos de investimentos numa base mais diversificada e de melhor qualidade estando relacionada conforme apontado por (Noronha, 2009:25), com o facto de o IDE promover um conjunto de efeitos para o crescimento das economias de destinos. Os debates económicos levantam uma série de questões sobre os efeitos do IDE nas economias receptoras que passaremos agora a identificar com base em Lall (2000), Jenkis e Thomas (2002); Accoley (2003); e Noronha (2009).

3.1 Aumento do Stock de Capital

O IDE permite o aumento significativo do capital físico como máquinas, equipamento eléctricos e unidades produtivas bem como o incremento do capital financeiro, que quando canalizando para as instituições financeiras locais pode ser utilizado como fonte de financiamento de investimentos adicionais. Noronha (2009) citando Lall (2000) relata que o IDE transfere recursos financeiros, que podem ser investidos, para países que padecem de escassez desses recursos, e os seus fluxos são mais estáveis e mais fáceis de utilizar, do que os restantes fluxos internacionais de capital com as dívidas externas e os investimentos em carteira, porque, distintamente destes, investem em projectos de longo prazo, incorrendo em riscos e realizando a repatriação dos lucros apenas quando os seus projectos promovem rendimentos de retorno, ou seja, dependem dos lucros auferidos da actividade produtiva.

No entanto, Noronha (2009:26) lembra que o perigo inerente à presença das EMN's nas economias receptoras deve-se aos casos em que estas monopolizam a utilização das instituições financeiras locais, na medida em que as instituições estarão mais propensas a canalizar os seus serviços para as EMN's e a discriminarem as empresas domésticas (em função da experiência operacional, da capacidade financeira e dos retornos que estas representam para as instituições financeiras), e quando realizam uma elevada repatriação dos lucros para os países de origem e reembolsos de empréstimos internacionais numa dimensão que comprometa os ganhos de capitais auferidos pela economia receptora na fase inicial do projecto.

3.2 A Promoção do Emprego

Jenkins e Thomas (2002) mostram que o IDE actua como um multiplicador de novas oportunidades de emprego nas economias receptoras através da criação de empregos directos para os seus projectos e empregos indirectos para as empresas residentes com as quais estabelece relações de produção e comercialização.

No entanto, a promoção do emprego pelos projectos do IDE está longe de ser um feito claro e sem custos para a economia receptora, por exemplo, para Accoley (2003) em alguns casos, quando são atraídos projectos de IDE que são intensivos em capitais e tecnologias para sectores em que tradicionalmente predominavam empresas intensivas em trabalho, a promoção do emprego pode ser significativa e em alguns casos pode até reduzir a quantidade de emprego através do *crowding out* (corresponde a uma redução no investimento e de outras componentes da despesa agregada sensíveis às taxas de juro, sempre que o Estado aumenta a despesa pública) das empresas existentes. A promoção do emprego (formal) também pode ser reduzida nos casos em que parte significativa dos postos de trabalho é preenchida por trabalho informal.

3.3 A Transferência de Tecnologia

Para Lall (2000), o IDE promove o crescimento económico das economias menos desenvolvidas, que em muitos casos utilizam tecnologias ultrapassadas ou com baixos níveis de produtividade, através de transferência de tecnologias modernas e mais produtivas. As EMN's para além de transferirem tecnologias podem adaptá-las às condições específicas das economias receptoras com base nas suas experiências em outros PVDs, instalar nas economias receptoras unidades de pesquisas e desenvolvimento, actualizar o nível de tecnologia na medida em que ocorrem inovações e alteram-se os padrões de consumo a nível internacional.

No entanto, Noronha (2009) citando o World Investment Report (2007), mostra que para se constatarem externalidades positivas das transferências de tecnologias para o país ou economia receptora, é necessário que se verifiquem ligações das empresas resultantes do IDE com as empresas locais e que haja na economia receptora capacidades humanas, físicas e institucionais capazes de absorver e difundir essas externalidades positivas.

3.4 O Desenvolvimento do Capital Humano

Para Lall (2000) *ops cit.*, o IDE impulsiona o desenvolvimento do capital humano na medida em que, as EMN's com capacidades de gestão bem desenvolvida, produção e comercialização, transferem as suas capacidades para a mão-de-obra local empregue pelas suas empresas filiadas através de programas de treinamento, formação e trocas de experiências com empresas parceiras e filiais não-residentes. Por outro lado, para a OCDE (2002), o IDE promove o desenvolvimento do capital através de formas indirectas, na medida em que estimula os governos locais a investirem na educação com o intuito de atrair futuros fluxos de IDE e absorver as suas externalidades positivas, quando os trabalhadores formados pelas EMN's se mudam para empresas locais ou se tornam empreendedores e disseminam as capacidades adquiridas, quando promovem a instalação de unidades de pesquisa e desenvolvimento locais e quando participam na promoção de investimento e responsabilidade social, como o financiamento da construção de escolas, hospitais, centro de pesquisas e desenvolvimento.

3.5 Aumento das Exportações Líquidas e Melhor Acesso aos Mercados Internacionais

Para Accoley (2003) o IDE melhora o saldo da balança comercial, (embora haja teorias e casos empíricos que sustentam o contrário) na medida em que pode promover as exportações e substituir as importações como fazem os projectos com ênfase na *procura de recursos* e na *procura de mercados*, respectivamente. Estes projectos aumentarão as exportações líquidas e resultarão no aumento das reservas em moedas externas do país, que poderão ser utilizadas para financiar futuras necessidades de importações e serviços de dívidas externas. No entanto, se o IDE for muito propenso a importação de consumos intermédios, os seus efeitos para o saldo da balança comercial são adversos.

Outro aspecto que melhora o desempenho da economia receptora no comércio internacional está relacionado das EMN's estarem ligadas a redes mundiais de produção e comercialização com acesso facilitado aos principais mercados financeiros, de consumo final e redes mundiais de transporte. Para Jenkins e Thomas (2002), as empresas estrangeiras actuam como fontes fidedignas de informação sobre as dinâmicas dos mercados internacionais, dos gostos e preferências dos consumidores não-residentes, dos mais recentes avanços tecnológicos e da identificação das redes de comercialização mais eficientes, factores estes, que fazem com que estas empresas melhorem o desempenho dos exportadores domésticos nos mercados internacionais. Entretanto, para Lall (2000), o desempenho dos exportadores domésticos melhorará apenas se as EMN's disseminarem externalidades positivas para as empresas domésticas com a provisão de informação técnica, estímulo a competição e a disseminação de inteligência de mercado.

3.6 Aumento das Receitas Públicas

O IDE, segundo o *World Investment Report* (2007), gera rendimento adicional para a economia hospedeira através do aumento das receitas fiscais, o que permite que as autoridades governamentais disponham de mais recursos para financiar os seus programas de desenvolvimento de longo prazo e realizar a sua função de redistribuição do rendimento. Contudo, este efeito pode ser deturpado, na medida em que alguns governos adoptam esquemas de incentivos fiscais para atracção de IDE cuja localização na economia hospedeira não se deveu a existência de incentivos fiscais mais sim de vantagens de localização não fiscais. Para Moura (2009) citando Oman (2000) é provável que a competição entre os países receptores do IDE na adopção de esquemas de incentivos fiscais, como medidas de atrair

maiores quantidades de fluxos de IDE, os leve a níveis em que obtenham poucos ganhos fiscais.

3.7 Desenvolvimento de Infra-estruturas

Segundo Noronha (2009) outro aspecto benéfico do IDE é o facto de as actividades das EMN's em muitos casos estarem relacionadas, com um maior desenvolvimento de infra-estruturas como a distribuição de electricidade e de água, a existência de redes de transporte e de comunicações, que são necessárias para as suas relações de produção, distribuição e comercialização. Estas infra-estruturas podem ser construídas pelos próprios investidores para satisfazerem as suas necessidades directas ou construídas pelas autoridades governamentais, como consequência de uma maior pressão das EMN's para as autoridades governamentais no aprovisionamento das mesmas. No entanto, o desenvolvimento das infra-estruturas não deve ser colocado somente a cargo das EMN's, pois, estas constroem infra-estruturas que beneficiem apenas os seus interesses.

3.8 Aumento da Concorrência

Segundo Moura (2009) citando Lee e Tcha (2004), o IDE desempenha um papel preponderante na melhoria dos factores de produção e da acumulação de capital no país receptor, devido à competição que cria. A entrada das multinacionais aumenta a oferta no mercado do país receptor, pelo que as empresas locais, com o intuito de manterem as suas quotas de mercado, são levadas a responder a esta concorrência.

Contudo, a maior concorrência também pode ter efeitos negativos. As tabelas a seguir sintetizam os efeitos, positivos e negativos, sobre o crescimento económico do país receptor decorrentes da maior concorrência proveniente da entrada de multinacionais.

De acordo com a OECD (2002), Moura (2009) baseando-se na literatura relativa à teoria do crescimento endógeno, são vários os mecanismos/canais através dos quais o IDE pode afectar o crescimento económico do país receptor. Os efeitos do IDE podem ser positivos e/ou negativos, ou seja, para além dos benefícios, o IDE pode trazer consigo custos para a economia do país receptor. Os mecanismos através dos quais o IDE pode provocar efeitos positivos no crescimento económico podem dividir-se em cinco grandes grupos: a transferência de novas tecnologias e *know-how*; formação da força de trabalho; integração na economia global; aumento da concorrência no país receptor e desenvolvimento e reestruturação empresarial [OECD (2002)]. No entanto, alguns dos mecanismos apontados, nomeadamente os quatro primeiros, também podem actuar de forma negativa sobre o

crescimento económico. Adicionalmente, o IDE pode causar dificuldades de aplicação de medidas económicas. Os quadros, 2, 3 e 4 apresentam uma síntese desses mecanismos, evidenciando-se o impacto que se espera é positivo e/ou negativo, Moura (2009) apresenta inclusive os autores que garantem a sustentabilidade do seu estudo.

Quadro 2: O IDE e o aumento da concorrência – principais argumentos

Efeitos Positivos	Efeitos Negativos
Concorrência criada fomenta a investigação e desenvolvimento das empresas locais, assim como a melhoria das tecnologias e métodos, Blomström e Kokko (1998); Driffield (2000); Varamini e Vu (2007).	O incremento dos rendimentos das multinacionais é conseguido em parte, através da diminuição dos rendimentos das empresas locais, Hanson (2001)
Empresas locais investem em equipamento e formação, De Mello (1997).	Concorrência criada pelo IDE provoca o encerramento de empresas locais mais débeis que provoca a diminuição da concorrência, Zhang (2001b); OECD (2002); Ram e Zhang (2002)
Concorrência devida ao IDE provoca melhorias na produtividade, preços mais baixos e melhor alocação de recursos, Pessoa (2007).	Para fazer face à concorrência verificam-se concentrações que diminui a concorrência, Loungani e Razin (2001).

Fonte: Moura, (2009).

O estudo da OECD (2002) refere que o IDE tem a potencialidade de aumentar as pressões concorrenciais no país receptor e que esse aumento é tanto maior quanto mais fechado for esse mercado. Estes efeitos estão directamente relacionados com a concorrência já existente no mercado e a capacidade de resposta das empresas locais.

Quadro 3: O IDE e a transferência de novas tecnologias e know-how – principais argumentos

Efeitos Positivos	Efeitos Negativos
Transferências tecnológicas associadas ao IDE provocam aumentos de produtividade nas empresas locais [Saggi (2002); Hermes e Lensink (2003)]	Empresas locais ficam dependentes das tecnologias trazidas pelas multinacionais e perdem o interesse na produção própria [Vissak e Roolaht (2005)]
Melhorias de desempenho das empresas que recebem essas transferências de tecnologia [Varamini e Vu (2007)]	Multinacionais com atitudes que desincentivam o desenvolvimento tecnológico para manterem as suas vantagens [Sen (1998)]
Novas tecnologias transferidas reduzem custos de investigação e desenvolvimento nas empresas receptoras, tornando-se mais competitivas [Berthélemy e Démurger (2000)]	

Fonte: Moura, (2009).

As EMN's são muitas vezes consideradas como as empresas mais desenvolvidas tecnologicamente. Este facto é explicado por serem responsáveis pela quase totalidade dos gastos em investigação e desenvolvimento do globo Borensztein, (1998) citado por Moura. Neste contexto, a taxa de crescimento de um país pode ser explicada pelo estado da tecnologia que utiliza. Lim (2001) referido por Moura (2009) aponta que um dos contributos mais importantes do IDE é o seu papel na transferência de tecnologia avançada dos países desenvolvidos para países em desenvolvimento.

Quadro 4: O IDE e a formação da força de trabalho – principais argumentos

Efeitos Positivos	Efeitos Negativos
IDE transporta trabalhadores já altamente especializados [Zhang (2001a)]	A utilização de tecnologia pelas multinacionais provoca necessidade de menos mão-de-obra que as empresas locais e a sua substituição leva a aumento do desemprego [OECD (2002)]
Multinacionais fornecem formação à força de trabalho [Borensztein et al. (1998); De Mello (1999)], superior às empresas locais [OECD (2002)]	As multinacionais como fonte de formação desincentivam as autoridades locais a investirem nessa área [Ford et al. (2008)]
Força de trabalho melhora pela observação do que se passa nas subsidiárias das multinacionais [Loungani e Razin (2001); Alfaro et al. (2004)] e pela possível incorporação de trabalhadores nas empresas locais [Hanson (2001)]	Saída do país de trabalhadores qualificados pela diminuição de actividades de investigação e desenvolvimento [Vissak e Roolaht (2005)]

Fonte: Moura, (2009)

CAPÍTULO II - INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO NO CONTEXTO MUNDIAL

1. Análise dos Fluxos de Investimentos Globais

A avaliação dos fluxos globais de IDE vem tendo uma variação desde os anos 1980. Num estudo feito por Amal e Seabra (2004:1)⁵, os autores delimitam em três períodos correspondentes a três padrões de crescimento e de distribuição do IDE. O primeiro período é de 1983 a 1987, o segundo de 1988 a 1992 e o terceiro inicia-se a partir de 1993 até 2000.

Segundo estes autores durante o primeiro período, de 1983 a 1987, os fluxos de IDE registaram uma taxa de crescimento da ordem de 29% e uma média total anual de 72,5 mil milhões de dólares (US\$). A participação dos países desenvolvidos nos fluxos mundiais representava uma média anual de 76%, correspondendo a uma taxa de crescimento média anual de 37%, superando assim a taxa de crescimento dos fluxos globais segundo os dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, 1996) o que permitia deduzir que o dinamismo de crescimento do IDE tinha seu foco central nos países da tríade (Europa, EUA e Japão). Por outro lado, a participação dos países em desenvolvimento nos fluxos globais de IDE se situava em 24%, com uma taxa de crescimento média anual da ordem de 9%, representando a menor taxa registada em duas décadas de evolução dos fluxos de IDE (UNCTAD, 1996).

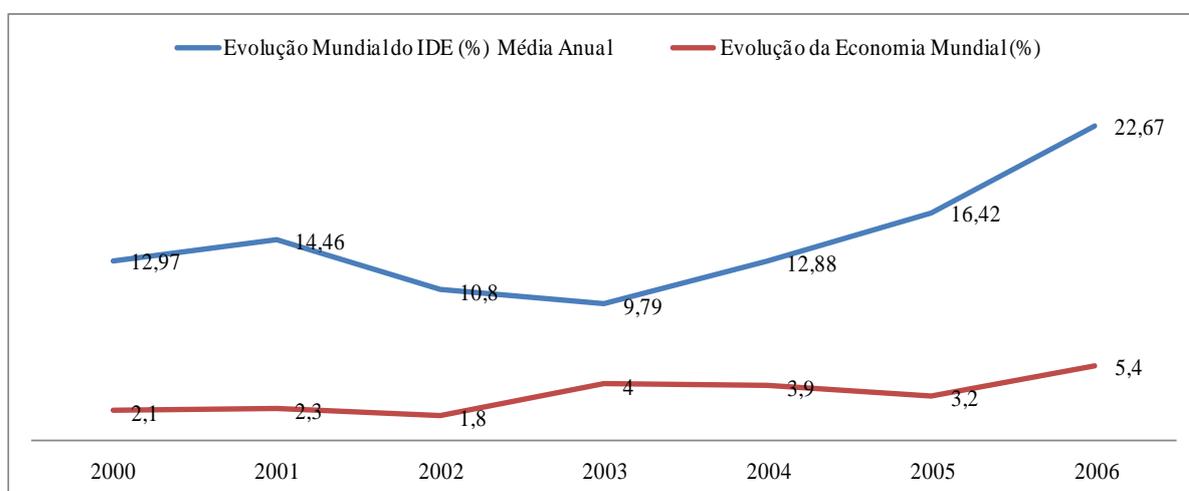
O segundo período de 1988 até 1992 foi caracterizado por uma diminuição substancial no ritmo de crescimento dos fluxos mundiais de IDE, com uma taxa anual média de crescimento na ordem de 1%, e um volume anual médio de US\$ 178,2 mil milhões. Sendo que o terceiro período a partir de 1993, os fluxos mundiais de IDE registaram uma fase de rápida expansão. Apesar de os países desenvolvidos serem os que mais se beneficiaram deste fluxo, a sua participação relativa apresentou um declínio ao longo da década de 1990. Esta queda pode ser atribuída, em primeiro lugar, ao aumento de atractividade dos países em desenvolvimento, especialmente as economias emergentes com altas taxas de crescimento económico e com um amplo mercado doméstico. Neste sentido, a participação dos países em desenvolvimento alcançou o valor de 40% em 1997, com um volume de US\$ 193,2 mil milhões (UNCTAD, 2004). Em segundo lugar, a partir do início dos anos 1990, e ao contrário das décadas anteriores, desenhava-se um novo padrão de IDE, caracterizado por

⁵ Nonnenberg e Mendonça, (2004).

uma participação qualitativamente mais significativa dos países em desenvolvimento. Este novo contexto refletia, em termos qualitativos, uma mudança nos próprios factores determinantes do IDE. As vantagens especificamente ligadas aos factores de localização – tais como estrutura e dimensão dos mercados internos, grau de abertura e de inserção global das economias receptoras do IDE e, sobretudo, um quadro institucional para garantir o funcionamento eficiente da economia de mercado passaram a representar um papel central na distribuição dos fluxos mundiais de IDE.

Na **Figura.1** encontra-se a evolução mundial do IDE e as taxas de crescimento do PIB mundial.

Figura. 1- Evolução do IDE e da Economia Mundial 2000-2006



Fonte: UNCTAD, 2007.

A visão geral do ambiente financeiro global segundo a UNCTAD, o ano de 2008 marcara o fim de um ciclo de crescimento do investimento internacional que começou em 2004 e viu o IDE alcançar um recorde histórico de US\$ 1,8 trilhões em 2007 (UNCTAD, 2009). A redução dos fluxos de IDE foi ainda maior em 2009, com as consequências da crise sobre as corporações transnacionais as despesas de investimento continuarão a ocorrer.

A queda do IDE global no período 2008-2009 é o resultado de dois principais factores que afectam os países de destinos, bem como os de investimento internacional. Em primeiro lugar, a capacidade das empresas para investir foi reduzida por uma queda no acesso aos recursos financeiros, tanto a nível interno - devido a um declínio nos lucros das empresas - e externamente - devido à baixa disponibilidade e alto custo de financiamento. Por outro lado, a propensão a investir foi afectada negativamente pelas perspectivas económicas, especialmente em países desenvolvidos, que são atingidos por uma recessão severa.

O impacto dos dois factores é agravado pelo facto de que, no início de 2009, o risco era elevado e o nível de percepção de risco estava levando as empresas a reduzir bastante os

seus custos e programas de investimento a fim de se tornarem mais resistentes a qualquer deterioração do seu ambiente de negócios.

As economias em desenvolvimento apresentam resultados abaixo para o mesmo período, esses países tiveram em média em termos de entrada de IDE um valor na ordem de 557 mil milhões (entrada). Se nos atermos apenas aos países africanos veremos que o valor médio para África está longe de alcançar as cifras dos países desenvolvidos, apresentando em média US\$ 64 mil milhões de IDE de (entrada), no entanto maior em relação ao período 2000-2006 que era de 22 mil milhões de US\$.

Embora os dados da UNCTAD (2008) mostrem uma certa evolução nos fluxos de IDE de 2,5 mil milhões de dólares americanos em 1985 para 35,5 mil milhões de dólares americanos em 2006, ainda assim, os valores estão distante de outras regiões tendo em conta o mesmo período. É bom referir que se prevê para África uma evolução do IDE que acaba sendo também fruto da desaceleração da economia mundial e de problemas financeiros e de risco de crédito, com início no segundo semestre de 2007. Para uma análise mais pormenorizada sobre os aspectos ressaltados acima ver a tabela, abaixo.

Quadro. 5: Fluxos de Entrada e Saída (IDE) Mil milhões de US\$ e Percentagem (2007-2009).

Período	Entrada de IDE			Saída de IDE		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Mundo	2.100	1.771	1.114	2.268	1.929	1.101
Países Desenvolvidos	1.444	1.018	566	1.924	1.572	821
Países em Desenvolvimento	565	630	478	292	296	229
África	63	72	59	11	10	5
América Latina e Caribe	164	183	117	56	82	47
Oeste da Ásia	78	90	68	47	38	23
Sul, Este e Sudoeste da Ásia	259	282	233	178	166	153
Sul e Este da Europa	91	123	70	52	61	51
Memorandum: Participação Percentual no Mundo de Fluxos de IDE						
Países Desenvolvidos	68.8	57.5	50.8	84.8	81.5	74.5
Países em Desenvolvimento	26.9	35.6	42.9	12.9	15.4	20.8
África	3.0	4.1	5.3	0.5	0.5	0.5
América Latina e Caribe	7.8	10.3	10.5	2.5	4.3	4.3
Oeste da Ásia	3.7	5.1	6.1	2.1	2.0	2.1
Sul, Este e Sudoeste da Ásia	12.3	15.9	20.9	7.9	8.6	13.9
Sul e Este da Europa	4.3	6.9	6.3	2.3	3.1	4.6

Fonte: UNCTAD, FDI/TNC database (www.unctad-arg/fdistatistics), 2010.

2. Breve Enquadramento do IDE em África

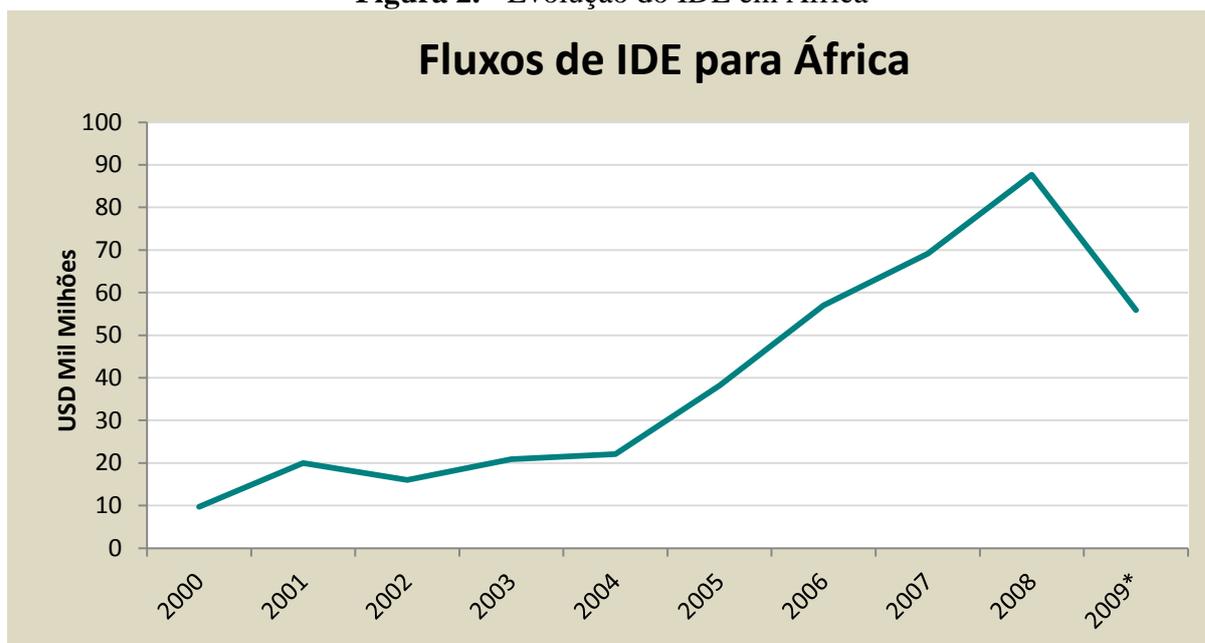
O crescimento do interesse por parte dos investidores internacionais em África não advêm unicamente das suas riquezas naturais, onde se coloca em primeiro plano o sector petrolífero e as minas de diamantes, mais também, o aumento do tamanho do mercado da região, bem como a reforma da legislação de investimentos empreendida pelos países africanos, maioritariamente, favoráveis ao investimento estrangeiro, e outros factores favoráveis como a liberalização do comércio, a redução da burocracia para a criação de empresas, e o melhoramento do sistema financeiro de infraestruturas conforme aponta o relatório da (*UNCTAD, apud Nascimento 2008*).

Na perspectiva da criação de uma atmosfera propícia para os negócios bem como para os investimentos estrangeiros, muitas nações africanas, em particular Angola, vem assinando acordos para uma relação mais estreita entre os países, ocasionando os tratados bilaterais (BIT's) e os acordos de dupla tributação (DTT's) do qual Angola em 2006 celebrou com vários países.

A publicação da UNCTAD de 2010 sobre as perspectivas do crescimento das economias africanas tendo como base o IDE apurou que no período que antecedeu a crise financeira, o IDE com destino ao continente africano conheceu um forte crescimento desde 2002, alcançando os 72 mil milhões de US\$ em 2008. O montante historicamente mais elevado foi de 88 mil milhões de US\$ em 2008, segundo a publicação da *Africa Economic Outlook*. –, um desvio positivo de 16 mil milhões de US\$ em relação a 2007. Na base deste acréscimo de IDE, até 2008, esteve a subida dos preços das matérias-primas, particularmente do petróleo, que desencadeou um *boom* no investimento relacionado com as mercadorias.

Análises tornadas públicas no relatório *World Economic Outlook*, do Fundo Monetário Internacional (FMI), perspectivam para Angola em 2012 crescimento na ordem dos 10,5%, sendo superadas apenas pelas economias do Nigér (15,4%) e do Iraque (12,6%). Esta previsão do FMI é ligeiramente mais positiva em relação aos dados avançados pelo ministro da economia de Angola, Abraão Gourgel, cuja análise projecta um crescimento na posição dos 7% dos quais 2,5% para o sector petrolífero e 4,5% para os restantes sectores da economia.

Figura 2. - Evolução do IDE em África



Fonte: African Economic Outlook, 2009.

*Estimado

A China, a Índia e os países asiáticos são agora importantes fontes de capital das economias africanas. No final de 2007, a África detinha 4% do total acumulado de IDE da China (a Ásia representou 67% – sendo este um número distorcido pela utilização de paraísos fiscais) segundo Ken Davies da OECD, referenciado pela African Economic Outlook (2009).

Em 2007, a África recebeu 63,6 mil milhões de US\$ de IDE, enquanto 24 mil milhões de US\$ tiveram como destino o Norte de África. No total dos fluxos de IDE, África recebeu 3%, um crescimento inferior em relação aos 5,3% registados em 2009. Em percentagem de formação bruta de capital fixo, os fluxos de IDE representam 29%. Em 2008, os principais destinos do IDE foram: Nigéria (20,3 mil milhões de US\$), Angola (15,5 mil milhões de US\$), Egipto (9,5 mil milhões de US\$) e a África do Sul (9 mil milhões de US\$), seguindo-se a Líbia, a Tunísia, a Argélia, a República do Congo e o Sudão. Como habitualmente, os países mais atractivos para o investimento tendem a ter reservas significativas de recursos naturais, programas de privatizações, políticas liberalizadas de IDE e políticas enérgicas de promoção de investimentos.

Apesar desse cenário favorável ao IDE, ainda persiste a instabilidade política, conflito interno e a má governação em muitos países africanos, influenciando negativamente o IDE. Para além de que, baseando numa comparação do potencial do IDE dos países africanos com o índice de desempenho do IDE da UNCTAD, este organismo conclui que muitos dos países africanos estão aquém das suas potencialidades relativamente ao IDE.

Para Makola (2003), os principais problemas para a canalização do IDE para África e que consequentemente afugenta os investidores estrangeiros cinge-se no limitado tamanho do mercado e o potencial de crescimento (ou seja, em termos de renda *percapita*), o baixo grau de instrução académica, a escassez de infra-estruturas são alguns dos problemas básicos primários que afectam o investimento directo estrangeiro.

Segundo a UNCTAD (2008) mais de 70% dos BIT's e DTT's celebrados pelos países africanos foram assinados com os países desenvolvidos, com destaque para os Estados europeus, onde o Reino Unido, a França, a Alemanha e a Itália detêm a maiores quotas. A UNCTAD (2008) relata que os países que celebraram elevado número dos referidos acordos apresentaram melhores números em termos de atracção de IDE, embora essa correlação não seja tão óbvia nos restantes países que celebraram um número de acordos menos expressivo. Por outro lado, identificam-se países com bom desempenho na atracção de IDE, mas que não celebraram acordos bilaterais nem aduaneiros.

Makola (2003) quando procura analisar os determinantes do IDE em África aponta que a maior parte dos investidores elegem a estabilidade política e económica, a disponibilidade de recursos naturais e a expansão dos mercados como factores importantes para o IDE em África, contudo, prima-se também no seguinte:

- Um ambiente favorável, com políticas de concorrência baixa e estável
- Operações de baixo custo para empresas de trabalho e do comércio, regulamento, regras de entradas e saídas, localização e regulamento ambiental
- Os serviços de subcontratação de empresas locais
- Suporte de garantia da qualidade e extensão técnicas às PME
- O capital humano com diversas habilidades modernas
- Infra-estruturas de baixo custo, tais como sistema de comunicação eficiente e ligações de transporte
- Fusão e aquisição
- Livre comércio e livre regime cambial para maximizar economias de escala.

PARTE II – O CASO DE ANGOLA

CAPÍTULO I – A EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA

1. Localização Geográfica de Angola

Angola é um país localizado na costa oeste do continente africano, fazendo parte dos países membros da SADC⁶, na África Austral. A extensão geográfica do território angolano lhe confere grande importância dentro do continente africano uma vez que é o 3º maior país da África Subsaariana⁷ com uma extensão de 1.246.700 quilómetros quadrados, 1º maior produtor de petróleo em África (*conforme dados de 2009*) e com as maiores reservas de riquezas naturais especialmente mineiras. Segundo a pesquisa de (Rocha, 2008)⁸, "as receitas obtidas pela extracção mineira durante o ano de 2005, por exemplo, colocaram a economia angolana entre as maiores em crescimento do continente africano"

Com uma população estimada em 17,8 milhões de habitantes para 2010 segundo o *The Economist Intelligence Unit* (EIU). Angola é um território que se subdivide em 18 províncias e tem como capital a cidade de Luanda.

As fronteiras terrestres localizam-se a norte com Congo (*Brazaville*), a nordeste e leste com a República Democrática do Congo (*ex-Zaire*) e a Zâmbia, a sul com a Namíbia e a oeste Angola é banhada pelo Oceano Atlântico. Situado numa zona sob equatorial e tropical do hemisfério sul, o país ocupa a parte sudoeste do continente africano e com uma faixa marítima de 1.600 quilómetros.

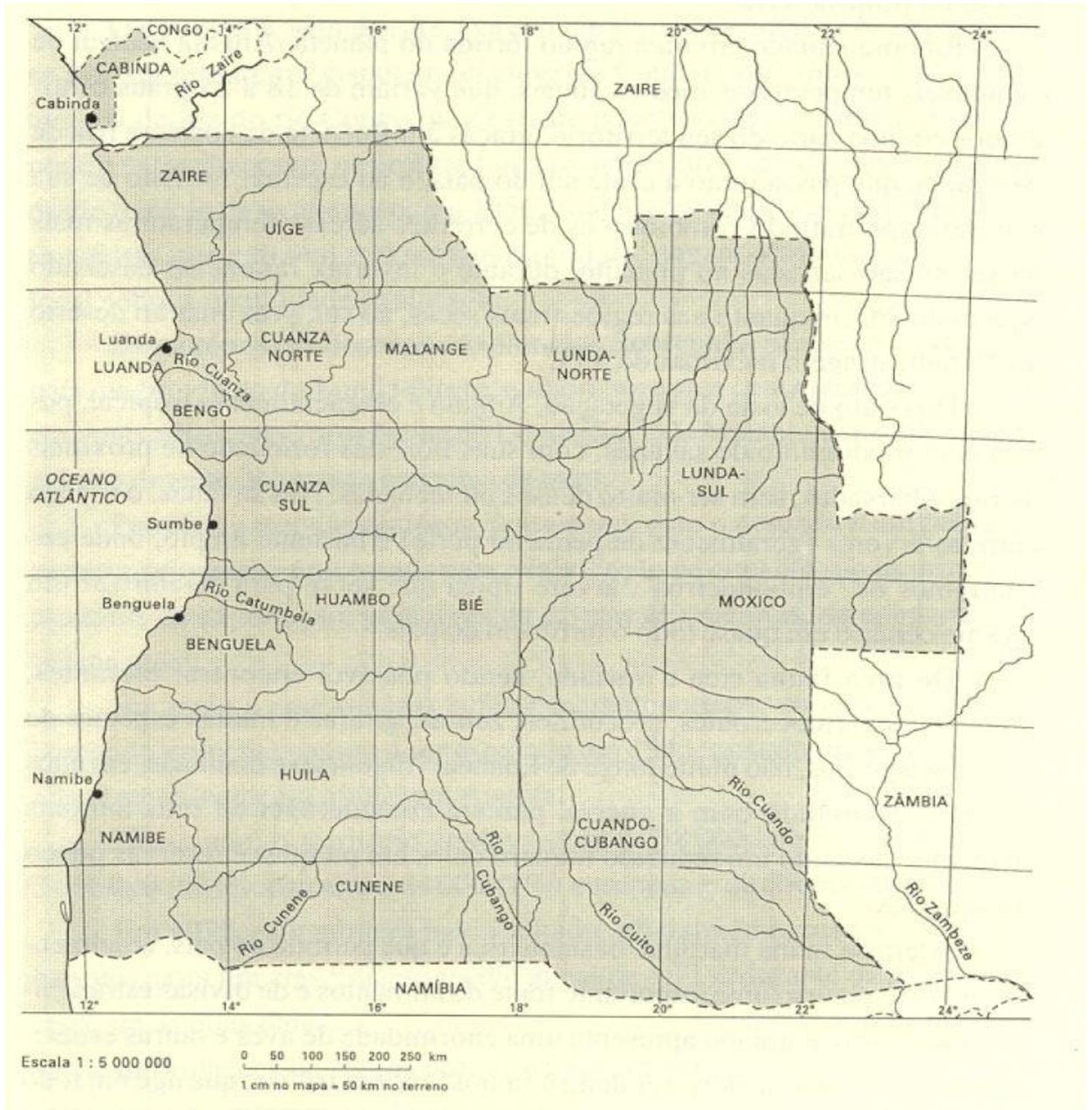
Do ponto de vista administrativo as províncias de Angola são: *Cabinda, Zaire, Uíge, Bengo, Luanda* (capital do país), *Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Malanje, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Benguela, Huambo, Moxico, Kuando-Kubango, Huíla, Cunene, Bié e Namibe*. A província de *Cabinda* encontra-se distanciada do restante do país devido a uma faixa estreita de menos de 50km de largura através do rio *Zaire* como é visível no mapa abaixo:

⁶ Comunidade de Desenvolvimento dos Países do sul da África, dos quais fazem parte Angola, Moçambique, Namíbia, África do Sul, Zimbabwe, Madagascar, Zâmbia, Lesoto, e a Suazilândia (*Southern Africa Development Community*).

⁷ Região próxima ao Equador que inclui no seu seio várias sub-regiões, com vegetação, clima e cultura próprios. A sistematização destas sub-regiões pode ser aferida tendo em conta a proximidade da linha do equador, em função do qual as mesmas se dispõem, quer a Norte quer a Sul do continente africano. Portanto, a África Sub-sahariana, abrange, mormente os países que se localizam na África Central e África Austral.

⁸ Ver: *Relatório Económico de Angola 2008*, Universidade Católica de Angola.

Figura. 3- Mapa de Angola



Fonte: Menezes, (2000:95)

1.1 Retrospectiva da Situação Económica e Social Angolana

O conflito militar⁹ entre o MPLA e a UNITA dominou, por completo, os 27 anos seguintes à independência, ocorrida em 1975. A política económica e a gestão macroeconómica tiveram, sempre, como condicionante de primeira instância e determinante de última hora as necessidades financeiras e materiais da guerra. Para Rocha, (2004:2) a excessiva vulnerabilidade da economia não mineral, a desproporcionada dependência da procura e do preço mundiais do petróleo e o sistema centralizado de organização económica ajudaram a criar uma situação de crise económica permanente, com consequências sociais marcantes, traduzidas por uma taxa geral de pobreza de 68,2%, uma inflação média entre 1991 e 2002 de mais de 600% ao ano, uma taxa de analfabetismo dos adultos de cerca de 58%, uma taxa actual em 2012 de desemprego estimada entre 27% e 35%, uma esperança média de vida de 45 anos e um PNB médio por habitante entre 1990 e 2000 não mais de US\$ 350. Se forem adicionadas as enormes desigualdades de distribuição pessoal, funcional e espacial do rendimento nacional, fica-se com uma ideia aproximada do que as políticas públicas e as estratégias empresariais têm pela frente para reconstruir o país e transformá-lo numa das economias mais fortes e dinâmicas da África Austral.

A atmosfera de paz que perpassa por todas as classes sociais e cruza o território nacional é patente e, mais decisivo, irreversível. Existem elementos envolventes da ambiência económica e de negócios que se não forem estabilizados conferem aos contextos de determinação macroeconómica e empresarial um exagerado grau de incerteza, que se reflecte no risco das políticas públicas e nas decisões de investimento privado. Risco elevado normalmente significa desempenhos baixos e custos excessivos. (Rocha, 2004:1) refere ainda que no “caso de Angola, a guerra foi um dos elementos mais essenciais da incerteza económica, e que afectou particular e significativamente a economia não petrolífera. Removida esta perturbação política e anomalia social, o ambiente de negócios aparece mais tranquilo e propício à perspectivação do desenvolvimento económico. Esta constatação é indiscutível, restando, portanto e apenas, saber como maximizar a existência e utilização de um bem público como a paz”.

Passado o período sombrio da guerra civil, as expectativas da sociedade angolana e internacional eram de que o governo angolano conseguisse alterar a situação do pessimismo social e económico, fruto da realidade que a nação angolana atravessara. Contudo, as constatações *in loco* a nível da distribuição da renda (emprego), transparência, gestão do bem

⁹ A UNITA e o MPLA dividem os grupos sociais com tendências ao radicalismo exclusivista e a supressão dos interesses nacionais em favor do partido e seus líderes. É a fonte da intolerância política e do medo generalizado do povo que recomenda uma política de reconciliação nacional efectiva e urgente.

público e da governabilidade e da garantia dos direitos humanos constituíram-se como problemas crónicos o que fez com que Pestana (2004:3) adoptasse três paradigmas explicativos da classe dirigente angolana: Estado-força (1975-1985), Estado patrimonialista (1985-1990) e Estado predador (1990-2004). Para as duas últimas classificações o autor refere que primeiro, o estado patrimonialista é marcado pela procura de uma economia de rendimento através da mobilização da inteligência nacional e de capitais estrangeiros, pela “estatização” da repressão, pela imposição de uma dita “legalidade socialista”. Já o Estado-predador, é definido pela bipolarização agravada do poder, pela erosão do político, devido à ausência do projecto político real, pela criminalização do aparelho do Estado, pela economia de predação, acompanhada da corrupção económica e social, num quadro contraditório de declarada transição democrática e de liberalismo económico¹⁰.

Durante o período 2004-2010 aconteceram algumas modificações na estrutura governativa, que procurou simplesmente legitimar o partido no poder. O MPLA, ganhou as eleições em 2006 com uma margem de 81% dos votos que serviu de base para a alteração da Constituição da República, conferindo assim, mais poderes à figura do Presidente, essa Constituição foi na altura classificada como atípica, por não ser comum nos países democráticos. Para os partidos da oposição a Carta Magna da Nação, bem como para a sociedade civil, não reflectia os anseios da população, mais representavam a centralização da actividade política, económica e social a pessoa do Presidente, levantando inquietações que nos leva a crer que a mesma possa ser alterada em governos futuros ganhos por partidos da oposição.

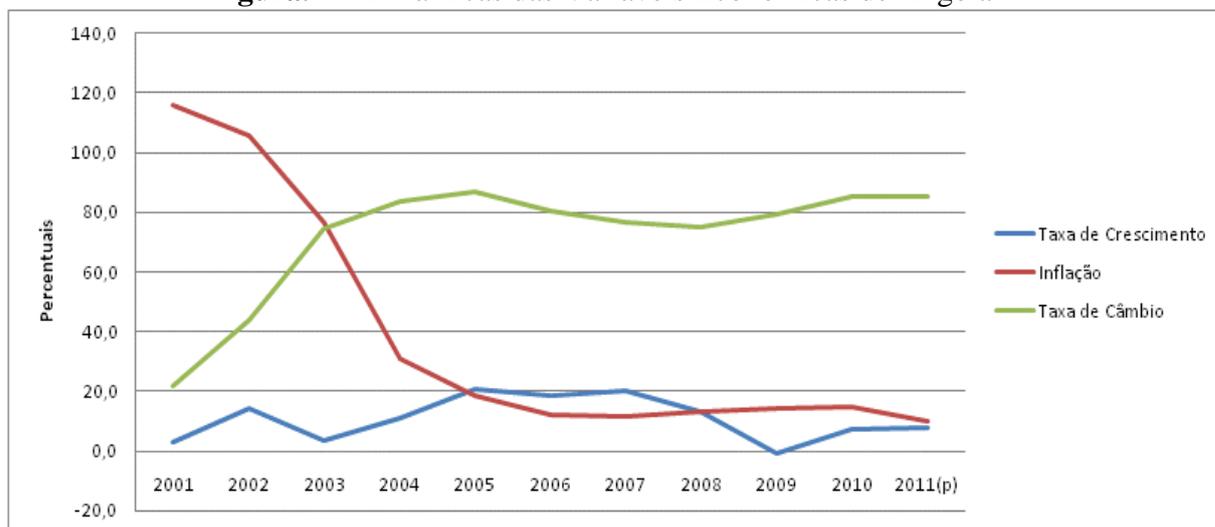
Já o comportamento do Produto Interno Bruto da economia angolana entre 2000 a 2009 teve uma evolução cíclica positiva. Apesar dos efeitos nefastos da guerra que ainda assolavam o país até os anos 2002. O PIB teve um resultado de 4,4% no ano 2000 puxado sobretudo, pelo sector do enclave, em 2001 houve uma variação positiva de 0,5% e a partir de 2002 os resultados começaram a ser mais significativos tendo naquele ano um crescimento na ordem de 5,2%.

Contudo em 2003, um ano após o término da guerra civil a economia angolana cresceu 9%, em 2004 começa a escalada de dois dígitos perfazendo 20,42% e em 2005 ocasionado uma variação positiva de 2,75%. É bom frisar que esse crescimento também é fruto do bom momento que o país começava a trilhar, a garantia da estabilidade político-militar, bem como o bom momento da economia internacional, em particular, na importação do petróleo e diamantes, permitindo, assim uma arrecadação de receitas significativas por

¹⁰ Para mais informações ver: Nelson Pestana, 2004.

parte de Angola. Aliás, de 2000 a 2009 o PIB angolano vinha sendo puxado pelo sector petrolífero e diamantífero, sectores estes que se constituem como os sectores dominantes da economia nacional.

Figura. 4 – Dinâmicas das Variáveis Económicas de Angola¹¹



Fonte: Unctad (2010); p (perspectiva).

Este ritmo permitiu que, em 2007, Angola passasse a ser a 7^a economia africana, a 3^a na África Subsariana, a 2^a da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a 1^a na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). O relatório do CEIC (2008:9) aponta que entre 2002 e 2008, o crescimento médio anual do produto não petrolífero (7,1%) não estava muito distante da média registada na produção petrolífera (7,6%). Contudo a galopante dinâmica da economia nacional começa a ser travada em 2008, tendo como justificativa a crise financeira¹² que reflectiu nas exportações bem como a queda dos preços do petróleo e os diamantes¹³.

Apesar da crise em 2008, o relatório da UCAN aponta os anos 2005, 2006, 2007 e 2008 são, até o momento, os melhores depois da independência, sendo os responsáveis pela alteração significativa do declive da recta de tendência a 28 anos (de longo prazo). Confirma-se assim o significado e a importância económica da paz: a tendência de crescimento de médio prazo 2002-2008 é a de maior representatividade do grande ciclo económico depois de 1980.

¹¹ A taxa de câmbio com relação ao USD era de AKZ 98,00

¹² A eclosão da actual crise financeira está oficialmente datada em 6 de Agosto de 2007, quando a *American Home Mortgage*, uma das instituições de crédito independentes de maior dimensão dos Estados Unidos da América, declarou falência provocada pela queda do mercado imobiliário. Porém, desde 2000 que os mais astutos operadores dos mercados financeiros internacionais identificaram sinais preocupantes de que, mais tarde ou mais cedo, o *crash* bolsista poderia acontecer.

¹³ Os preços destes minérios caíram cerca de 75% em Junho de 2008 e o início de 2009.

Contudo apesar do crescimento vertiginoso da economia nacional continua-se a constatar que:

- a)** esse crescimento não tem gerado uma melhoria proporcional das condições de vida da população – devido ao modelo de constituição de riqueza e de distribuição do rendimento nacional,
- b)** os custos associados à intensa variação do nível geral da actividade económica têm sido elevados e mal distribuídos,
- c)** a estrutura económica continua, no primordial, a mesma, representando a economia mineral mais de 50% do PIB total,
- d)** e a estabilização macroeconómica conseguida não tem, ainda, fundamentos sólidos, dados pela economia nacional não petrolífera (agricultura, manufactura, serviços diversos) e pela capacidade científica, tecnológica e de inovação.

CAPÍTULO II – A EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA

1. O Desempenho do IDE durante o Pós-guerra

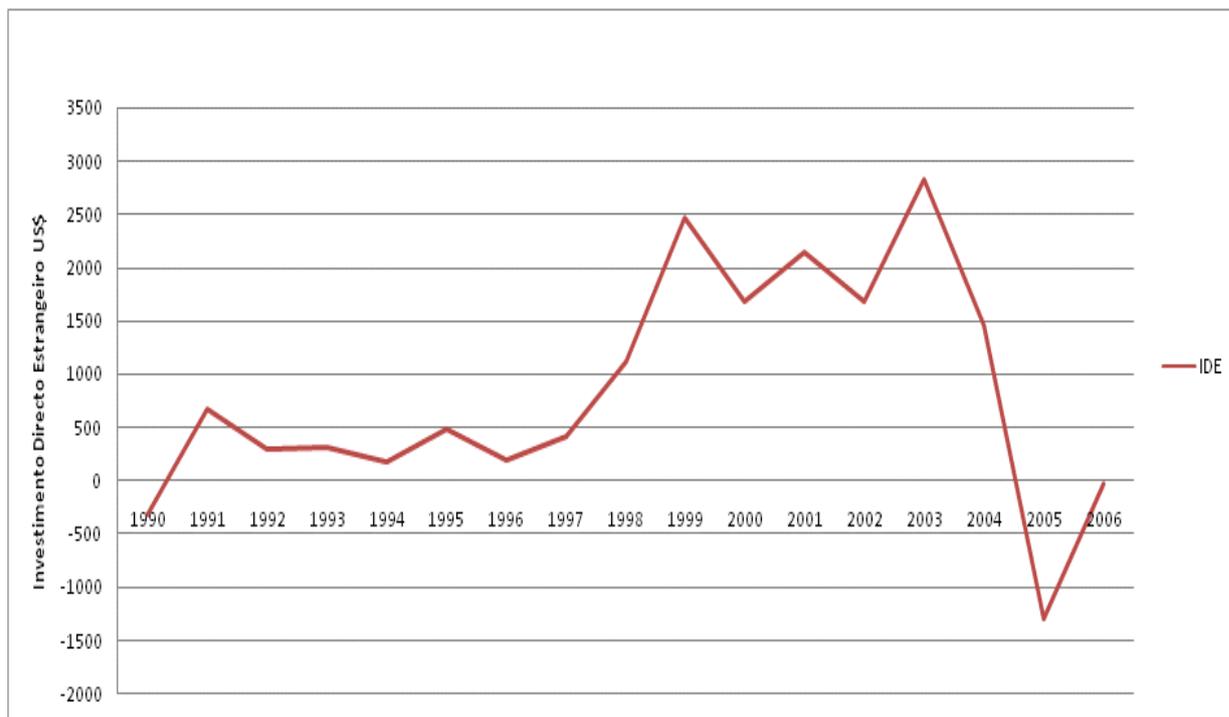
Segundo Rocha (2007:133) a relação entre investimento e o crescimento económico de longo prazo no contexto duma adequada estratégia de reconstrução nacional pós-conflito estabelece-se no quadro das fontes de crescimento económico. Neste contexto, entendemos que a fraca capacidade interna de geração de poupança em Angola constitui-se como fonte de dificuldades para o financiamento dos investimentos que o país precisa. As políticas macroeconómicas eleitas pelo Estado angolano apesar de virem imbuídas da preocupação em criar um ambiente mais estável naquilo que é a criação de resultados positivos em termos de poupança fruto de uma política monetária baseada em taxas de juros reais e positivas que possibilitem o fomento da poupança interna e da sua canalização ao sistema bancário, Angola ainda encontra-se distante da realização de investimentos cujas fontes sejam na sua maioria internas.

Na análise do período de 1986-1991, Ferreira (1997:225) conclui que “a estagnação e a recessão da economia angolana deveram-se à acção conjugada da adopção errada de políticas macroeconómicas, da existência de um Kwanza sobrevalorizado, dos défices orçamentais elevados e persistentes, dos monopólios estatais impeditivos da concorrência, do sistema de direcção económica central no que foram agravados por um factor exógeno que foi a instabilidade das receitas de exportação de petróleo”. Esta conclusão pode ser extrapolada para o restante período da nossa análise, com algumas excepções, nomeadamente a questão do sistema económico de direcção central que, pelo menos formalmente, já não se encontra em vigor. Portanto, as condicionantes apontadas tiveram um impacto directo na acumulação interna de poupanças que posteriormente pudessem ser utilizados como investimentos na economia local.

Assim o IDE acabará exercendo um papel influente na economia angolana pela dinâmica que o mesmo cria quando o objectivo do governo local é criar condições económicas favoráveis. No gráfico abaixo é possível percebermos a evolução do IDE de 1990 a 2009. A escalada do IDE normalmente obedece critérios credivéis dos quais a estabilidade macroeconómica e a estabilidade política acabavam por ser pilares para a efectivação dessas receitas no fomento nacional, contudo, durante os 19 anos da evolução do IDE o país atravessou um período de guerra civil, excepto no ano de 1992, momento em que

ocorreu uma ligeira trégua, tendo-se também acontecido na altura, as primeiras eleições no território nacional.

Figura. 5 - Evolução do IDE em Angola 1990-2009



Fonte: Centro de Estudos e Investigação Científica, 2009.

Portanto, a década de 90 é também tida segundo Rocha (2007) como uma época de transição económica e política. O país deixa o sistema de planeamento central para a economia de mercado (1992) e do sistema governativo consubstanciado no “partido único” para o sistema democrático e pluripartidário. Isso por si, já constituía como elemento para uma maior atracção dos IDE, no entanto, apesar das mudanças acima referida, Angola mergulhou novamente nos finais de (1992) numa guerra civil fratricida, logo após os acordos de Bicesse, o que se constitui como um recuo dos resultados que poderiam ser almejados naquele contexto. O IDE direccionado para Angola, naquela altura, destinava-se maioritariamente ao sector petrolífero, por ser um dos poucos sectores que até então eram protegidos pelo estado angolano.

Em 1993 com a retomada dos conflitos, era de se esperar que os investimentos não aumentariam, constatando-se, uma ligeira queda a níveis percentuais, em 1994 a queda foi ainda mais acentuada conforme é visível no gráfico acima. Contudo, os investimentos pouco evoluíram para os sectores primários e terciários da economia angolana. Em 1998 com as medidas dos pacotes jurídicos-legislativos referente ao IDE e a reforma das instituições financeiras, originou uma liberalização mais acentuada do mercado, transmitindo confiança

ao investidor internacional ocasionando posteriormente abertura de vários bancos internacionais no país, o que permitiu no mesmo ano um valor global de IDE avaliado em US\$ 1.114 mil milhões, um facto inédito na história económica de Angola. Entre 1990 a 1999 Angola teve um IDE global avaliado em US\$ 5.740,3 mil milhões. Em 1990 Angola teve um resultado inferior a 6% do IDE, sendo que a partir de 1991, começou a apresentar resultados positivos, naquele ano o IDE foi de 12% em 1992 no ápice das primeiras eleições o IDE teve uma baixa de -7% justificado pelo clima tenso após as primeiras eleições o que levou novamente o país a guerra civil, em 1993 manteve os de 5% do ano transacto e passou para 2% em 1994, tendo havido uma queda de -3%, em 1995 houve uma relativa recuperação nos investimentos, aposta oriunda do investidor externo que contribuiu para uma alta de 8% naquele ano, contudo em 1996 constatou-se uma nova variação negativa no IDE e o resultado foi de 3%, em 1997 tivemos o último resultado de um dígito 7%, pois, a partir de 1998 Angola atinge um pouco mais de mil milhões de dólares, o primeiro em sua história o que representou 19% no valor global, sendo que em 1999 houve um expressivo IDE que representou 43% na avaliação global.

No que diz respeito às empresas estrangeiras actuantes em Angola (exceptuando as do “enclave”), havia portuguesas (a maioria) brasileiras e russas, possuindo sucursais e escritórios em Luanda. As empresas portuguesas, por exemplo, actuavam com uma diversificação maior em termos de actividades, com destaque para a construção civil e os serviços de “consultoria” em diversos campos. Pouco antes das eleições de 1992, por exemplo, uma empresa portuguesa segundo Menezes (2000) “de radiodifusão passou a operar, em parceria com o governo, o canal oficial da Televisão Popular de Angola (TPA)”.

As empresas brasileiras representavam um volume alto de investimentos, pois estavam ligadas, ou no petróleo (caso da Petróbras), ou à construção da hidreléctrica de Capanda (Norberto Odebrecht, Furnas), ou ainda à exploração de minérios e construção privada (Odebrecht). Também havia uma grande oficina mecânica em Luanda, operada por brasileiros, tolerada pelo governo (que usava seus serviços) desde a época “socialista” (praticamente não havia serviços de reparos, inclusive de veículos, em Luanda). Muitos brasileiros actuavam também como “consultores” autónomos em Angola, ministrando cursos e treinando membros da administração pública. Muitas dessas actividades encontravam-se desregulamentadas e não sofriam tributação.

Certamente com a chegada de empreendedores estrangeiros, o perfil de actuação das empresas privadas em Angola sofreu uma profunda alteração. Se pensarmos que com a liberalização económica de 92, uma verdadeira febre de cantinas segundo Menezes (2000)

abriu em Luanda (e as demais cidades). Instaladas em contentores (em que se fazia uma abertura lateral, à frente da qual se instalavam mesas para atender os clientes), sua expansão foi muito grande, fazendo com que a ilha de Luanda, por exemplo, tivesse grupos de cantinas que permaneciam abertos praticamente dia e noite.

Como a actividade estava desregulamentada, poucas foram as cantinas que se instalaram em estabelecimentos de alvenaria. É bom frisar que o processo do renascimento dos negócios em Angola começa precisamente em 1991, quando o governo se mostrou tolerante a iniciativa privada. Em primeiro lugar, constatou-se um crescimento exponencial dos mercados “paralelos” que aumentaram em volume em pontos espalhados pelas “grandes” cidades do país. Uma observação interessante é a de que muitos comerciantes que actuavam nos mercados de Luanda não eram angolanos, mas zairenses, africanos de outras nacionalidades ou mesmo de outros continentes (indianos, libaneses, brasileiros), hoje aliás esse fenómeno persiste com os senegaleses e ivoarienses que investem especialmente em “cantinas” comercializando essencialmente produtos de conveniência, este facto, explica-se basicamente por duas razões:

- a. uma hipótese para isso é que muitos angolanos, temendo represálias do governo (durante a fase anterior a liberalização), não se arriscava a “operar no paralelo” e, quando a economia se abriu, seu espaço já estava ocupado por estrangeiros que agiam com maior liberdade;
- b. outra hipótese (e que merece ser investigada oportunamente, a nosso ver) é que o angolano típico não possuía aptidão para a realização de negócios (isto é, não tinha desenvolvido o “espírito empreendedor”, o *animal spirits* capitalista).

Submetido, durante longos anos, a um cruel colonialismo que não lhe permitia empreender e, depois com um modelo “socialista” com ramificações marxista-leninista, um sistema que condenava a iniciativa privada, era difícil que o angolano tivesse sua vocação empreendedora desenvolvida.

Um importante reconhecimento por parte do governo angolano foi o do direito à propriedade privada (que, entretanto, não estava devidamente regulamentada em 1992), permitindo que estabelecimentos e outros bens fossem registados em nome de pessoas físicas e jurídicas. Neste período, a propósito, cresceu o número de estrangeiros em Luanda e no país todo, realizando negócios e prospectando possibilidades de negócios. Também, se elevou o número de fundações e instituições estrangeiras com interesse em Angola. Os estrangeiros provinham, principalmente, das Filipinas, do Japão, das Coreias (norte e sul), da Índia, da China, do Estado Unidos, do Brasil e maioritariamente de Portugal. Os interesses

consubstanciavam-se desde a mineração (incluindo o contrabando) até a venda de automóveis, a troca de produtos por petróleo, a construção de empreendimentos imobiliários e a exploração de fazendas agrícolas e de pecuária.

No que tange à propriedade imobiliária, uma discussão muito intensa se estabeleceu, naquela ocasião, sobre a hipótese de que certos estabelecimentos, tanto urbanos quanto rurais, deveriam ser devolvidos a seus donos de origem (os portugueses que abandonaram o país na época da libertação nacional) para que eles restabelecessem seus negócios. O governo de Portugal, particularmente, insistia nesse assunto nas reuniões bilaterais e, sobretudo, nas divulgações pela média. Ainda nos anos 90 Angola investiu na ratificação dos acordos bilaterais com seus parceiros económicos no intuito de atrair investimentos, esses acordos acabaram por ser uma *mais-valia*, no momento em que o país atravessa situações difíceis no campo económico:

Quadro. 6 - BIT's 1 de Janeiro 2002 – Angola

País	Data de Assinatura
Cabo Verde ¹⁴	30 de Setembro de 1997
Itália	10 de Junho de 1997
Portugal	24 de Outubro de 1997
Reino Unido	4 Junho de 2000

Fonte: Unctad, (2002)

Neste contexto, Angola entra no ano 2000 com um desempenho melhor em relação os anos homólogos, em 2002 celebrou outros acordos e tornou-se membro de vários organismos de fomentos de negócios e relações multilaterais tais como: Agência Multilateral da Garantia dos Investimentos (MIGA)¹⁵, TRIMs¹⁶, GATs¹⁷, TRIPS¹⁸ e tornou-se ainda naquele ano membro da WAIPA¹⁹. De facto o ano de 2002 foi memorável para Angola, pois foi neste mesmo ano em que aconteceram a segunda eleições do país após ter havido uma conciliação

¹⁴ Angola assinou tratados de investimento bilaterais com Portugal, África do Sul, Reino Unido, Itália e Alemanha. Após ratificação, estes tratados disponibilizarão incentivos e protecções adicionais aos investidores oriundos destes países. Foi já ratificado um acordo de investimento bilateral com Cabo Verde.

¹⁵ Angola é membro da Agência Multilateral da Garantia dos Investimentos (MIGA), que disponibiliza garantias ao investimento no sector privado e assistência na resolução de conflitos.

¹⁶ Angola adere as Medidas de Investimentos Relacionadas ao Comércio (TRIMs), da Organização Mundial do Comércio.

¹⁷ Angola é membro da Organização de Acordos Comércio e Serviços (GATs), afecto a Organização Mundial do Comércio.

¹⁸ Angola adere também ao Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual (TRIPs). Acordo constitutivo da Organização Mundial do Comércio, assinado em Marraquexe, Marrocos em 15 de Abril de 1994.

¹⁹ Angola é membro da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (WIPO) e adere ao seu código para a classificação internacional de patentes e registo de marcas comerciais.

entre as forças armadas angolanas e a UNITA. Portanto, o clima estava criado para a canalização do investimento mais diversificado para Angola, uma vez que as parcerias estavam efectivadas, Angola era um país com grandes carências em termos de investimentos, a procura de produtos e serviços era de facto uma realidade e a reconstrução nacional que era prioritária em função da destruição causada pela guerra civil era necessária ser ultrapassada. Assim, o estado angolano aprovou a Convenção de Paris para a Protecção da Propriedade Industrial, que tem por objecto proteger as patentes e as marcas comerciais, posteriormente, adoptou o Protocolo do Comércio da SADC que harmoniza os regimes comerciais e aduaneiro e reduz as tarifas entre os 14 Estados-Membros da SADC, bem como, assinou acordos de cooperação aduaneiros com Portugal e São Tomé e Príncipe, e negociou com a África do Sul, a CPLP, a Namíbia, a Zâmbia e a República Democrática do Congo a celebração de acordos semelhantes²⁰.

O sector privado angolano segundo Menezes (2000:267) era formado, fundamentalmente, por empresas que não foram nacionalizadas após a libertação nacional. Em 1984 havia 267 empresas privadas e 19 empresas mistas, trabalhando nessas empresas cerca de 60 mil empregados, o que correspondia aproximadamente um quarto da força de trabalho total empregada na produção. Mais da metade dos empregos nas empresas privadas se encontravam em actividades transformadoras.

As empresas privadas, de um modo geral, operavam segundo a legislação revolucionária, mas seguiam os códigos vigentes ainda durante o período colonial. Eram leis que se referiam à concessão de licenças e registos, aos pagamentos de tributos, às remessas de lucros e de capitais por empresas estrangeiras e que, dadas as condições do país, não puderam ser reformuladas de imediato.

Entre 1991 e 1992, na fase de efectiva abertura da economia nacional, essas empresas passaram a possuir maiores graus de liberdade que seus eventuais concorrentes externos no aproveitamento de negócios e oportunidades que surgiram. Angola, a despeito de sua estreita cooperação com os países socialistas, sempre manteve uma política de cooperação relativamente aberta também com empresas estrangeiras capitalistas, incluindo algumas multinacionais conhecidas. A Lei do Investimento Estrangeiro, aprovada em 1979 e em vigor desde então, permitia a presença de capital social alienígena em Angola, desde que a independência e os interesses do país fossem respeitados.

²⁰ Ver: <http://www.anip.co.ao/Guia-do-Investidor/Proteccao-ao-Investimento.aspx>: essas informações constam no relatório da Agência Nacional Para o Investimento Privado (ANIP), acedido 14. 10. 2010.

Ferreira (1993) dividiu a evolução da situação de Angola a partir de 1975, em dois períodos distintos, “ao nível do discurso económico: **I**) o primeiro, que decorre de 1975 a 1987, caracterizado pela negação do papel e importância do mercado e do agente económico privado, pelo dirigismo económico estatal e pela ausência de participação nos principais organismos e instituições económicas internacionais; e **II**) o segundo, que decorre entre 1987 e 1992, em que se começa lentamente, é certo, a pôr em causa as “virtualidades” da forte “redescoberta” da economia de mercado, do papel do empresário nacional privado e das vantagens da inserção nas instituições e organismos financeiros internacionais (nomeadamente o FMI e o Banco Mundial). Coelho (2001) alega que volvidos quatro anos desde essa análise, o mesmo autor (Ferreira, 1997) actualiza essa divisão, considerando já o conjunto de programas económicos lançados ao longo dos anos 90.

Neste contexto, os primeiros esboços para uma transição para a economia de mercado começa em 1987 (SEF – Saneamento Económico Financeiro), o “PRE – Programa de Recuperação Económica” em 1989, o PAG – “Programa de Acção do Governo” em 1990, que segundo Coelho (2001), em termos práticos foram muito tímidas e inconsequentes, constituindo apenas uma fase de pré-transição em que o enquadramento global continuava a ser o vigente desde 1975, ou seja: “o sistema económico de direcção central e planificada, o sistema político de partido único e a prevalência da situação de guerra civil” Ferreira, (1997). Só em 1991 é que se verifica uma mudança, com a publicação da Lei Constitucional revista em Março – que viabiliza o declínio da economia de direcção central planificada e do regime de partido único – sequencialmente em 1992 assina-se os acordos de paz e Bicesse em Maio, que marcam o início do atribulado processo de paz angolano, podendo afirmar-se que a segunda República inicia-se efectivamente a partir deste período.

Em 1992 começa também as primeiras privatizações das antigas empresas geridas pelos colonos portugueses. No entanto, essas privatizações não eram direccionadas essencialmente para o empresariado privado (estrangeiro), mais sim, para o nacional, que a bem da verdade, não tinha experiência de gestão, em função dos condicionantes e da realidade política assumida outrora (socialismo marxista-leninista). As privatizações, confinaram-se, num grupo específico de indivíduos que gravitavam em torno da política partidária (senão mesmo os políticos), que sem compreenderem os princípios administrativos, procuraram gerir as empresas, no entanto, não conseguiram dar continuidade aos “projectos empresariais”, decretando assim a falência das empresas privadas nascentes.

É neste contexto que o IDE começa a assumir capital importância no processo de crescimento da economia nacional. Desde 1992, o governo de Angola vem elaborando

políticas para o fomento de capitais estrangeiros é assim que nos anos subsequentes na tentativa de atrair investimentos externos, com a paz conseguida em 2002, Angola passou a viver um novo momento que incentivou as empresas estrangeiras a se estabelecerem no país, a ANIP aproveitando-se do bom momento da economia nacional elaborou um documento oficial²¹ posteriormente aprovado pelo conselho de ministros na perspectiva de tornar os investimentos possíveis, e se definiu como prioridade os seguintes sectores:

I - Sectores Económicos prioritários:

- Agricultura²² e Pescas
- Construção civil
- Energia e águas
- Infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, portuárias e aeroportuárias
- Educação e Saúde
- Indústria transformadora
- Equipamentos de grande porte de carga e passageiros

Para alcançar os investimentos nos sectores descritos dividiu-se o país em zonas (grupos) especiais de desenvolvimento (**A**, **B** e **C**) e cada uma dessas zonas lhe foi imputada uma série de atractivos fiscais, conforme abaixo:

²¹ <http://www.anip.co.ao/Legislacao/Incentivos-Fiscais-e-Aduaneiros.aspx>, acedido, 23. 10. 2011

²² Os investidores externos têm procurado evitar os investimentos na agricultura. O parecer de Rocha sobre o assunto é que “talvez pressentindo este fenómeno de fuga do investimento privado – a fuga não acontece apenas em termos de deslocalização das actividades, mas, igualmente, quando as regiões não apresentam condições suficientes de atractividade – as autoridades provinciais tinham realizado o Fórum sobre as oportunidades de investimento em Malanje em Maio passado”, ver: ROCHA, (2010). *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Os Factores de Competitividade Territorial* –, Centro de Estudos e Investigação Científica, Luanda, Angola.

Quadro. 7 – Zonas de Desenvolvimento Elegíveis Definidas pelo Governo Angolano

Os Incentivos que Pode Receber			
Zona de Desenvolvimento	Direitos aduaneiros: as operações de investimento estão isentas do pagamento de direitos e demais imposições aduaneiras.	Imposto industrial: os lucros resultantes de investimentos estão isentos do pagamento de imposto industrial.	Imposto sobre rendimento de capitais: as sociedades que promovam operações de investimento ficam isentas do pagamento de imposto sobre o rendimento de capitais.
Zona A: província de Luanda e a capital das províncias de Benguela, Huíla, Cabinda e o município do Lobito.	3 anos	8 anos	5 anos
Zona B: restantes municípios das províncias de Benguela, Cabinda e Huíla e as províncias do Kwanza Norte, Bengo, Uíge, Kwanza Sul, Lunda Norte e Lunda Sul.	4 anos	12 anos	10 anos
Zona C: províncias de Huambo, Bié, Moxico, Kuando Kubango, Cunene, Namibe, Malange e Zaire.	6 anos	15 anos	15 anos

Fonte: ANIP, 2009.

Nota-se que a **Zona A** teve reduzido o tempo dos incentivos fiscais por ser normalmente o local aonde os investimentos estrangeiros canalizam-se com maior afluência, por exemplo, o volume de negócios em Luanda era em 2006 de 71% de todos os negócios que aconteciam no país, as outras províncias como Lunda-Norte em termos de volume de negócios aparece com 0,6% mesmo sendo uma região próspera na produção de diamantes. Lunda-Sul abarcava 1,6% do volume geral dos negócios, sendo que também possui uma indústria diamantífera que vem crescendo significativamente. A província do Huambo é a que melhor se destacava depois de Luanda, representando 4%, no volume geral de negócios em 2006. Contudo, essa situação, não se alterou consideravelmente desde 2006.

Quadro. 8 - Assimetrias Regionais em Angola

Variáveis	Luanda	L.Norte	L.Sul	Malanje	Huambo	Bié	Nacional
<i>Pib perCapita</i>	3476,3	1324,9	1842,2	243,6	489,5	201,1	2.423
Taxa de Pobreza (%)	49,1	68,2	68,0	77,7	60,5	87,6	68,2
Taxa de Desemprego (%)	20,9	18,9	18,7	19,7	27,4	22,4	27,4
Volume de Negócios (peso %)	71,2	0,6	1,6	1,3	4,2	0,3	100

Fonte: CEIC, 2006.

Os indicadores das assimetrias regionais em Angola no **Quadro. 8** demonstram que o desenvolvimento nas regiões exceptuando Luanda tem os níveis mais baixos, isso acontece pelos seguintes factos:

(i) há uma forte concentração, pois o poder de compra da população Luandense é maior em relação ao resto do país, mesmo que a taxa de desemprego seja sensivelmente mais elevada, contudo, se olharmos no índice de pobreza veremos que é menos grave em Luanda;

(ii) de acordo com Rocha, (2010:39) ainda que seja pacífica a ideia de se levar o desenvolvimento até o interior do país, mais discutível, porém, é a delimitação de zonas ou eixos de desenvolvimento sem que exista um estudo científico e preciso sobre as diferentes características – humanas, geográficas, mesológicas, recursos naturais²³, etc. -, que tornam as regiões mais ou menos homogéneas.

Do que também se não duvida é da necessidade de se descongestionar a região de Luanda, tendencialmente de gestão difícil e complexa, de todos os pontos de vista. Existem estimativas que apontam no sentido da cidade de Luanda poder contar com cerca de 10 milhões de habitantes dentro de 10 anos, numa projecção linear²⁴. Tornar-se, portanto, imprescindível configurar zonas ou eixos de desenvolvimentos do centro-interior que contrariem a exagerada atracção pela cidade-capital.

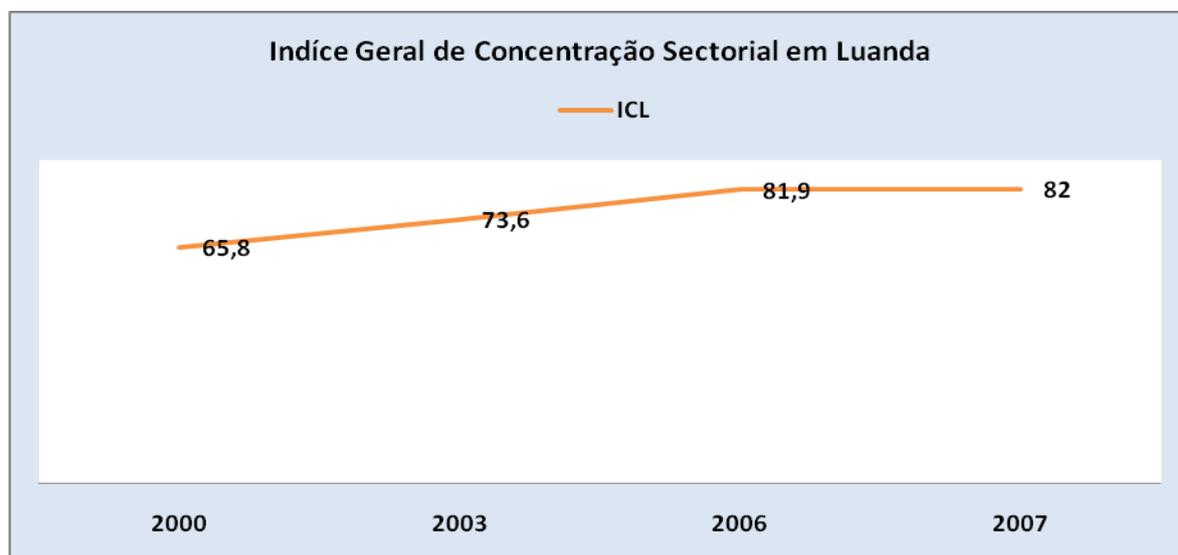
Portanto, o IDE poderá ter um impacto positivo na contribuição do bem-estar das populações angolanas na medida em que o fomento de empresas a nível das regiões *discriminadas* pelo IDE passa a garantir a empregabilidade e permita o acesso ao consumo bem como a possibilidade de incremento das actividades negociais de cada província o que poderá ainda proporcionar maiores vantagens de negócios fazendo surgir pequenas, médias e grandes empresas a nível local.

²³ Segundo Rocha, um estudo com estas intenções deveria ser realizado/coordenado pelo Ministério do Planeamento, que é a instituição do Governo estatutariamente com responsabilidades claras no domínio do desenvolvimento regional/provincial. Poderia basear-se nos excelentes e internacionalmente conhecidos trabalhos do Engenheiro Castanheira Dinis sobre a zonagem agrícola de Angola.

²⁴ Manuel José Alves da Rocha sugere ainda que as projecções demográficas contidas na Carta Estratégica de Luanda, Governo Provincial de Luanda, devem estar ultrapassadas.

Fazendo uso das estatísticas da estrutura sectorial do PIB nacional e os pesos sectoriais da província de Luanda no PIB nacional chega-se a um coeficiente geral de concentração com um valor médio de 76%.

Figura. 6 – Concentração Sectorial em Luanda (%)



Fonte: Rocha (2010:85), cálculos do CEIC.

Apesar de haver uma tendência em termos de concentração a nível sectorial em Luanda, o certo é que os investimentos têm preferido Angola em detrimento de outros países da região ou mesmo do mundo. Assim, a longo prazo, o que se espera é que os incentivos fiscais propostos pelo governo local atraiam os investimentos nas áreas circunscritas.

Ressaltar ainda que o relatório do *World Bank* (2007) mostrava que as empresas situadas em Luanda são mais produtivas do que das empresas das restantes províncias do país e que as empresas de capital estrangeiro são também as mais produtivas. Estes resultados corroboram os encontrados para a produtividade do trabalho. O único resultado contra intuitivo segundo o *World Bank* refere-se à influência da dimensão da empresa, uma vez que constatou-se que as empresas de média dimensão têm a produtividade de total dos factores médios mais elevadas.

A evolução do IDE no período 2000 a 2006 teve um resultado abaixo das potencialidades da economia angolana, por exemplo, no grupo dos países que compõem a SADC, Angola continua a ser um dos destinos favoritos em termos de IDE, tendo, em 2008, atingido um total de US\$ 15.548 mil milhões, face a um total de US\$ 9.796 mil milhões em 2007, o que representa um acréscimo de sensivelmente 58%, segundo dados do “*World Investment Report 2009*” da (UNCTAD).

Averiguou-se na **Figura.6** que os fluxos de IDE em Angola sugeriram (1990-1999) uma variação cíclica bastante irregular, sendo que apenas em 1998 o valor total de IDE atingiu mil milhões de dólares, fruto das medidas económicas (jurídico-legislativo do IDE) e a crescente aposta no sector petrolífero liderado especialmente pelos EUA e a França. De facto, Angola tem-se situado, desde 1999, entre os cinco principais receptores de IDE em África²⁵, embora esses valores tenham diminuindo significativamente²⁶ desde o ano 2000 até o ano de 2002, após esse período compreendido como histórico pelo facto de que a guerra civil tivesse terminado em função de um evento nefasto que culminou com a morte do Dr. Jonas Malheiro Savimbi, líder histórico da UNITA. Os anos de 2003 a 2006 apesar do aumento do IDE a proporção direccionada ao sector petrolífero continuavam a ganhar cada vez mais espaço comparado aos demais sectores da economia nacional. Contudo os demais sectores económicos tiveram também um reacender de suas actividades, Ferreira e Rita (2007) mostram o caso específico do investimento português, que embora menor, assume algum relevo no sector terciário, mais especificamente em actividades ligadas ao comércio.

Segundo dados da ANIP, em 2005 foram aprovados 290 projectos, correspondentes a um valor de 2,6 mil milhões de dólares de intenções de investimentos, concentrados, na sua maioria, no sector da construção (85%), da indústria, transportes e comunicações. Os maiores proponentes foram Portugal, os Estados Unidos e a África do Sul.

O IDE direccionado para Angola sempre foi imprescindível para o processo da diversificação da economia nacional, garantia de emprego, revitalização industrial e como gerador de uma nova dinâmica da economia interna sendo impulsionadora da concorrência e geradora de *Know-How*. Por estes factos, o IDE tem sido tema de muitos debates por parte dos economistas angolanos²⁷, políticos e religiosos.

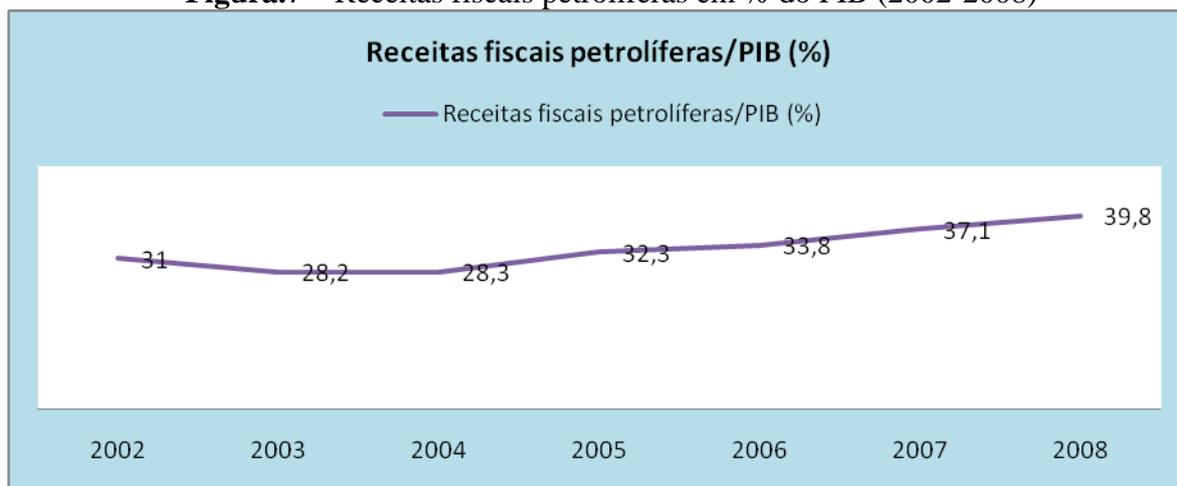
No contexto dos investimentos em Angola como já demonstramos acima atribui-se uma importância acrescida ao sector petrolífero, tanto pelos investidores internacionais quanto pelo próprio Estado angolano. Rocha (2007:137) acrescenta dizendo que o IDE especialmente o destinado à economia do enclave tem sido robusto e positivo, anunciando-se por taxas médias de crescimento muito significativas e sustentadas.

²⁵ Numa análise das relações Ásia-África, a CNUCED constata que "os fluxos recorde para África em 2005, foram grandemente direccionados para os recursos naturais cujos preços estão em alta. Cinco destinatários (África do Sul, Angola, Egipto, Marrocos e Nigéria) totalizam mais de metade das entradas a meio do decénio de 2000, enquanto que 33 países menos avançados receberam menos de 20%" ver: http://spore.cta.int/index.php?option=com_content&task=view&lang=pt&id=78&catid=10. Acessado em 20.08.10.

²⁶ Mas um novo fenómeno tem vindo a moldar a tendência de fluxos de IDE no panorama nacional, sendo que, assistimos a um aumento significativo do IDE angolano no estrangeiro, passando Angola a assumir uma posição de investidor e não tanto de receptor (KPMG, 2009).

²⁷ Ver: http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=18445, acedido em 15.07.2010.

Figura.7 – Receitas fiscais petrolíferas em % do PIB (2002-2008)

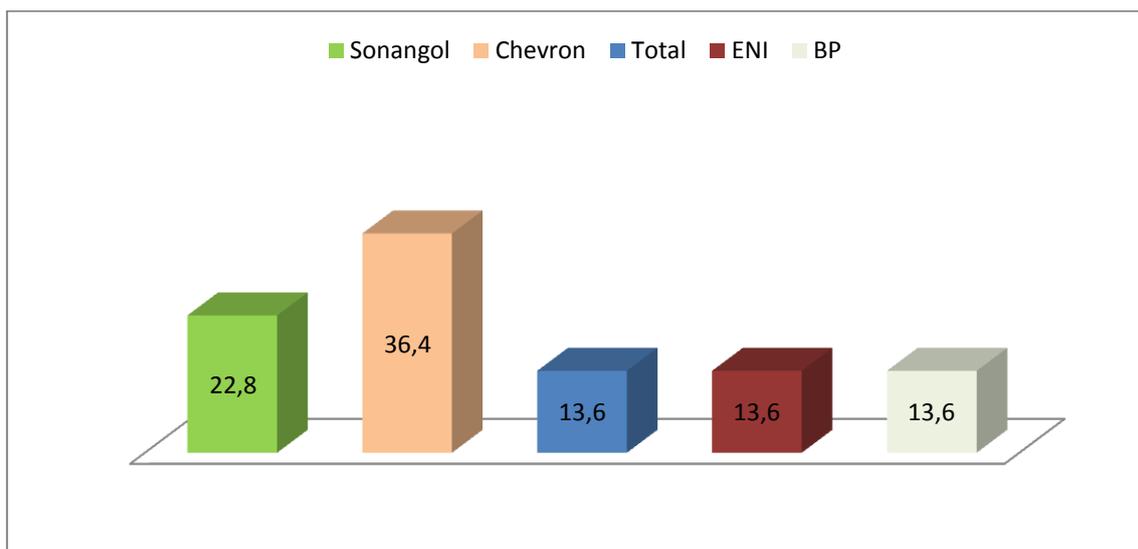


Fonte: World Economic Outlook, April 2009, International Monetary Fund; Regional Economic Outlook, Sub-Saharan Africa, October 2008, International Monetary Fund. **Elaboração própria.**

Os dados das receitas petrolíferas angolana como podemos constatar tem evoluído ao longo dos anos o que nos leva a crer na possibilidade dessas receitas aumentarem tendo em conta as descobertas sucessivas de poços de petróleo em Angola e os sucessivos investimentos externos de companhias internacionais. Contudo, questiona-se a canalização dessas receitas na diversificação da economia nacional, haja vista, a dependência de Angola ao petróleo. Se olharmos para os montantes globais investidos no sector petrolífero, e os compararmos com os que são canalizados para o sector não petrolífero deparamo-nos com uma disparidade ainda muito grande entre os primeiros e os segundos. Por exemplo, só olhando para 2008, constatamos que os investimentos no sector não petrolífero propostos à ANIP rondaram os 1,2 mil milhões de dólares, quando no total o país registou fluxos de investimento estrangeiro que atingiram os 15,5 mil milhões de dólares, sendo que a grande fatia foi para o sector petrolífero.

Algumas empresas de bandeiras internacionais têm vindo a prospectar petróleo em Angola, tais como: as americanas Chevron-Texaco, Exxon Mobil, a francesa Total, a inglesa BP e outras como a ENI, Rangel Oil, EA, OXY, BHP, etc. Podemos considerar que o sector do enclave é um sector oligopolizado, em função do número de empresas que operam na prospecção do petróleo em Angola.

Figura. 8 – Projecto Angola LNG (Participação por Empresas em %) 2011



Fonte: <http://www.angolalng.com/projecto/value.htm>

Muitas empresas petrolíferas (como a Chevron) se encontram em território nacional desde muito antes da independência do país, essas empresas mantiveram-se após o país tornar-se independente, ter adoptado um modelo de economia de direcção centralizada e ter mergulhado numa guerra civil sem precedentes. Portanto, as empresas petrolíferas conviveram com todo o período do conflito armado (1975-2002). Os investimentos no sector eram muitos, pois as margens de lucros eram significativas, alinhado à ideia de que o novo governo (pós-colonial) precisava de receitas, essas empresas conseguiram crescer e conviver em ambiente de guerra até o período que a paz aconteceu efectivamente em Angola. O período de guerra alimentou o fenómeno da corrupção no sector petrolífero, conforme os relatórios das ONG's internacionais, como a Global Witness (2002), publicou um relatório intitulado "*a história devastadora das indústrias petrolíferas e bancárias na guerra privatizada de Angola*", que faz referência de que entre as empresas petrolíferas a operar em Angola, só a BP tomou uma posição pública no que tange à transparência; a Shell, Norsk Hydro e Statoil concordaram com o conceito e demonstraram boa vontade para seguir em frente quanto a esta questão; a Chevron-Texaco, Total-Fina-Elf e Exxon-Mobil – os maiores (e os que estão prestes a ser os maiores) extractores de petróleo de Angola – têm, até agora, permanecido em negação.

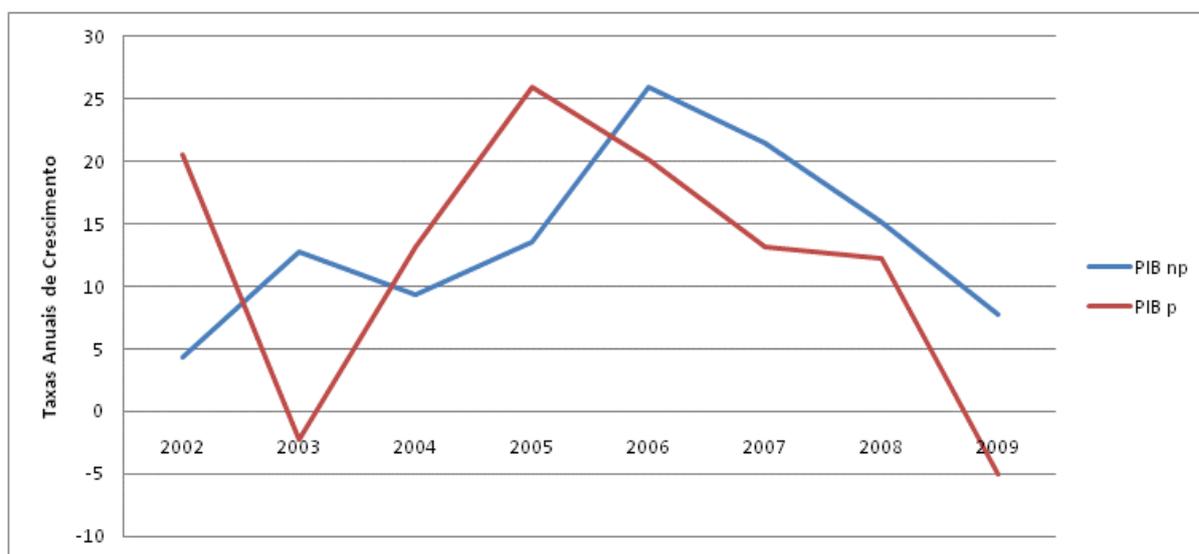
Não é de todo inesperado que estas características económicas incentivem os dirigentes a manterem o poder a todo o custo. De facto, com a notável excepção do Botswana, a maioria dos países africanos muito dependentes da exportação de recursos naturais tem experimentado mais dificuldades em democratizar ou em consolidar a

democracia do que outros países do mesmo continente. A exploração de petróleo ou de diamantes em Angola (*vide* Falcão de Campos e Marques, 2005), na Nigéria, na República Democrática do Congo ou na Serra Leoa, por exemplo, deu azo a inúmeros relatos de atentados aos direitos do Homem intimamente relacionados com estas actividades extractivas. O que se revela um tanto inesperado é que, nestas circunstâncias, o eleitorado possa receber o mesmo género de incentivos. De facto, é possível admitir que através de eleições a população seja tentada a manter os dirigentes no lugar apesar de condenar peremptoriamente o seu comportamento (Branco, 2007:10).

2. Análise do IDE no Sector não Petrolífero

Em Angola é visível que as taxas de crescimento fora do sector petrolífero vêm evidenciando um resultado pouco abonatório, facto que denota “profundas assimetrias sectoriais” abaixo a evolução em termos de crescimento dos PIB **np** (não petrolífero) e o PIB **p** (petrolífero), cabe ressaltar pela positiva que as dinâmicas de crescimento entre as actividades petrolíferas e as não petrolíferas, verifica-se que, desde 2006, as “cadências médias anuais de variação dos sectores não petrolíferos têm, sistematicamente, superado as do sector de enclave e os efeitos da crise económica internacional sobre a economia angolana começaram-se a tornar visíveis a partir de Agosto de 2008 com a quebra das quantidades exportadas de petróleo e diamantes, que se reflectiram sobre as respectivas dinâmicas de crescimento” Rocha (2009:22-23).

Figura. 9 – Evolução do PIB Petrolífero e não Petrolífero (2002-2009)



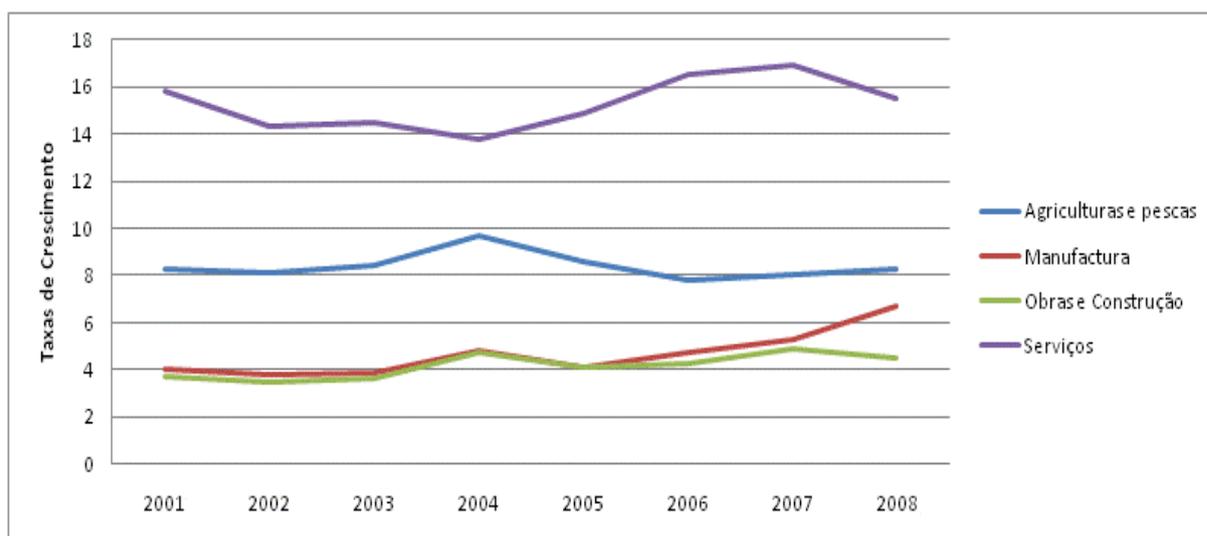
Fonte: Elaboração própria com os dados do CEIC, (2009)

Os sectores não petrolíferos vêm se arrastando desde a década de 90, tendo como justificativa a guerra civil que até certo ponto é aceitável (tanto para a agricultura, indústria e o sector de serviços)²⁸. Uma análise pormenorizada de cada um dos segmentos que compõem o sector não-petrolífero excepto a indústria diamantífera, veremos que a agricultura, a manufactura, bem como o sector de serviços, não tem tido uma evolução significativa. Durante o período 2004 a 2007 constatou-se um crescimento de até 25%, depois passou-se a registar quedas sucessivas até 2008 período em que a crise financeira e económica atingiu todos os países o que influenciou ainda mais a queda em 2009. É bom frisar que as empresas do sector não petrolífero gravitam essencialmente em torno das empresas do enclave e ainda fica difícil perceber-se um total descolamento destas em torno das petrolíferas, até 2009 o crescimento no sector petrolífero foi de 12% tendo obtido uma queda na ordem de 13% em três anos consecutivos.

Esse dado só vem confirmar a importância do IDE na diversificação da economia nacional, aspecto esse, no qual Alves da Rocha procurara mostrar-nos a partir dos relatórios económicos publicados anualmente pela UCAN.

²⁸ Para muitos o retrocesso do sector não-petrolífero terá acontecido a partir de 1975, período que se confunde com a independência de Angola. A guerra que começou após aquela data (MPLA x UNITA) destruiu as “indústrias coloniais” e inviabilizou o desenvolvimento da agricultura, uma vez que as terras que poderiam ser utilizadas tanto pelas famílias (agricultura de subsistência) quanto pelas empresas (agricultura de exportação) se tornam campos minados (minas subterrâneas). A ONU em 1998 previa que Angola tinha mais de 15 milhões de minas o que permitiu a seguinte citação “uma mina para cada angolano”.

Figura.10 – Evolução do Sector não-petrolífero



Fonte: Elaboração própria com os dados do CEIC, (2009)

No que toca a agricultura, o que se pratica em Angola não é necessariamente uma agricultura extensiva, mais sim familiar e de subsistência, por sua vez a agricultura familiar vem enfrentando dificuldades por falta de apoio e de projectos concretos de fomento, soma-se a isso, a concorrência dos produtos agrícolas importados. Em 2004 a agricultura começava a ter uma subida no entanto a partir de 2008 começava a declinar, esse declínio justifica-se pela restrição das receitas para aquele sector uma vez os preços do petróleo terem diminuído naquele ano se levarmos em consideração que 5% dessas receitas são canalizadas na agricultura como medida de fomento, tendo em conta a resistência do empresariado estrangeiro em investir em tal actividade.

Pierre Castel²⁹ alega que “Angola é um país que no passado tinha uma agricultura muito forte” e recomenda que actualmente o estado angolano deve proteger a indústria nacional, incentivando a exportação invés mostrando-se inclusive disponível a investir na agricultura uma vez que “com a guerra desapareceram a agricultura e os agricultores”. Paulo Lourenço, o ministro conselheiro da embaixada portuguesa em Angola, defendeu os investimentos por parte das empresas portuguesas no sector agro-pecuário “vamos procurar, junto das empresas portuguesas, sensibilizar os investidores para que possam vir aqui fazer o aproveitamento desse potencial de recursos hídricos, que são imensos” e enfatizou ainda que “se a economia angolana tem o objectivo de crescer, é preciso recuperar as estradas da região”, referindo-se às péssimas condições das estradas na província da Lunda-Norte com

²⁹ É um empresário francês, proprietário de uma rede de empresas fabricantes de cervejas e vinhos de marca Castel, desde 1949, com filiais em várias partes do mundo. Em Angola, estendeu os seus negócios, com investimentos que passam pelas empresas Cuca, refinaria da Catumbela e Vidrul (fábrica de vidros). Ver: Jornal de Angola, Sexta-feira, 29 de Outubro de 2010, página 10.

realce na centralidade do Dundo e centro agro-pecuário da Cacanda, locais em que, estão a trabalhar várias empresas portuguesas, ligadas ao sector hoteleiro e construção civil³⁰.

É verdade que o governo angolano face as dificuldades para o desenvolvimento da agricultura objectivou a “criação” do Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) que em nossa análise, embora que empírica, mais convincente, tendo em conta as vicissitudes da gestão dos bens públicos em Angola, essa instituição poderá enfrentar dificuldades em termos de devolução dos créditos concedidos aos “investidores nacionais”, primeiro porque os preços do petróleo bem como dos diamantes tem oscilado consideravelmente, restringindo as receitas que compõem o crédito que o BDA concede aos potenciais empreendedores do ramo e pelo facto de que a origem dessas receitas advêm dos impostos do petróleo (5%) e sobre os impostos dos diamantes (2%) permitindo assim o financiamento da agricultura, indústria transformadora e o sector de serviços.

Numa primeira fase o projecto primordial do BDA visava essencialmente a agricultura, a segunda questão que se coloca é o facto de que a concessão dos créditos a nível dessa instituição muitas vezes não é transparente e por vezes o “potencial empreendedor” não chega a dar o destino pelo qual o crédito havia sido concedido e por vezes as pessoas pelos quais é cedido os valores acabam por infringir os postulados do contrato, e por se tratar de “colarinhos brancos”, simplesmente não honram com os compromissos no que concerne a devolução do capital principal a instituição o que poderá colocar em risco a finalidade deste banco de desenvolvimento.

Segundo os dados da ANIP as propostas de investimentos em Angola vêm aumentando, desde o ano 2003, para aquele ano, o número de propostas aprovadas eram de 99 propostas representado 8,81% do tal de propostas de investimentos aprovados até o ano 2006. Em 2004 os números de propostas aprovadas cresceram 23,75% alterando assim a configuração dos investimentos em Angola, para 2005 constatou-se mais uma subida nas propostas aprovadas em 26,25% um crescimento positivo de 2,5% comparado ao período homólogo, esses números passaram a ser mais significativos em 2006, naquele ano haviam sido aprovados 463 projectos perfazendo 41,19% do total dos investimentos entre os anos 2003 á 2006, uma taxa de crescimento positiva acima de 14% comparado ao período homólogo. Os totais de projectos de investimentos aprovados no período de 2003 á 2006 foram de 1.124 propostas aprovadas, conforme abaixo:

³⁰ Ver: Jornal de Angola, Sexta-feira, 29 de Outubro de 2010, página 10.

Quadro.9 – Investimentos Aprovados em milhões US\$

Ano	Total de Propostas Aprovadas	Montante investido
2003	99	US\$ 162
2004	267	US\$ 416
2005	295	US\$ 2.655
2006	463	US\$ 794
2007	-	-
2008	-	US\$ 1.166
2009	268	US\$ 1.472

Fonte: <http://www.anip.co.ao/>

De acordo com os dados da ANIP, o sector agrícola lidera o ranking das propostas³¹ de investimentos absorvendo um investimento na ordem US\$ 360 milhões, seguido da indústria transformadora e alimentar US\$ 322 milhões e a construção civil, US\$ 183 milhões. Espera-se ainda que as 268 propostas de investimentos aprovados pela ANIP em 2008 devem garantir 15 mil empregos directos³².

Contudo, quando se analisa a origem dos investimentos do sector não petrolífero constata-se uma certa letargia do IDE. Pois os dados da ANIP mostram que o “empresariado angolano domiciliado” é o que mais vem investindo no sector não petrolífero. No primeiro semestre de 2009, 55% do valor global investido no sector não petrolífero teve origem nos empreendedores nacionais, isso certamente levanta algumas indagações e podem estar consubstanciadas no seguinte:

- a) **Infra-estrutura:** o motivo primordial que leva o empresariado estrangeiro a não apostar com afinco no sector não petrolífero deve-se essencialmente à escassez de infra-estrutura capaz de suportar o investimento a longo-prazo bem como o custo elevado dos espaços nas zonas aceitáveis para a prática da actividade agrícola ou industrial.
- b) **Renda:** o rendimento médio da população economicamente activa é baixa, o PIB percapita, segundo os dados regionais do Instituto Nacional de Estatística mostram que a região Norte em 2003 teve um resultado percapita de US\$ 76,2 que evoluiu em 2006 para US\$ 135,7 e para US\$ 163,0 em 2007, a região Centro Leste, em

³¹ Pelo empresariado nacional domiciliado.

³² A empresa de tecnologia *Hewlett-Packard* (HP) abriu recentemente a primeira loja oficial em Angola, o director de desenvolvimento de negócio da Microsoft Angola, Nelson Nascimento sublinha que “Angola é hoje um dos mercados mais atractivos para as tecnologias da informação”. Ver: *Jornal de Angola*, Quinta-feira, 14 de Outubro de 2010, página, 11.

2003 teve um resultado percapita na ordem US\$ 255,8 valor este que declinou em 2006 em 64% perfazendo um resultado de US\$ 155,9 em 2007 o valor foi ainda pior US\$ 141,5, a região Sul é a que aparece com os resultados mais catastróficos com um resultado de US\$ 64,7 em 2003 essa cifra teve uma variação negativa em 2006 que resultou em US\$ 44,8 e US\$ 45,5 em 2007, Luanda e Bengo³³ em conjunto apresentam resultados percapita bem mais satisfatórios, por exemplo, em 2003 foram de US\$ 1.440,1, no ano de 2006 houve uma ligeira queda tendo obtido US\$ 1.316,7 sendo que no ano de 2007 o resultado foi de US\$ 1.480,0, Rocha (2009).

- c) **“Barreiras artificiais”**: A par das questões levantadas acima (b) a maior parte das actividades não petrolíferas acabam por concentrar-se em Luanda, até porque os resultados são mais abonatórios na capital do país em detrimento das restantes das províncias, contudo, existem algumas “protecções” ao empresariado nacional alocado em Luanda, criando-se assim tampões de modos a dificultar a canalização dos investimentos para a cidade capital, uma vez que a maior parte dos investimentos em Luanda pertencem a individualidades políticas que por intermédio de influência conseguem proteger seus empreendimentos da concorrência.
- d) **Serviços**: este sector possui um alinhamento com as infra-estruturas que o país oferece. O sector bancário por exemplo, é um dos poucos sectores que vem se desenvolvendo a alto nível, embora ainda se constatem algumas ineficiências no que tange ao atendimento ao público. As demais empresas do sector de serviços convivem com sérias dificuldades, por exemplo, as dos ramos de entrega de produtos, electricidade, restaurantes, etc., simplesmente porque desconhecem, determinadas zonas, ruas, bairros, bem como os excessos de engarrafamentos, particularmente na cidade de Luanda, a falta de luz corrente, escassez de água potável, bem como as restrições na distribuição, os excessos da polícia nacional (*gasosa*³⁴) constituem-se como barreiras para efectivar-se um negócio ou venda, portanto, as condições sociais e estruturais inviabilizam o desabrochar deste sector.

³³A província do Bengo dista de Luanda em apenas 70 km, neste contexto, usufrui todos os benefícios da pujança econômica de Luanda.

³⁴ Expressão para designar o pagamento a um determinado favorecimento ilegal em Angola.

Quadro.10 – Distribuição dos Investimentos a nível Sectorial em Angola (2004-2006)

Sector	Total de Investimento (em milhões USD)	Investimento Total em %
Agricultura	22	2.77
Pesca	8.6	1.08
Mineiro	85.7	10.80
Indústria	173	21.80
Construção	238	29.99
Comércio	35.4	4.46
Restaurantes/Alojamento	100	12.60
Transporte	64.4	8.12
Imobiliário	41.9	5.28
Educação	2.5	0.32
Saúde	5.8	0.73
Outros	16.2	2.04

Fonte: ANIP (2007).

No **Quadro.10** procuramos evidenciar a distribuição dos investimentos no território nacional, e podemos constatar que a área da construção civil abarca uma boa parte dos investimentos em Angola, com 29,99% e com um valor de 238 milhões de dólares americanos. Como este sector é na verdade, um dos que mais cresce em Angola, simplesmente pelo facto do país ter terminado com a guerra e possuir muita coisa por se construir, uma análise mais profunda mostrará que a maior parte das empresas que fazem parte deste sector são empresas portuguesas no qual o governo local passou a ter uma participação de até 49,9% como é o caso das empresas Somague, Moto Engil³⁵, Teixeira Duarte e Soares da Costa.

Aproveitando o bom momento do sector o Estado angolano procurou obter vantagens significativas participando no capital empresarial das empresas do ramo, por exemplo, *Angola* representa 20% no volume de negócios da Mota-Engil³⁶, aliás, o crescimento no sector imobiliário em Angola é fruto da procura constante de material de construção, o que impulsionou a construção de 20 unidades fabris³⁷ de cerâmica, tinta e material de acabamento, em todo o país e com o apoio do investimento por parte das empresas estrangeiras³⁸.

³⁵ Ver: http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=29174, acedido em 1 Novembro de 2010.

³⁶ Ver: entrevista de Jorge Coelho, presidente executivo da Mota-Engil em Angola no “Jornal O País”, 2011.

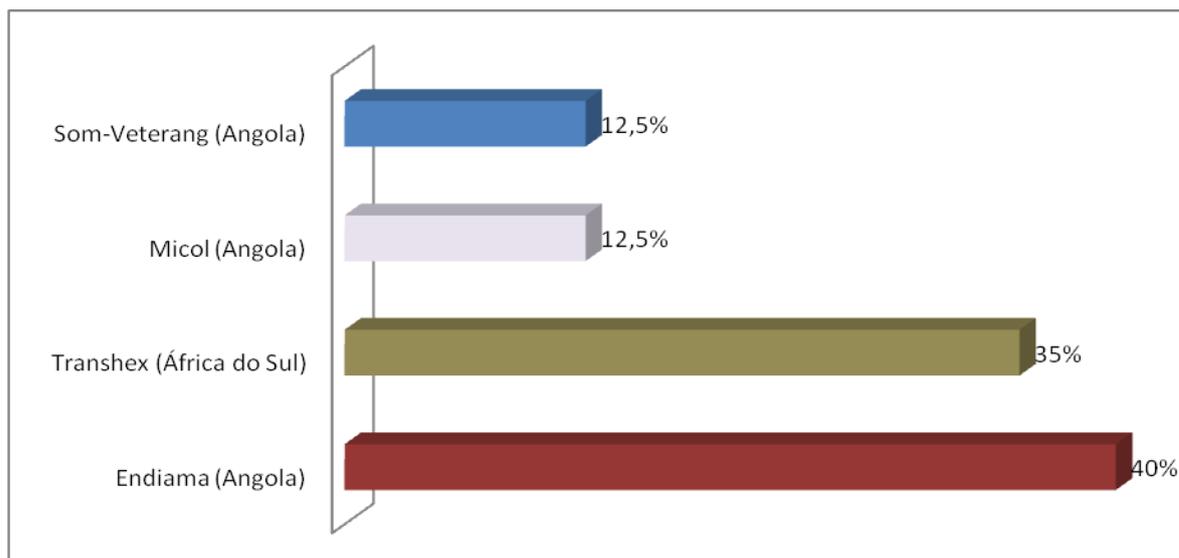
³⁷ Ver: *Jornal de Angola*, Sábado, 16 de Outubro 2010, página, 11.

³⁸ A promoção dos negócios normalmente tem acontecido em função da “Filda” e “Constrói Angola” que são eventos que acontecem anualmente em Angola, onde, muitos países aproveitam para expor seus produtos bem como criar oportunidades de negócios.

A indústria aparece em segundo lugar com um valor de 173 milhões de dólares americanos, representando 21.8% do total investido, esse montante é imprescindível quando se reflecte no processo de revitalização industrial do país. Angola durante muito tempo teve a sua máquina industrial parada incentivando assim o consumo de produtos importados e que acabava gerando um duplo custo, de um lado os custos de importação (impostos aduaneiros pago ao Estado) e do outro, o preço de compra (pago ao produtor estrangeiro), sendo produto estrangeiro. Os restaurantes / alojamentos aparecem em terceiro lugar com 12% e com uma forte presença por parte de capitais portugueses, particularmente em hotéis, e brasileiros com os restaurantes e inclusive na gestão do único Centro Comercial (*Belas-shopping*) localizado no Talatona³⁹ em Luanda.

No sector mineiro⁴⁰ os investimentos representaram 10,8% fazendo parte desse sector empresas internacionais com vários projectos de mineração, como:

Figura.12 – Projecto Mineiro Luarica



Fonte: Dados da Endiama (2011)

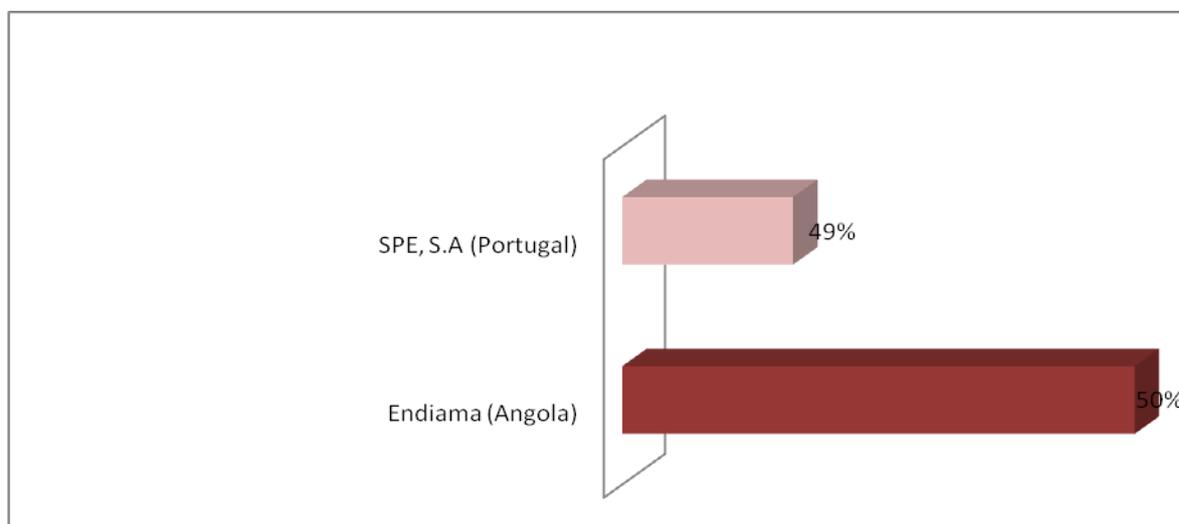
A **Figura.12** mostra a caracterização do Projecto Mineiro da Luarica e fica evidente a participação da República Sul Africana na exploração diamantífera em Angola pela Transhex com uma participação no capital accionista do projecto em 35%. Vale ressaltar que o contrato de associação foi assinado em 2002 e a mobilização do projecto aconteceu no mesmo ano,

³⁹ A Expressão deriva da língua Kimbundo que significa “Olha com Atenção” referindo-se a uma nova zona residencial e comercial de Luanda.

⁴⁰ O activista angolano Rafael Marques, tem vários relatórios publicados sobre a violação dos direitos humanos no sector diamantífero em Angola, incluindo “A Colheita da Fome nas Áreas Diamantíferas” (2008), “Operação Kissonde: Os Diamantes da Miséria e da Humilhação” (2006), e “Lundas: As Pedras da Morte” (2005) em co-autoria com Rui F. Campos.

sendo que o primeiro diamante foi recuperado em 2003, constituindo-se como um recorde em termos de implementação de projectos em Angola. O projecto da Luarica fez nascer 400 postos de trabalho.

Figura. 13 – Sociedade Mineira do Lucapa

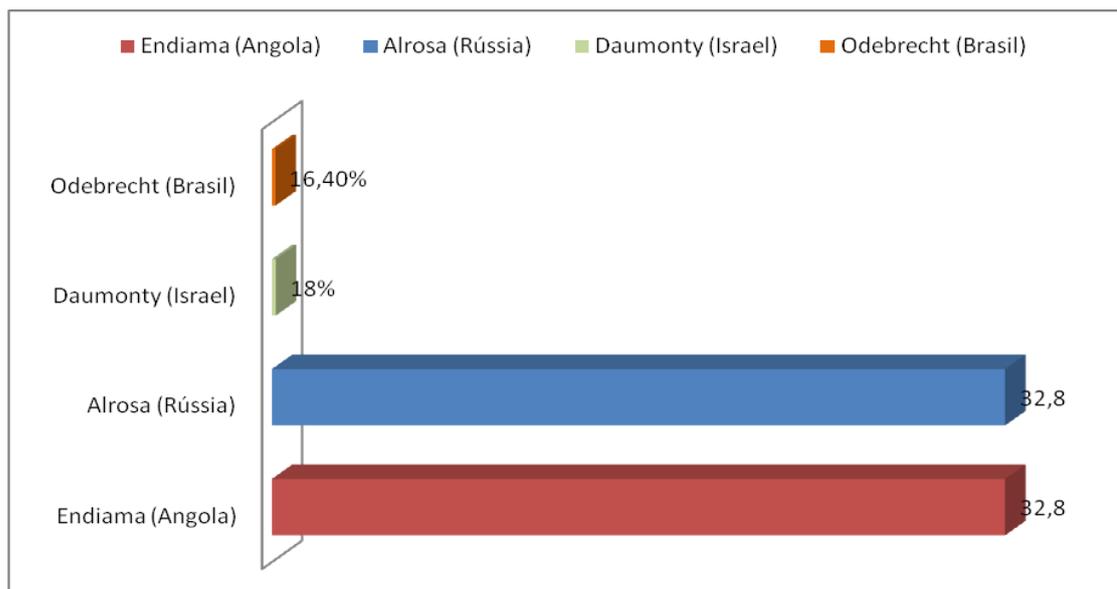


Fonte: Dados da Endiama (2011)

A sociedade Mineira do Lucapa foi constituída em 1992 pela Endiama E.P⁴¹ e a Sociedade Portuguesa de Empreendimentos S.A, sendo a primeira accionista societário maioritário com 51% e a segunda com 49%. A SML participa em cinco projectos de mineração: projecto Mufuto Norte, Projecto Lucapa, ITM Mining, Lumache, Lda e na empresa Yetwene e Rich View.

⁴¹ Empresa Nacional de Diamante.

Figura. 14 – Sociedade Mineira da Catoca, Lda.



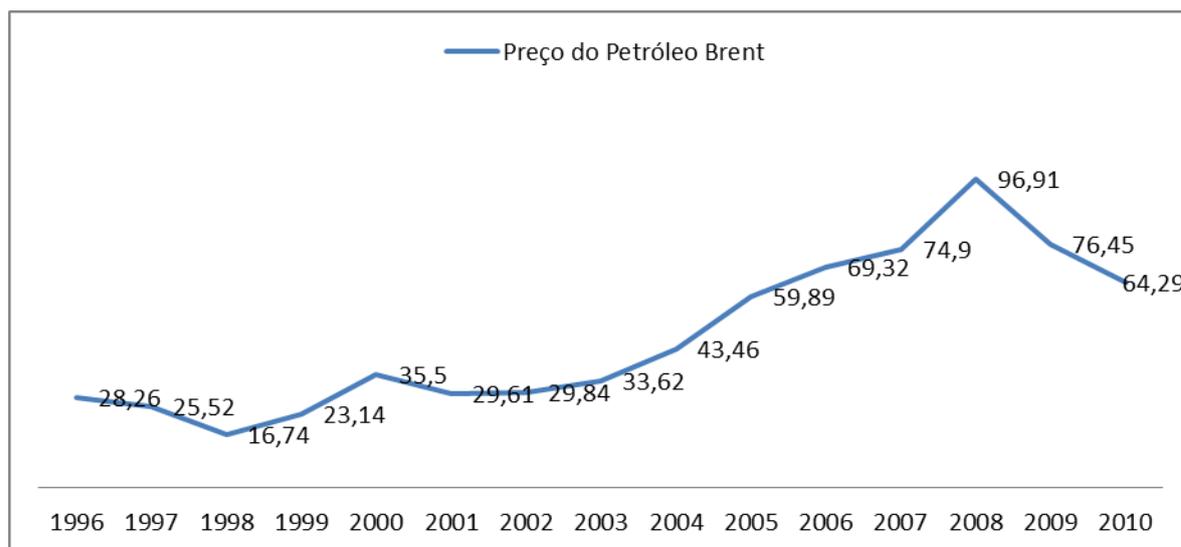
Fonte: Dados da Endiama (2011).

A Sociedade Mineira do Catoca foi constituída em 1993, conta com uma força de trabalho de 2.900 angolanos e 300 expatriados. O novo investimento feito pelas empresas participadas permitiu criar 600 postos de trabalho, sendo maioritariamente 90% da região da Lunda Sul. O objecto social do Catoca é a prospecção, exploração, tratamento e comercialização de diamantes dos jazigos de quimberlito da Chaminé Catoca.

É óbvio que o sector não petrolífero possui uma contribuição significativa para o produto interno bruto angolano, contudo, a nível da exportação o sector em questão é bastante inexpressivo se considerarmos as potencialidades do referido sector, pensamos que uma aposta mais eficiente nos sectores “não petrolífero” acabaria sendo uma *mais-valia* para a própria economia nacional, minimizando, assim, os custos de importação. A capacidade de produção interna constitui-se como um elemento catalisador do desenvolvimento angolano e resume-se pelo aumento de produtividade.

Mais de 50% dos produtos essenciais que o país necessita ainda são importados, o que contribui para a instabilidade na tomada de decisões e dos cofres do Estado em função dos preços praticados no mercado internacional. A produção interna permitiria por parte do Estado angolano uma arrecadação mais significativa em termos de impostos e minimizaria de forma significativa a importação e diminuindo a dependência das receitas petrolíferas cujos preços vêm oscilando consideravelmente:

Figura. 15 – Evolução Anual – Preço do Petróleo em U\$\$ (1996-2010)



Fonte: CBIE – Preços médios.

Apesar da desaceleração do ritmo das receitas petrolíferas, do crescimento económico nacional e mundial, o investimento privado cresceu, em 2009, quando comparado com o período homólogo de 2008. De facto, até 30 de Novembro, a ANIP aprovou projectos no valor de US\$ 1.472.312,000 quando que em 2008, o valor havia sido de US\$ 1.105.084,000. Se incluirmos os projectos aprovados pelo Conselho de Ministros, quer os novos, quer os de expansão, temos, até 30 de Novembro, um valor global de investimento privado não petrolífero de US\$ 3.306.551,010 e uma previsão de criação de 27.729 postos de trabalho, dos quais 23.042 para nacionais e 4.687 para estrangeiros⁴².

As assinaturas de acordos de investimentos prosseguiram em 2010, em Outubro a ANIP assinou, um total de oito contratos aprovados recentemente pelo executivo angolano, o que representa um investimento de aproximadamente 931 milhões de dólares, entre os contratos de investimentos destacam-se os projectos Angofret, Errangol, Angorecycling, Transfuel, Pumangol, Pumangol Industrial e DTS Imobiliária, além do contrato de investimento do projecto Angobetumes⁴³. Segundo o presidente da ANIP, “Angola continuará a afirmar-se como uma praça segura para o capital privado, um sinal de confiança do quadro económico e político vigente”.

A implementação destes projectos trará uma contribuição positiva para a balança comercial e de pagamentos da economia nacional. Essas novas empresas terão a sua actividade voltada para diversos sectores da economia nacional, desde, a construção civil, combustíveis, reciclagem e recolha de resíduos, bem como logística e modelagens. A

⁴² Para mais informações ver: <http://www.anip.co.ao/Home.aspx>, acedido em 15.03.2010

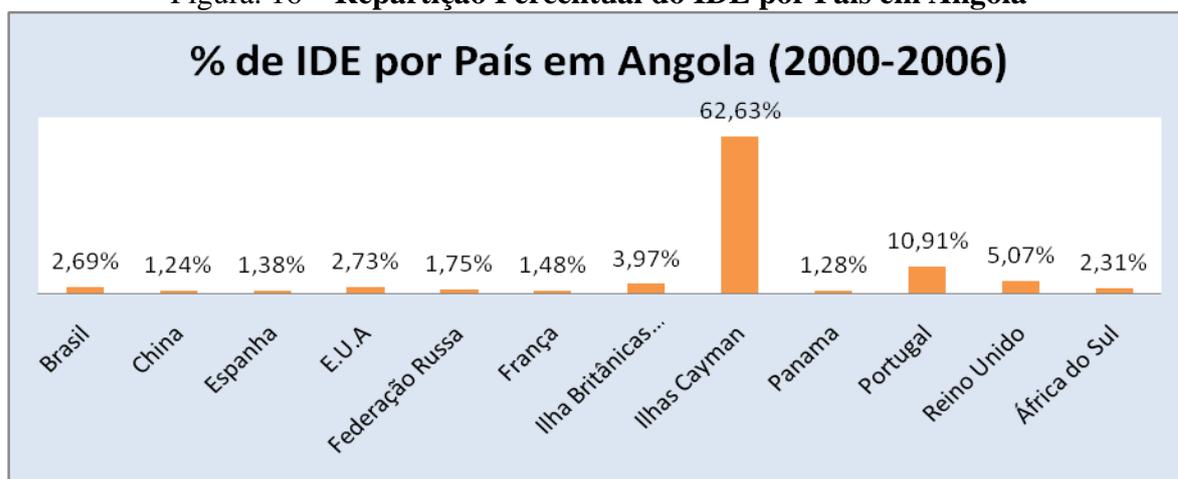
⁴³ Essas empresas são fruto do investimento brasileiro em Angola.

Angofret terá como actividade principal a construção e gestão de três plataformas logísticas ao longo do Caminho-de-ferro de Benguela (CFB), sendo uma no Lobito, outras em Catumbela, província de Benguela e a última na província do Huambo.

A Angobetumes, com o primeiro aumento de investimento, tem como actividade a distribuição e comércio de betume, enquanto a Angorecycling está voltada para a recolha e tratamento de resíduos e reciclagem de sucatas, assim como a Errangol⁴⁴. No sector dos combustíveis e energia, duas empresas se destacam no sector, o caso da Transfuel, empresa que se dedica ao transporte de derivados de petróleo e combustíveis, e a Pumangol, que constrói e explora 200 postos de abastecimento de combustível em todo o território nacional.

A ANIP perspectiva com esses investimentos a criação de mais 7.363 postos de trabalhos, com cerca de 95% a serem ocupados por trabalhadores nacionais e 5% direccionados aos estrangeiros. Entendemos que os projectos permitirão também a modernização da economia nacional e trará uma inserção cada vez mais competitiva da economia angolana a nível internacional.

Figura. 16 – Repartição Percentual do IDE por País em Angola



Fonte: Elaboração própria com dados da ANIP.

Na **Figura. 16** fica evidente que dentre os países cujos investimentos apresentam um volume de IDE considerável, as Ilhas Cayman⁴⁵ foi o maior investidor externo em Angola, durante o período em análise (2000-2006), os investimentos das Ilhas Cayman apesar de ser o país cujos investimentos encontram-se acima dos 60% a maior parte desses investimentos concentravam-se sobretudo no sector da construção civil, em segundo lugar aparece Portugal,

⁴⁴ Ver: Jornal de Angola, Quinta-feira, 7 de Outubro de 2010, página 11.

⁴⁵ Território britânico no Caribe, a sul de Cuba. Relativamente isoladas e afastadas umas das outras, as ilhas têm em Cuba e na Jamaica, 300 km a sudeste, os vizinhos mais próximos. Compreendem a Grande Caimão, Caimão Brac, e Pequena Caimão. A capital é George Town. Até meados dos anos 60 do século XX, estas ilhas dedicavam-se à agricultura e à pesca. Atualmente, este arquipélago é um conhecido paraíso fiscal. O turismo é também um dos principais atrativos destas ilhas, representando cerca de 70% do PIB. Ver: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ilhas_Cayman, acessado em 15 de Novembro de 2010.

que em 2003 foi o terceiro maior investidor estrangeiro em Angola (a seguir à Rússia e às Ilhas Virgens Britânicas), com um investimento de 752 milhões de EUR (cerca de 11% do total do investimento aprovado), a maioria destes investimentos em Angola fora realizada nos sectores da construção (42,2%), seguido da indústria (com 20,6%) e dos serviços (com 12,31%). No entanto, segundo o Banco de Portugal, o investimento português em Angola caiu em 2004 cerca de 96,5% para os 25,6 milhões de EUR, segundo a opinião de alguns economistas isso deveu-se pelo facto de que na altura o país encontrava-se numa situação de crise económica a qual fez refrear a dinâmica de investimento por parte das empresas.

Importa contudo referir que o interesse das empresas portuguesas em investir no mercado angolano tem vindo a crescer nos últimos anos, uma vez que, só em 2004, foram aprovados em Angola 66 projectos de investimento de origem portuguesa, num montante superior a 44 milhões de EUR. Na vertente empresarial e segundo dados da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP) em Luanda, estão instaladas em Angola mais de 200 empresas portuguesas⁴⁶, merecendo referência especial o sector financeiro, onde a representação portuguesa é forte, especialmente através dos Grupos BPI, Espírito Santo e ultimamente do Grupo Millennium BCP⁴⁷.

Durante o período em análise, o 3º lugar, é representado pelo Reino Unido e o 4º lugar pelas Ilhas Virgens Britânicas.

O valor global do IDE em Angola durante os anos de 2000 a 2006, somente, dos países representados no gráfico foi de U\$\$ 3.419.075,00 mil milhões, embora o valor global incluindo os países cujas percentagens ficaram abaixo dos acima representados seja de U\$\$ 4.956.256,00 mil milhões.

O investimento português (10,91%) no período 2000 a 2006 em Angola notabiliza-se pela diversificação bem mais acentuada verificando-se quase em todos os sectores da economia nacional embora com uma predominância menor no sector petrolífero. Sequencialmente está o Reino Unido com 5,07%, o investimento do Reino Unido das 48 propostas aprovadas de investimento 40 estão concentradas em Luanda e 8 nas restantes das províncias, os investimentos tem estado alocado principalmente na indústria de transformação, construção e prestação de serviços a empresas do sector petrolíferos.

⁴⁶ A Novabase, empresa portuguesa (voltada para soluções de negócios baseadas em tecnologias de informação) abriu recentemente o seu escritório em Angola. NovaBase Angola (NBASIT – Sistemas de Informação e Telecomunicações) é uma subsidiária da empresa portuguesa. Criada em 1989, a Novabase está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa desde 2000, apresentando um volume de negócios de 241 milhões de euros e com escritórios em Espanha, França, Alemanha, Polónia e Emiratos Árabes Unidos, a empresa desenvolveu, em 2009, negócios em 28 países espalhados pelos cinco continentes. **Ver: Jornal de Angola, Sexta-feira, 29 de Outubro de 2010, página 11.**

⁴⁷ O sector bancário em Angola conta ainda com outros bancos estrangeiros como o Banco TOTTA cujo capital de origem é Espanhol.

O caso do Brasil é especial, por ter sido o primeiro país a reconhecer a independência de Angola (1975) e segundo pelas relações de ambos os países que quase sempre primaram em acordos consubstanciados na afinidade linguística e nos interesses mútuos, embora uma análise empírica nos remete a questionamentos sobre os efeitos das empresas brasileiras em Angola (a demora na construção da hidrelétrica de Capanda, os projectos imobiliários cujos preços muitas vezes não reflectiram o que se cobrava), a representatividade do Brasil ao longo do período em análise era de 2,69% em IDE e com fortes presença na gestão imobiliária, comércio, bem como na actividade hoteleira.

Já os E.U.A durante os seis anos da nossa análise representaram 2,73% no IDE e sua importância em termos de peso foi maior no sector de indústria transformadora, embora sua forte presença em Angola é principalmente no sector petrolífero liderado pela multinacional Chevron. A África do Sul aparece como o país africano cuja aposta em Angola é mais relevante dentre os demais com um valor de U\$\$ 78.879 milhões (2,31% do IDE global) e com investimentos concentrados no sector financeiros e no industrial representado especialmente pela Coca-Cola Bottling Luanda SARL, com um investimento de 19.1 milhões de dólares e a nova rede de supermercados Shoprite, deixando atrás países como Argélia, Moçambique, Cabo Verde, e Zimbabué.

No geral durante o período em análise as principais tendências em termos de concentração do IDE ficaram por conta do sector da construção civil com 73%, o sector da indústria de transformação ficou em segundo plano com 11% seguidamente das actividades imobiliárias, alugueres e serviços as empresas com 8%, o sector da indústria extractiva e a actividade comercial ambas tiveram cada um 3%, essas actividades, portanto, configuraram-se como as mais importantes para os investidores externos.

Quadro.11 - Propostas Aprovadas por País de Origem em Milhões (2000 - 2006)

Países	Número de Projectos Aprovados em Angola	%	Investimento Global US\$	Investimento Médio em US\$	Projectos Concentrados em Luanda
<i>África do Sul</i>	47	7%	69.828,00	1.485,70	35
<i>Brasil</i>	42	6%	88.392,00	2.104,57	37
<i>China</i>	30	4%	38.661,00	1.288,70	27
<i>Espanha</i>	21	3%	17.736,00	844,57	20
<i>E.U.A</i>	40	6%	92.945,00	2.323,63	31
<i>França</i>	28	4%	48.011,00	1.714,68	22
<i>Federação Russa</i>	11	2%	59.640,00	5.421,82	6
<i>Ilhas Britânicas Virgens</i>	40	6%	109.963,00	2.749,08	30
<i>Ilhas Cayman</i>	6	1%	2.141.375,00	356.895,83	5
<i>Panamá</i>	14	2%	35.680,00	2.548,57	10
<i>Portugal</i>	391	54%	369.827,00	945,85	325
<i>Reino Unido</i>	48	7%	164.416,00	3.425,33	40
Valores Globais	718	100%	3.236.474,00		588

Fonte: Elaboração Própria com dados da ANIP

O **Quadro.11** faz referência aos números de propostas de IDE aprovados dos países que durante o período de 2000 a 2006 tiveram uma contribuição acima de 1%. Contudo é bom ressaltar que embora as propostas tivessem sido aprovadas não significou que todas foram implementadas, pois a fase ou etapa de implementação obedece outros critérios, o que pode tornar a implementação mais demorada. Constata-se ainda que a maior parte das propostas IDE para Angola, encontra-se concentrado em Luanda, justificando assim descentralização dos investimentos que tanto a ANIP, quanto Rocha (2007) sugerem. Também naquele período, Portugal representou 54% do total em número de projectos dos investimentos canalizados a Angola, sendo que Reino Unido e África do Sul, ambas com 7% figuravam como as que secundariamente mais tiveram projectos aprovados. As Ilhas Cayman (paraíso fiscal) apesar de representarem só 1% das propostas aprovadas de investimentos, foi na verdade o país que em termos de valores monetários teve maior relevância, 83% das suas propostas aprovadas estão ligadas ao processo de reconstrução nacional.

Dentro dessa perspectiva a UNCTAD (2006) referiu que Angola foi o país que mais valores monetários receberam, quantia equivalente a 7,2 mil milhões de dólares americanos, superando a Nigéria que teve para o mesmo período 6,3 mil milhões de dólares. No ranking concernente ao IDE em 2004, Angola aparece em 4º lugar de um total de 140 países, o país estava 19º lugar acima de Moçambique (o segundo lusófono melhor posicionado) 63º lugar acima do Brasil e de Portugal 81º lugar acima e a África do Sul encontrava na 126º posição⁴⁸.

⁴⁸ Ver: http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=11651, Acessado, 17.10.2010.

Isso leva-nos a concluir que existe uma apetência do capital internacional para economias como a de Angola, onde os investimentos nos sectores não atingiram ainda um grau de saturação elevado, possibilitando a inserção do *Know-How* e aumentando as taxas de emprego.

Segundo o jornal britânico Financial Times a empresa brasileira Odebrecht⁴⁹ actualmente é o maior empregador privado em Angola, ficando atrás apenas da petrolífera estatal SONANGOL, isso *per se* constitui-se como um dado de impacto dada a importância da Odebrecht na empregabilidade em Angola, a relevância desta empresa no cenário nacional é grande, tendo em conta o sector (construção civil) em que actua e o número de pessoas que fazem parte da empresa. Contudo, é também um assunto que deve merecer a atenção do governo local dada a sensibilidade deste facto, pois no caso de a empresa decidir fechar as portas, tendo em conta a liberdade dos investidores em decidirem quando e onde investirem, essa realidade pode tornar-se embaraçosa.

Se por um lado existem empresas a consolidarem-se no mercado angolano, a obterem lucros vantajosos e a gerarem cada vez mais emprego, outras vêem-se impossibilitadas a abrirem os seus investimentos dados os excessos burocráticos. Desde 1998 várias EMN's têm mostrado interesse em investir em Angola. Em 2010 a *Multilateral Investments Guarantee Agency* (MIGA) publicou dados que mostravam o interesse dessas empresas conforme o quadro abaixo, embora muitas dessas propostas ainda não haviam sido aprovadas até àquele período.

Quadro. 12 – Potenciais Empresas para o Mercado Angolano – 2010

Período	Empresas	País investidor	Sector	Valor Bruto (\$)	Estado
2010	Secil-Companhia Geral de Cal e Cimento S.A.	Portugal	Manufatura	168.00	P
2006	Barloworld Equipment UK Limited	Reino Unido	Manufatura	14.70	N
2001	Desco A.B.	Suécia	Serviço	1.00	N
1999	Barlows Tractor International Limited	Reino Unido	Manufatura	18.50	N
1998	Mr. Jari Peltokangas	Finlândia			
	Vaasan Saippua Oy - Vasa Tval Ab	Portugal	Manufatura	2.30	N

Fonte: Multilateral Investments Guarantee Agency-MIGA, (World Bank Group) (2010) - Status do Projecto: **A**= Activo **N**= Não Activo **P**= Proposta

⁴⁹ Para o activista angolano Rafael Marques "sempre se destacou muito a presença de Lula em Angola, sua intervenção no país, mas não houve diversificação das empresas brasileiras, poucas além da Odebrecht e da Camargo Corrêa vieram para cá. Não houve uma verdadeira transferência de *know-how*, ou obras sustentáveis de longo prazo". Marques relata ainda que "quem domina as relações diplomáticas entre Brasil e Angola é a Odebrecht – e é claro que é uma empresa extremamente privilegiada, tanto pelo governo brasileiro, quanto pelo angolano".

A tabela acima justifica o ranking de Angola entre 2009 e 2010 no *Doing Business*,⁵⁰ (publicação anual do Banco Mundial) conforme mostramos no quadro abaixo no **Capítulo III** quando nos referimos aos determinantes do IDE em Angola. A morosidade na aprovação dos projectos de investimentos tem sido segundo podemos aferir nas informações do *doing business*, um problema crucial para Angola. A morosidade deve-se aos excessos “burocráticos” que supostamente as entidades que velam pelos negócios em Angola acabam por imprimir. As empresas referidas no **Quadro.12** são de vital importância, particularmente, a Secil-Companhia Geral de Cal e Cimento, pelo facto do país neste preciso momento estar a debater-se com o problema de escassez de cimento, em função da sua importação ter custos avultados e também pelo da produção interna não atender a procura, fruto das obras dos novos condomínios construídos por empresas estrangeira e nacionais, bem como o programa do governo de reconstrução nacional que designou a expressão “*Angola, um país em obras*”.

Se recorrermos aos dados do *doing business* de 2008 referente à abertura de empresa em Angola veremos que em média são requeridos 12 procedimentos, num espaço de 119 dias e para a obtenção de alvarás comerciais, são necessários 14 procedimentos e 337 dias para a recepção do alvará com custo de US\$ 1.109,7⁵¹. O índice de dificuldades em contratação de funcionários é outro indicador que dificultava as empresas, pois numa escala (0-100) Angola está na posição 78, o índice referente a dificuldade de demissão por parte das empresas, também compromete a viabilização de negócios em Angola, se nos valermos das estatísticas dos países desenvolvidos esses índices são inferiores, por exemplo nos E.U.A é 0 ou seja não existe nenhuma restrição para a demissão de funcionários, já na Dinamarca é de 10, na Bélgica 10 e 30 no Japão.

Em Angola esse índice sobe para 70. Ora, isso nos remete a seguinte avaliação: o Estado angolano poderá intervir, o que do ponto de vista empresarial constituir-se-á como uma barreira, contudo, se entendermos que a abertura de mercado viabiliza a entrada de empresas e que consequentemente estas contribuem para colmatar os elevados índices de desemprego, então o estado angolano poderá intervir, mais a iniciativa privada não se compadece com a prática do ócio, que poderá ser uma das razões que leve a demissão.

O *doing business* (2008:9) elaborou ainda uma listagem dos países em que os investidores abririam suas empresas com facilidades, bem como os países que apresentam maiores dificuldades, conforme mostramos abaixo:

⁵⁰ O relatório do *Doing Business*, lançado em 2002, examina pequenas e médias empresas nacionais e analisa as regulamentações aplicadas a elas durante seu ciclo de vida. É um projecto gerido pelo Banco Mundial.

⁵¹ O valor representa o custo (% da renda per capita).

Quadro.13 – Facilidades na Criação de Empresas

Mais fácil	Classificação	Mais difícil	Classificação
Singapura	1	Gabão	1
Hong Kong	2	Guine	2
Nova Zelândia	3	Chade	3
Reino Unido	4	Paquistão	4
Estados Unidos	5	Zimbabué	5
Dinamarca	6	Argentina	6
Canadá	7	Estónia	7
Noruega	8	Palau	8
Irlanda	9	Bolívia	9
Austrália	10	Venezuela	10

Fonte: *Doing Business*, (2011).

Como podemos constatar, que embora Angola não faça parte da listagem dos países mais difíceis para se investir (relatório de 2011), durante muito tempo (até 2010) fez parte da referida lista tendo ocupado o 5º lugar.

Podemos assim, assumir que a não aprovação ou demora no veredicto final dos projectos de investimentos do **Quadro.13** estão aqui justificados. As dificuldades associadas ao início da construção ou formação de negócios em Angola constituem efectivamente um dos obstáculos ao investimento no sector privado. No capítulo seguinte apresentamos uma tabela do “*doing business*” onde se encontra espelhada a situação angolana relativamente ao ambiente de negócio.

CAPÍTULO III - DETERMINANTES E IMPACTOS DO INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM ANGOLA

1. Análise Comparativa dos Determinantes do IDE em Angola e Nigéria

No capítulo que se segue apresentamos uma tabela do “*doing business*” onde se encontra espelhada a situação angolana relativamente ao ambiente de negócio, bem como um quadro comparativo de Angola e Nigéria.

A realidade económico-social de Angola e da Nigéria⁵² assemelham-se não apenas porque ambos fazem parte do continente africano, mas também, pelo histórico de guerra civil⁵³, por serem países exportadores de petróleo e obterem do petróleo a maior parte de suas receitas. Nesta breve análise o objectivo é ultrapassar lacunas com ausência de estudos desta natureza em Angola, portanto procuraremos a partir dos determinantes do IDE da Nigéria contextualizar a realidade de Angola.

A Nigéria, é o país com a maior população da África (147.810 milhões, em 2008), oitavo maior exportador de petróleo do mundo e segunda maior economia da África Subsahariana, até recentemente estava a ser travada pela recessão global em 2009. As reformas iniciadas no início da década têm reforçado a capacidade do país para gerir a crise e evitar o padrão característico de expansão e recessão dos ciclos de petróleo passado.

Considerada a equivalência do poder de compra nigeriano, o PIB da Nigéria é da ordem de USD 316,7 mil milhões. Diferentemente de outros países no mundo, a economia nigeriana é fortemente concentrada no sector de petróleo e gás, que responde por 20% do PIB e 95% das exportações. Relativamente a actividade comercial, o comércio exterior da Nigéria é tradicionalmente orientado para os EUA, destino de 48,8% das exportações e origem de 7,3% das importações em 2005, ainda que a participação Chinesa deva crescer substancialmente nos próximos anos. O sector dos serviços responde por 30% do PIB, valor que expressa o acentuado subdesenvolvimento geral da economia nigeriana não correlacionada ao petróleo.

A produção de petróleo na Nigéria tem sido afectada pelo conflito na região do Delta do Níger. Perspectivas para uma resolução duradoura do conflito melhorou, quando o grupo militante declarou um cessar-fogo por tempo indeterminado em Outubro de 2009, após conversações com o governo que, por sua vez, concedeu uma amnistia aos militantes. Mais

⁵² Ver: *Jornal de Angola*, terça-feira, 26 de Abril de 2011-p. 9 secções: Mundo.

⁵³ Ver: “Os desafios do Presidente Goodluck Jonathan”, *Jornal de Angola*, segunda-feira, 25 de Abril de 2011, p.7, secção: Opinião, por Faustino Henrique.

de 12.000 militantes se inscreveram naquela altura para a reintegração na sociedade civil. O Presidente Umaru Yar'Adua (falecido em 2010) pediu à Assembleia Nacional para aprovar a legislação que daria 10% do capital da Nigéria em empreendimentos conjuntos de óleo na região do Delta do Níger para as comunidades locais.

Os fluxos de moeda estrangeira para a economia nigeriana haviam encolhido em consequência da queda das receitas de petróleo bruto. Consequentemente, a moeda foi depreciada de 119 Nairas (moeda nigeriana) (NGN) para o dólar dos EUA (US\$) em 2008, para NGN 150 em 2009. A taxa de inflação para 2009 foi de 12,1%, reflectindo várias fontes de pressão inflacionária, incluindo um afrouxamento da política monetária.

Segundo os dados do Fórum Económico Mundial os parâmetros do índice de competitividade da Nigéria está classificada em 127^a posição, sendo que Angola, a título de comparação encontra-se na 139^o posição.

Wafure e Nurudeen (2010) elaboraram um estudo sobre os determinantes do IDE na Nigéria utilizando modelo de regressão múltipla, com informações estatísticas do Banco Central da Nigéria. O modelo expressa que o IDE tem como determinantes o tamanho do mercado do país anfitrião (PIB), a desregulamentação, o regime político a abertura da economia ao comércio exterior, a taxa de inflação, a taxa de câmbio da moeda do país anfitrião e o desenvolvimento de infra-estrutura.

A taxa de câmbio se refere à taxa em que o NGN é convertido para o Dólar dos EUA, enquanto o regime político capta tanto o regime militar e o governo civil. Assim, os autores atribuíram $D = 0$, para o regime civil e $D = 1$ para o regime militar. A taxa de inflação se refere às mudanças no nível geral de preços, enquanto a desregulamentação da economia que começou em 1986, é capturado pela variável dummy, isto é, $D = 1$ para o período de desregulamentação e $D = 0$ para a era de regulação. Por último, o desenvolvimento de infra-estrutura é uma medida de despesas de capital (transporte e comunicações). Antes da estimação, foi realizada um teste de estacionariedade (raiz unitária) cujo resultado é apresentado abaixo:

Quadro.14 - Teste de Estacionariedade para às Variáveis

Variables	T-ADF Statistics	Critical values	Decision
LnFDI	-5.385638 (0.0000)	1%=-2.669359 5%=-1.956406 10%=-1.608495	Stationary at 2nd difference
LnGDP	-4.798739 (0.0000)	1%=-2.653401 5%=-1.953858 10%=-1.609571	Stationary at 1st difference
DEREGU	-5.099020 (0.0000)	1%=-2.653401 5%=-1.953858 10%=-1.609571	Stationary at 1st difference
POLINS	-5.099020 (0.0000)	1%=-2.653401 5%=-1.953858 10%=-1.609571	Stationary at 1st difference
EXPIMP	-6.195226 (0.0000)	1%=-2.656915 5%=-1.954414 10%=-1.609329	Stationary at 1st difference
INFLATIO	-5.062606 (0.0000)	1%=-2.656915 5%=-1.954414 10%=-1.609329	Stationary at 1st difference
EXCHRAT	-4.230409 (0.0001)	1%=-2.653401 5%=-1.953858 10%=-1.609571	Stationary at 1st difference
LnFRAS	-5.130995 (0.0000)	1%=-2.653401 5%=-1.953858 10%=-1.609571	Stationary at 1st difference

Fonte: Wafure e Nurudeen (2010:3)

Wafure e Nurudeem (2010) ao apurarem os resultados do teste de raiz unitária revelaram que o tamanho do mercado, a desregulamentação, o regime político, a abertura da economia, a inflação, a taxa de câmbio e a infraestrutura são variáveis estacionárias em primeira diferença. No entanto, o IDE é uma variável parada na segunda diferença, evidenciando o impacto do mesmo nos investimentos na Nigéria. Em seguida, executou-se o exercício de regressão usando o método de correção de erros, cujos resultados são apresentados na tabela abaixo:

Quadro. 15 - Resultado do Exercício de Regressão
(Variável dependente: LFNDI - Método: Least Squares)

Variable	Coefficient	Std. Error	t-Statistic	Prob.
C	-6.678.827	1.856.166	-3.598.184	0.0019
LNGDP(-1)	6.533.206	1.673.624	3.903.628	0.0010
DEREGU(-2)	3.622.192	0.577354	6.273.775	0.0000
POLINS	1.604.399	0.602659	2.662.201	0.0154
EXPIMP(-1)	0.083057	0.378259	0.219577	0.8285
INFLATIO(-1)	0.012179	0.009765	1.247.193	0.2275
EXCHRAT(-1)	-0.016734	0.007180	-2.330.798	0.0309
LNFRAS(-1)	-0.305542	0.209387	-1.459.217	0.1608
ECM(-1)	-0.337272	0.200986	-1.678.090	0.1097
R-squared	0.864829	Mean dependent var		8.099.433
Adjusted R-squared	0.807915	S.D. dependent var		1.478.881
S.E. of regression	0.648156	Akaike info criterion		2.225.720
Sum squared resid	7.982.012	Schwarz criterion		2.653.929
Log likelihood	-2.216.008	F-statistic		1.519.538
Durbin-Watson stat	1.883.202	Prob(F-statistic)		0.000001

Fonte: Wafure e Nurudeen (2010:4)

Os resultados de regressão mostram que as variáveis explicativas elucidam cerca de 86% do IDE na Nigéria durante o período analisado por Wafure e Nurudeen. O valor da estatística F evidencia que a equação tem um bom ajuste, ou seja, as variáveis explicam com exactidão o IDE. A estatística Durbin-Watson indica a ausência de auto-correlação entre as variáveis. O tamanho do mercado do país anfitrião é significativo na captação do IDE, e a variável tem o sinal correcto. Por exemplo, um aumento de 1% no tamanho do mercado do país de acolhimento faz com que o fluxo de IDE aumenta em cerca 6,53%. Outra estimativa é de que a desregulamentação da economia está positivamente relacionada com os fluxos de IDE, e a variável é significativa. Segundo Wafure e Nurudeen com a economia desregulada em 1% nos últimos dois anos, os fluxos de IDE subiram para 3,62%. A estimativa revela também que a política nos anos anteriores teve um efeito positivo significativo sobre o IDE. Um aumento de 1% na instabilidade política leva a um aumento de 1,60% no IDE. O impacto positivo da instabilidade política no IDE reflecte a situação no sector petrolífero da Nigéria, que continuou a atrair IDE, independentemente da situação política do país. Além disso, os resultados revelam que a taxa de câmbio é importante para explicar mudanças no IDE. A depreciação de 1% na taxa de câmbio faz com que o IDE aumente em cerca de 0,02. Este resultado está de acordo com Masayuki e Ivohasina (2005) que mostram que a depreciação da taxa de câmbio pode estimular a entrada de IDE para o país anfitrião.

No entanto, os resultados mostram que a abertura da economia e a inflação são estatisticamente insignificantes, mas positivamente relacionada com o IDE. Da mesma forma, os resultados mostram que o desenvolvimento de infra-estrutura tem um efeito insignificante sobre o IDE na Nigéria. Conclui-se que o parâmetro de correcção de erros é significativo e assinalado correctamente, o que implica que as variáveis são co-integradas, e que uma relação de longo prazo existe entre as variáveis.

Numa outra análise sobre o impacto do IDE na Nigéria, Omobitan e Omoniyi (2011) apresentam determinantes semelhantes a Wafure e Nurudeen para o IDE na Nigéria, no entanto, a análise sobre os impactos do IDE naquele país não são muito claros, os autores referem apenas o facto de o IDE possuir extrema importância na conjuntura da economia local, sem apontarem especificamente o impacto sectorial dos mesmos.

Comparativamente, em Angola, a primazia sectorial foi para o sector de transportes, armazenagem e comunicações, absorvendo 59% do total, seguido muito de longe pela indústria transformadora com 13%, alojamento e restauração com 9%, a construção com 8%, agricultura, pesca e silvicultura com 5%, a indústria extractiva com 4%, e finalmente, o

comércio, as actividades imobiliárias e serviços prestados às empresas, com 1%, respectivamente. Bastante elucidativa também, foi a diferença entre o investimento global do período, com o envolvimento em Angola por parte dos países identificados, demonstrativo de uma “macroconcentração” do IDE no sector da indústria transformadora (95%), e do comércio (13%), em detrimento de outros sectores estruturantes, como são os casos das Actividades financeiras (1%) e a Construção (-9%). Em todos os outros sectores, essa diferença foi nula, ou seja, atingiu 0 %.

Ao nível do peso relativo das actividades sectoriais por país, a situação reflectiu de certa forma, a natureza da cooperação de Angola com aqueles. Assim por exemplo, o Brasil, Portugal e as Ilhas Cayman privilegiaram a Construção (46%, 44% e 100%, respectivamente), o Reino Unido, as Actividades Imobiliárias, alugueres e serviços á empresas (96%), As Ilhas Virgens e a África do Sul, a Indústria extractiva (60% e 46%, respectivamente), enquanto que, a Espanha, a França, Federação Russa, os EUA e a China, a Indústria transformadora (79%, 70%, 70%, 59% e 56% respectivamente). No reverso da situação, os sectores menos cobiçados foram as actividades financeiras, a agricultura, pescas e silvicultura, alojamento e restauração e também, os transportes armazenagem e comunicações.

Entre os factores associáveis à estes fluxos podem estar a fragilidade da infraestrutura rodoviária, dificuldades energéticas e muito particularmente, o deficiente fornecimento de electricidade e água, o elevado custo da habitação, alojamento e serviços de hotelaria e restauração, alguma falta de transparência nos mecanismos formais do mercado financeiro e a legislação fiscal.

2. Determinantes do IDE em Angola

Atendendo ao facto de que o IDE constitui-se como uma peça fundamental no processo de criação de melhor ambiente económico, com os consequentes efeitos positivos no crescimento da economia nacional e atendo-se na urgência do mesmo em Angola, passaremos agora relacioná-lo com os dados do Doing Business para depois compararmos a Nigéria e percebermos consequentemente seus determinantes em Angola.

A situação actual de Angola em termos de ambiente de negócio encontra-se no quadro abaixo:

Quadro. 16 – Ambiente de Negócios em Angola, 2009-2010

Facilidade de Negócios	Doing Business 2010 classificação	Doing Business 2009 classificação	Mudança na Classificação
Fazer Negócios	169	170	1
Abertura de empresas	165	158	-7
Obtenção de alvarás de construção	122	126	4
Contratação de funcionário	178	178	0
Registo de propriedades	173	175	2
Obtenção de crédito	87	84	-3
Protecção de investidores	57	53	-4
Pagamento de impostos	139	134	-5
Comércio entre fronteiras	171	170	-1
Cumprimento de contratos	181	181	0
Fechamento de empresas	144	144	0
Indicador	Angola	África Sub-Sariana	OCDE Média
Número de procedimentos	8	9,4	5,7
Duração (dias)	68	45,6	13
Custo (% RNB per capita)	151,1	99,7	4,7
Capital min. realizado (% RNB per capita)	29	144,7	15,5

Fonte: Doing Business, (2010).

O **Quadro.16** espelha os desafios relacionados ao ambiente de negócios em Angola, trata-se de uma pesquisa realizada anualmente pelo *Doing Business* referente a 183 países. Em Angola a pesquisa avaliou no cômputo geral a performance do país a nível de abertura de negócios, a pesquisa do *Doing Business* fez referência das várias fases, como tempo necessário, custos e outras exigências para que uma firma possa operar legalmente no país, bem como a facilidade de abertura de empresas, obtenção de créditos, alvarás, contratação de funcionários, etc.

Ao analisarmos os determinantes do IDE em Angola deparamo-nos com uma questão sensível, pois a realidade mostrada pelos dados do *Doing Business* (2009) e (2010) evidencia deficiências de aprovação e abertura de negócios em Angola.

No ranking do *Doing Business* acerca da posição económica e das facilidades de investimentos descritas acima, Angola teve uma subida, pois, em 2009 estava na posição 158 e em 2010 pulou para a posição 165 sendo este um aspecto negativo para a economia nacional, obtendo um desvio negativo de -7^{54} ; no financiamento dos investimentos via crédito, Angola teve outro desvio negativo de -3, os aspectos fiscais é a terceira situação que configura Angola com um péssimo desempenho tendo obtido uma classificação de -5 uma

⁵⁴Este critério é referente a: Abertura de negócio em território nacional fruto da burocracia das instituições públicas, demora nas concessões dos alvarás comerciais, dificuldades na contratação de mão-de-obra, bem como dificuldades nos despedimentos de funcionários.

vez que em 2009 o país estava na posição 134 e em 2010 desceu 5 posições colocando-o na posição 139.

No que tange a protecção dos investidores em Angola, a ANIP elaborou um documento aprovado pelo conselho de ministros sobre a protecção dos investidores estrangeiros, este escrito passou a ser reflectido na pesquisa do *Doing Business* no que respeita ao ranking dos investidores em Angola, entre os anos 2009 e 2010. Houve naquele uma mudança significativa de - 4 ponto, pois em 2009 a posição de Angola no ranking de países que menos protegiam os investidores era no 57º lugar tendo obtido em 2010 a posição 53º o que já pode servir de indicador que a curto e médio prazo essa posição poderá vir a ser alterada para melhor, em função dos incentivos e melhoramento das políticas de protecção dos investidores.

Os indicadores do *Doing Business*, no geral, revelam as barreiras existentes para entrada de IDE em Angola, tendo em conta que a pesquisa é referente a 183 países e Angola está na posição 169, outro factor que poderia inibir os investimentos em Angola é a instabilidade dos partidos políticos. Depois das últimas eleições, alguns partidos demonstraram insatisfação alegando terem ocorrido fraudes nas eleições de Setembro de 2008, no entanto, esse facto não desacreditou os investidores internacionais em Angola, tendo em conta que o número de propostas de investimentos aprovados naquele ano aumentou conforme a ANIP⁵⁵.

Analisando o ambiente de negócios em Angola somadas as características intrínsecas da Nigéria, entende-se, que os determinantes do IDE em Angola, assumem indubitavelmente quase as mesmas características da Nigéria, com a particularidade de Angola a esta altura ser o maior exportador de petróleo em África e com uma estabilidade político-militar bem mais equilibrado em detrimento da Nigéria, se nos atermos a situação daquele país após os resultados das eleições de 2011. Assim, cremos, que tanto para os anos 2000 a 2006 como para os anos subsequentes as empresas estrangeiras que operam em solo angolano, o fazem em consequência dos factores atraentes apontados, embora outros menos atractivos acabam por constituir-se como externalidade aos investimentos conforme abaixo:

⁵⁵<http://www.anip.co.ao/Home.aspx> , acedido 15.10. 2010

Quadro. 17 – Motivos de Estabelecer-se em Angola

ITEM	Factores Atractivos do IDE em Angola	Factores não Atractivos do IDE em Angola
1	Quadro político para o IDE (estabilidade-legal, estabilidade-política e estabilidade macroeconómica);	Excesso de burocracia
2	Tamanho do mercado interno;	Escassez de recursos humanos qualificados
3	Disponibilidade de recursos naturais e matérias-primas abundantes;	Concorrência desleal
4	Facilidades de Negócio (promoção e incentivos);	Escassez de infra-estruturas
5	Reconstrução nacional	Corrupção

Fonte: Concepção Própria

Nossa análise dos determinantes do IDE em Angola não pretende esgotar o assunto, é muito provável que outros autores poderão encontrar além destes outros factores determinantes do IDE, contudo, a bem da verdade, os factores levantados acima apresentam-se como relevantes tendo em conta o ambiente que o país granjeia no mercado mundial. Pizarro (2006) no seu estudo sobre “*tendências do desenvolvimento em Angola e Moçambique: investimento, comércio e cooperação*”⁵⁶ aponta para Angola alguns determinantes dos investimentos, ao qual nosso pronunciamento está alinhado, ainda, de acordo com o relatório “*perspectivas económicas com a África 2005-2006*” elaborado pelo Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento, em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), “*Angola é o país que na África apresenta as maiores taxas de crescimento e preferida pelos investidores externos*”. Assim, não nos resta dúvidas de que a nova situação da estabilidade político-militar, o quadro macroeconómico estável e outros favoreçam os investimentos na República de Angola.

Rusike (2007:14) na sua dissertação sobre as “*tendências e determinantes para o investimento directo estrangeiro na África do Sul*” faz referência de autores como Tsai (1994); Nunnekamp (2002); Fedderke (2004) que apontam alguns determinantes que fortalecem ainda mais as evidências de nosso estudo sobre os determinantes do IDE em Angola. Tsai (1994) mostra que o IDE é determinado por factores como a procura de bens no mercado interno no qual a EMN’s investirá, a dinâmica do ciclo de vida do produto, economias de escala, estabilidade política, e os incentivos fiscais. Para Nunnekamp (2004), os factores determinísticos do IDE tradicionalmente estão vinculados ao tamanho do mercado, estabilidade política e condições económicas, contudo, no plano não tradicional

⁵⁶ Mário Pizarro, Mimeo, apresentado na Conferência do Projecto, IEEI, Março 2006.

Nunnekamp salienta que o IDE é determinado, sobretudo pelos impostos, já para Fedderke (2002) os determinantes do IDE assentam-se nos aspectos políticos e não políticos, o mesmo autor revela que os impostos, a qualidade das infra-estruturas e as oportunidades são os determinantes políticos, já os não políticos segundo Fedderke seriam o tamanho do mercado, estabilidade e as condições económicas. Por fim, para Ahmed (2005) os determinantes do IDE são caracterizados como PUSH (empurrar) e PULL (puxar), o autor aponta o “ciclo de vida do produto, reação aos oligopólios e a razão do interesses externos” como determinantes que empurram os investimentos em um país hospedeiro. Já o PULL (puxa), para Ahmed está voltado no custo da mão-de-obra, tamanho de mercado, estabilidade política, incentivos fiscais, oportunidades, qualidades das infra-estruturas, condições económicas, etc.

Rocha (2008) acrescenta evidenciando que os especialistas desta matéria enumeram algumas condições necessárias para que o investimento aconteça:

- i. “A primeira tem a ver com a globalização das economias e a liberalização dos mercados. É, no fundo, o aumento da concorrência, que os mercados desregulamentados e as economias abertas geram, que estimula a capacidade empreendedora dos agentes económicos. Teoricamente reconhecem-se resultados sobre o aumento do investimento e o crescimento económico, mas na prática os efeitos podem não ser na mesma proporção, haja em vista a crescente tendência para se substituir trabalho por capital e tecnologia”.
- ii. A segunda condição tem a ver com o macro-ambiente nacional, de que falava anteriormente. Do ponto de vista dos agentes privados, este macro-ambiente engloba a paz, a estabilidade política e institucional, o funcionamento das instituições democráticas, a boa governança com previsibilidade das políticas públicas, a transparência e responsabilização e políticas de ajustamento macroeconómico adequadas.
- iii. A terceira é a ênfase das políticas de privatização em um número expressivo de países em desenvolvimento”.

Se nos atermos a realidade dos países dos PALOP⁵⁷, por exemplo, em Cabo Verde (Nascimento, 2008:61) e Moçambique (Bila, 2008: 26) veremos que a atracção de IDE por parte destes países africanos se deveu também a questões macro-ambientais e macroeconómicas, constituindo-se como condições *sine qua non* para os investidores estrangeiros. Portanto, fica claro que para o IDE existem factores que são determinantes para

⁵⁷ Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

sua movimentação de um país para o outro e que acabam sendo de características gerais em qualquer outra nação.

Um outro elemento imprescindível que surge como uma política de promoção dos investimentos em Angola é os pronunciamentos de certas individualidades que respondem pelos investimentos por parte dos países de origem do IDE. Por exemplo, Nick Baird⁵⁸ afirmou recentemente em Luanda que o seu país está interessado a fortalecer os laços em Angola a nível comercial e de investimento, Baird relata ainda que pretendem “estabelecer parcerias com os empresários angolanos, com vista a identificar áreas específicas para investimentos de interesse para Angola”, esse almejo acaba sendo notável, uma vez que Angola se encontra num processo de diversificação da sua economia, o que mudará a composição do PIB e permitirá um crescimento dos demais sectores da economia.

Como método de promoção de investimentos a ANIP tem ainda promovido conferências nos mais diversos países onde se nota interesse por parte dos investidores. Em 2010 realizou uma conferência denominada “*Business in Portuguese*”⁵⁹, segundo o coordenador da ANIP, naquele certame, em 2010 “o investimento privado tem revelado uma tendência de crescimento”, até Setembro, os investimentos privados novos, em sectores não petrolíferos, já alcançaram o valor de 2.210.455 mil dólares o que superam, em cerca de 21%, o valor de 2009.

Entendemos que a melhoria dos investimentos em Angola não deve ser apenas quantitativa, mas igualmente qualitativa, os investimentos devem ser canalizados para os sectores económicos considerados estratégicos pelo Governo angolano, contribuindo, desse modo, para a diminuição das assimetrias regionais e o aumento das capacidades produtivas nacionais e do emprego. Os investimentos por países diversificam, no entanto, a maior parte desses países possuem investimentos no sector da construção civil.

Relativamente ao comportamento global do IDE, verificou-se uma tendência quase generalizada para o crescimento, mas com períodos elevados de oscilação, geralmente, apresentando uma postura gráfica inflexionada para cima, entre 2003 a 2006 conforme o quadro abaixo, cabe salientar que os dados referem-se somente aos 12 países seleccionados que mais investiram em Angola no período em análise:

⁵⁸ Director-geral dos Negócios Estrangeiros do Reino Unido. Ver: Jornal de Angola, Quinta-feira, 4 de Novembro 2010, Página 11.

⁵⁹ Organizada pela ANIP conjuntamente pelo Jornal económico “Expansão”, de Angola, o “Diário Económico” de Portugal e pela Câmara de Comércio de Portugal. Alinha-se a isso também a FILDA, Constrói Angola, EducAngola, etc.

Quadro 18 - Evolução do IDE em Angola 2000 a 2006

IDE Global	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total	%
Construção	2.914,00	1.500,00	4.366,00	19.444,00	50.257,00	2.187.331,00	126.705,00	2.392.517,00	73%
Indústria Extractiva	0,00	0,00	0,00	0,00	21.462,00	17.591,00	71.180,00	110.233,00	3%
Indústria Transformadora	41.458,00	550,00	8.544,00	83.626,00	92.584,00	72.589,00	72.157,00	371.508,00	11%
Transporte, Armazenagem e Comunicações	0,00	0,00	0,00	1.295,00	14.306,00	6.095,00	12.791,00	34.487,00	1%
Comércio	1.413,00	0,00	3.841,00	2.757,00	10.341,00	39.536,00	26.404,00	84.292,00	3%
Actividades Financeiras	250,00	0,00	250,00	0,00	0,00	218,00	6.517,00	7.235,00	0%
Agricultura, Pesca e Sicultura	0,00	0,00	0,00	0,00	116,00	5.700,00	0,00	5.816,00	0%
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	250,00	0,00	0,00	0,00	100,00	420,00	3.674,00	4.444,00	0%
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados a Empresas	145.218,00	7.858,00	16.108,00	14.257,00	19.485,00	26.523,00	29.645,00	259.094,00	8%
Total	191.253,00	9.908,00	33.109,00	121.379,00	208.435,00	2.349.883,00	345.399,00	3.269.626,00	100%

Fonte: Elaboração Própria com Dados da ANIP.

A análise efetuada concernente ao peso relativo de cada país por sector para o período 2000 a 2006 em Angola teve por base o cálculo da divisão do peso relativo do IDE sectorial de cada país pelo peso do IDE sectorial total. Assim, os valores superiores a um (1) significam que o IDE daquele país para o sector em causa foi superior ao valor médio de IDE proveniente daquele país, enquanto um valor inferior à unidade tem o significado oposto.

Quadro 19 - Peso Relativo por país por sector 2000-06 em Angola

Sectores	África do Sul	Ilhas Britânicas Virgens	China	Panamá	Espanha	EUA	Federação Russa	França	Portugal	Brasil	Reino Unido	Ilhas Cayman
Construção	0,09	0,10	0,29	0,19	0,10	0,24	0,13	0,01	0,60	0,63	0,02	1,36
Indústria Extractiva	14,39	17,94	0,00	2,83	0,25	0,00	1,99	0,00	0,01	0,08	0,36	0,00
Indústria Transformadora	0,18	1,08	4,93	3,18	6,99	5,17	6,59	6,23	3,11	1,33	0,12	0,00
Transporte, Armazenagem e Comunicações	4,91	0,26	17,34	23,22	0,00	0,26	0,00	0,49	3,47	0,35	0,21	0,00
Comércio	3,88	2,10	0,70	0,00	3,61	0,22	0,16	1,11	3,35	13,16	0,00	0,00
Actividades Financeiras	38,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,49	0,00	2,34	0,77	0,00	0,00	0,00
Agricultura, Pesca e Sicultura	40,38	0,00	11,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,32	1,20	24,71	1,87	0,00
Actividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços prestados a Empresas	1,49	1,80	0,10	2,01	0,35	2,84	1,03	3,04	1,03	0,12	12,06	0,01

Fonte: Elaboração Própria com Dados da ANIP.

No **Quadro. 19** se verifica que a relevância do IDE da África do Sul durante o período 2000 a 2006 em Angola teve um peso relativo maior nos sectores primários da economia tendo a agricultura, a pesca e a silvicultura uma representatividade maior. Seguidamente o sector terciário, onde as actividades financeiras tiveram um resultado superior a 1 o que significou que o IDE da África do Sul para o sector em causa foi superior ao valor médio dos investimentos provenientes deste país. A indústria extractiva ocupou o terceiro lugar, seguida dos transportes, armazenagem e comunicações e posteriormente da

actividade comercial e em seguida das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas.

Diferentemente da África do Sul, as Ilhas Britânicas Virgens teve um peso relativo maior no sector da indústria extractiva. O comércio foi a segunda actividade no ranking deste protectorado Britânico seguido das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas e teve ainda a indústria transformadora com um resultado maior do que 1.

Para a República da China a maior relevância do seu IDE se deu nos sectores dos transportes, armazenagem e comunicações, agricultura, pesca e silvicultura e a indústria transformadora.

Relativamente a República do Panamá a diversificação dos seus investimentos foi bem mais acentuado naquele país em detrimento da China cujos investimentos concentraram-se maioritariamente no sector dos transportes, armazenagem e comunicações. O Panamá, embora tenha investimentos nos sectores dos transportes, armazenagem e comunicações, o seu IDE está concentrado maioritariamente nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas, indústria extractiva e a indústria transformadora.

O IDE do reino da Espanha esteve concentrado essencialmente em dois sectores (indústria transformadora e a actividade comercial). A par disso, os EUA tiveram também o seu IDE em basicamente dois sectores (indústria transformadora e as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas) apresentando ambos os países um relativo conservadorismo em termos de investimentos.

A Federação Russa, teve o IDE durante o período em análise maior significado no sector da indústria transformadora, com uma relevância maior em termos de diversificação em comparação com os dois últimos países (Espanha e EUA), sendo o segundo sector visado o da indústria extractiva e o terceiro sector cujas actividades são concernente a gestão imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas. Semelhantemente a Rússia, a França durante os anos 2000 a 2006 exceptuando os investimentos no sector petrolífero sua maior participação em termos de IDE sectorial foi no sector da indústria de transformação, seguidamente das actividades ligadas a indústria extractiva, contudo, os serviços de alojamento e restauração vinculados a restaurantes e similares foi também uma especialidade visada pelos investidores franceses.

Os investimentos lusitanos em Angola apresentaram no período considerado um peso elevado na indústria transformadora, transporte, armazenagem e comunicação e comércio, mais por outro lado, teve pouca expressão nos sectores da indústria extractiva e agricultura, conforme o quadro acima. Para o Brasil a maior relevância do IDE em Angola recaí

principalmente para as actividades comerciais e em segundo plano as actividades de alojamento e restauração vinculados a restaurantes e similares, semelhantemente a França.

O Reino Unido guiou-se mais para às actividades ligadas as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas, embora tivessem a semelhança do Brasil e da França uma relativa aposta no sector dos serviços ligado a alojamento e restauração. Por fim, as Ilhas Cayman tiveram a maior parte do seu IDE direccionado ao sector da construção civil durante o período em análise.

O facto constatado leva-nos a concluir que existe uma diversificação em termos de canalização do IDE por parte dos países de origem. Esta evidência indicia elementos importantes pois denota-se motivações e determinantes diferentes ao nível sectorial cujos países preferem.

3. Os Impactos Directos do IDE na Economia Angolana

A relevância dos estudos feitos sobre o IDE reside em saber os impactos que os mesmos causam ao nível da economia real, sobretudo, os benefícios gerados para população. Neste contexto, vamos procurar analisar nesta parte do nosso trabalho o impacto do IDE em Angola. Segundo o coordenador da ANIP, (Aguinaldo Jaime), Angola está na linha da frente na atração de investimentos privados. E isto numa altura em que os fluxos globais de IDE se mostraram, no segundo trimestre de 2010, em declínio em 25% em comparação com o trimestre anterior segundo os dados da ANIP.

Alguns autores sugerem que a contribuição líquida do IDE no crescimento económico só pode ser medida empiricamente. Caetano e Galego (2006), apontam que a literatura empírica no crescimento económico dos países de destino sugere que o impacto do IDE seja significativo, no entanto, segundo os mesmos autores, crescimento económico nem sempre é sinónimo de uma melhoria do bem-estar das condições de vida da população.

No que tange aos benefícios do IDE, Gama (2005:47) sustenta que na economia, o IDE poderá gerar novas oportunidade para as empresas nacionais, na medida em que muitas dessas empresas são fornecedoras das empresas de investimento estrangeiro, ou então pelo facto de que os produtos da empresa estrangeira poderão proporcionar possibilidades para o desenvolvimento de novas actividades.

Fernando Heitor⁶⁰ entende que o Estado deve funcionar como o grande catalisador do investimento privado, o fermento que faz crescer a economia, através de políticas económicas

⁶⁰ Fernando Heitor, economista, ex-vice-ministro das Finanças. Trecho da entrevista concedida. <http://economiaemercado.sapo.ao/Visualiza%C3%A7%C3%A3odeArtigos/tabid/233/ArticleId/276/Investimento-Privado-em-Angola-Quando-o-bastante-ainda-nao-chega.aspx>, acedido em 30.02.2011

favoráveis à actividade empresarial privada, uma vez que, “o sector privado é o que provoca mais rapidamente o desenvolvimento de uma economia, sendo o que mais emprego cria e que mais contributo fornece ao aumento da produtividade, ou seja, ao valor acrescentado bruto e ao rendimento nacional”.

A entrada de EMN's é capaz, segundo a OCDE (2008), de proporcionar salários mais altos e, possivelmente, condições de trabalho melhores devido a sua maior produtividade que, por sua vez, é explicada pelo *know-how* e práticas modernas de gestão que permite competir interna ou externamente e compensar os custos das diferentes actividades de coordenação entre os países. Esta transferência de tecnologia e *know-how* entre as empresas pode dar origem a benefícios directos e indirectos.

O antigo secretário das Nações Unidas, Koffi Annan (2003) resumiu a importância do IDE para as economias em desenvolvimento como causadora de um enorme potencial de criação de empregos, aumento da produtividade, valorização das exportações e a transferência de tecnologia.

Neste contexto, entendemos que o IDE além de amenizar a importação por parte das empresas estabelecidas no mercado nacional, pois os custos de importação reduzem-se simplesmente pelo facto de que, o que era importado passa a ser produzido internamente, fazendo com que as empresas bem como as famílias passassem a comprar internamente o que outrora importavam, também proporciona a queda no ritmo da inflação.

Em Angola, desde o ano 2002 além do ambiente político estável, o IDE também influenciou a queda sucessiva dos elevados índices de inflação, sobretudo, pela escassez de bens e os “enormes desequilíbrios orçamentais, juntamente com os consideráveis défices das operações do banco central, minaram a estabilização dos preços” de acordo com a OCDE (2006).

Os preços dos produtos de primeira necessidade eram inflacionados constantemente, a produção de máquinas e equipamentos industriais eram precários porque as condições que o país atravessava não possibilitava o investimento nas infraestruturas e as poucas indústrias deixadas pelos colonos portugueses encontravam-se debilitadas ou pela guerra civil, ou ainda pela falta de capacidade interna em manusear tais equipamentos e principalmente por falta de reinvestimento nas infra-estruturas.

A par disso, a desestruturação do sector produtivo no qual continuava a despontar um peso gigantesco da economia mineira com características de enclave, dificultou consideravelmente a diversificação das fontes internas de criação de riqueza e por conseguinte, reduziu a capacidade interna do Estado em intervir de forma estruturante na

economia geral para criar empregos porque, essa mesma economia, essencialmente mineira, continuou dominada pelo sector petrolífero, bastante exigente em termos de qualidade da mão-de-obra especializada que, infelizmente, também não abundava no país. Foi essa a realidade que configurou o quadro no qual, a maior parte da riqueza da economia passou a ser produzida por um nicho de actividade quantitativamente exíguo mas, de grande rendimento, absorvendo uma massa da força de trabalho activa muito escassa mas, com custos nominais muito elevados e de difícil substituição. Dito de outra maneira, o sector real da economia angolana polarizara-se em dois grandes esteios:

- i. um primeiro, constituído pela actividade mineiro-extractiva petróleo e diamantes, embora neste último caso com menor peso, por força da persistente influência da insegurança nas zonas de exploração formal, por um lado, e um “assalto” desenfreado da actividade informal, por outro, albergando pouca mão-de-obra interna mas, fundamentalmente especializada, auferindo por isso os melhores salários e detendo – também por isso – uma maior capacidade de poupança, de consumo e de investimento individuais e;
- ii. um segundo, constituído pelas actividades produtivas marginais como agricultura, construção civil, pescas, comércio e serviços, albergando o grosso da população activa mas, atingindo níveis de criação e redistribuição de rendimentos, muito aquém do primeiro.

Por conseguinte, concentrou-se no último esteio um enorme “exército industrial de reserva”, tecnicamente subaproveitado, essencialmente pobre, com uma capacidade de poupança ínfima e que reunia todos os pressupostos para materializar o chamado ciclo vicioso da miséria, ou seja, homens que produzem pouco por serem demasiado pobres e que são demasiado pobres, exactamente porque produzem pouco.

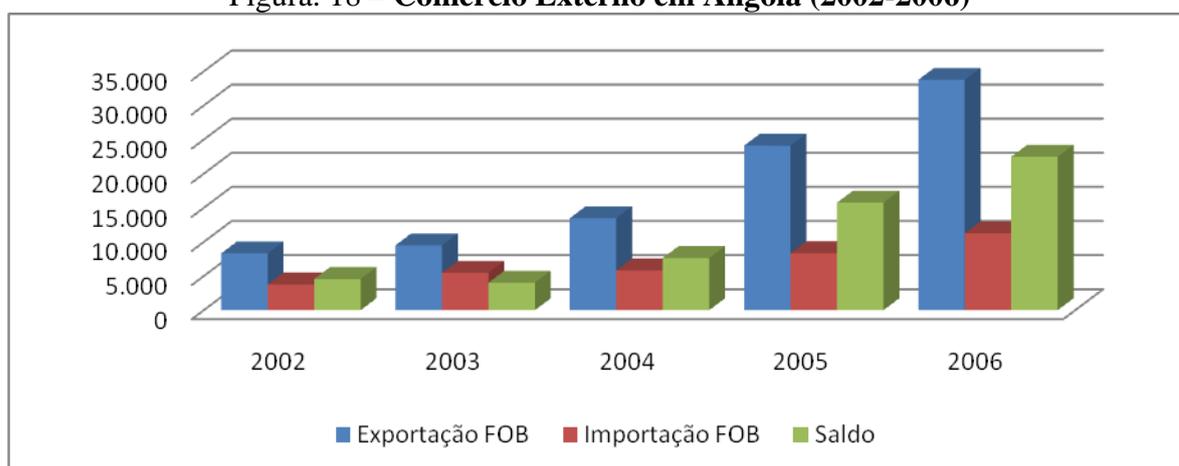
A partir de 2004 a inflação começa a declinar significativamente, o novo clima de paz, a entrada em massa de investimentos estrangeiros, a intensificação das relações comerciais, bem como as políticas monetária do banco central passaram a contribuir para a queda da inflação, este acabou por ser o primeiro impacto, o IDE permitiu ainda a reconstrução de parte da base produtiva e isso contribuiu para a estabilização da oferta e redução da inflação.

O IDE também serviu de catalisador do dinamismo do crescimento económico, indispensável para Angola reduzir os índices de pobreza. Além disso, impulsionou a economia para um crescimento sustentado através da transferência de tecnologia e

conhecimento para as economias locais trazendo benefícios para os consumidores dentro do país, permitindo adquirir produtos de maior qualidade, o IDE influenciou ainda a economia hospedeira no saldo da balança de pagamentos do país de acolhimento, uma vez que os *deficits* comerciais angolano podiam ser um obstáculo real para o desenvolvimento do país. Se os investidores nacionais importassem mais que exportam, o IDE poderia acabar piorando a situação comercial do país.

Os indicadores do FMI e do Ministério das Finanças, de Angola (2009) evidenciam que a posição externa do país apresentou uma melhoria significativa nos últimos anos. Angola é o país que apresentou o maior excedente da balança corrente⁶¹ (16,1%) em 2005 e (18% do PIB) em 2007 em virtude do aumento das exportações de crude, em volume e em valor. Os dados da EIU (2006) fazem referência de que os E.U.A representaram o principal destino das exportações angolanas (39% do total, devido ao petróleo), já a China aparece anualmente conquistando espaço nas relações comerciais com Angola. O crédito Chinês em Angola tem sido apontado como o fomentador dessas relações, em 2005 a China ocupava o 2º lugar, depois dos EUA no qual as exportações angolanas se dirigiam com 29%. Na lista dos principais fornecedores para Angola encontrava-se na primeira posição Portugal seguido da África Sul, EUA e Brasil⁶², há ainda uma tendência de crescimento no comércio externo. O saldo da balança comercial tem tido sequencialmente uma posição superavitária, o que constitui um dado importante para as futuras importações.

Figura. 18 – Comércio Externo em Angola (2002-2006)



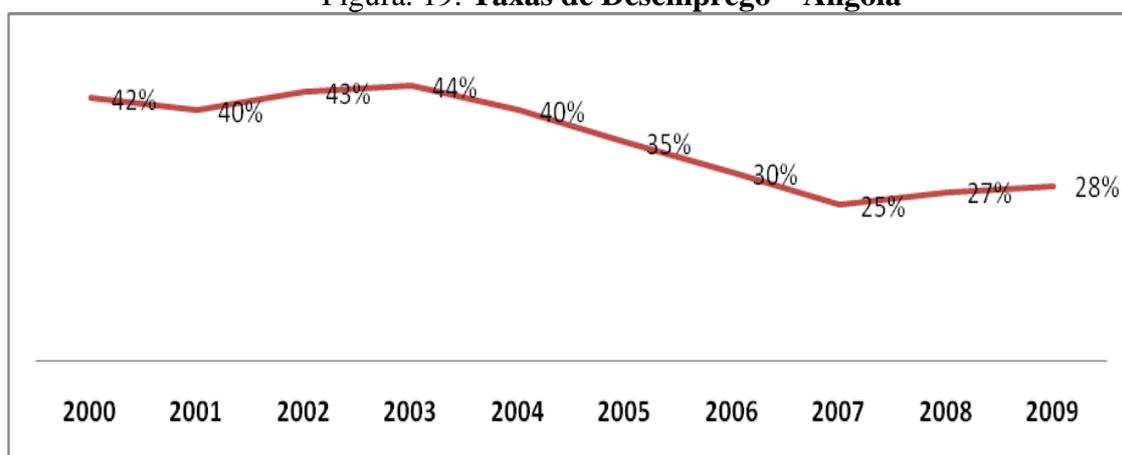
Fonte: EIU (2006)

⁶¹ Em termos de comparação com os países africanos exportadores de petróleo mais precisamente: Nigéria, Congo, Gabão e Guiné Equatorial. Para mais informações ver: http://www.bfa.ao/Uploads/Angola_De08.pdf, acedido 23.09.2010.

⁶² Ver: a Ficha de Mercado da República de Angola, 23.04.2008/Documento1/PPG

O IDE na economia nacional no entender de Aguinaldo Jaime⁶³ no Fórum de investimentos e promoção de parcerias (Angola-Japão)⁶⁴ realizado em Luanda no ano 2010, “64% do capital investido é privado nacional e que 32% é de origem estrangeira, sendo que todos esses recursos foram aplicados na indústria transformadora”. Esses investimentos segundo Aguinaldo Jaime geraram 11 mil empregos dos quais 608 postos de trabalho fora do sector petrolífero, naquele ano. Portanto, constata-se que o IDE tem uma relação directa com a diminuição das taxas de desemprego no país, permitindo o acesso a renda e consequentemente ao consumo de bens e serviços.

Figura. 19: Taxas de Desemprego – Angola



Fonte: CEIC, 2010

Ressaltar ainda que os dados dos níveis de desempregos conforme é visível no **Figura.19** ainda é alto e baseando-se nas características populacionais, a maior parte da população está concentrada nas periferias das cidades, principalmente em Luanda em função primeiramente da guerra e posteriormente á busca de novas oportunidades de sustentabilidades, sendo que nas zonas não urbanizadas desenvolve-se uma agricultura incipiente de subsistência, portanto, o IDE torna-se imprescindível, também pelo facto do mesmo fomentar a especialização da mão-de-obra, aumentando desse modo a taxa de alfabetização (Rodriguez-Clare, 1997).

Segundo Moura (2009), citando Ozturk (2007), o IDE fomenta o desenvolvimento económico do país receptor através do aumento da capacidade produtiva devido à melhoria da força de trabalho pela formação obtida. Moura citando Zhang (2001) afirma que o IDE é fonte de crescimento económico porque transporta consigo *know-how* em métodos de produção e de gestão como também trabalhadores já altamente especializados. De acordo

⁶³ Presidente da Agência Nacional de Investimentos Privados (ANIP).

⁶⁴ http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=28593, acessado 10.10.10

com Moura citando (2009) De Mello (1999), espera-se que o IDE melhore os conhecimentos da força de trabalho pela formação que fornece, através da introdução de novos métodos e práticas produtivas e de gestão.

Embora não haja nenhum estudo até agora sobre as consequências sociais do IDE sobre a pobreza, em Angola, pode-se referir que o efeito líquido de IDE sobre a pobreza no país é positivo. O número de novos empregos criados é maior que o número de emprego destruído pela presença de empresas estrangeiras, conforme demonstrados pela ANIP. Esta evidência é baseada em estudos existentes simplesmente usando dados de cross-country. Por exemplo, em seu estudo *cross-country* sobre a Índia, Dollar e Kray (2001) constatam que o IDE como proporção do PIB é significativamente correlacionado com o crescimento do PIB *percapita*. Eles acham que um aumento de 1% no IDE em relação ao PIB resultaria em um efeito cumulativo de um aumento de 13% nos rendimentos médios ao longo de uma década. Andreff (2001) também encontra uma forte relação entre o IDE em relação ao PIB e aumentos no nível de salários por profissão.

Outra evidência é dado pela OCDE (2002), utilizando dados sobre a participação da população que vivem abaixo de 1,00 US\$ por dia e o *stock* de IDE como percentual do PIB em 1995 de 60 países em desenvolvimento apoia a noção do quanto o IDE pode ajudar a reduzir a pobreza e melhorar as condições sociais nos países em análise. Baseado em evidências sobre este assunto, o relatório conclui que os efeitos benéficos do IDE sobre a redução da pobreza potencialmente são mais fortes quando o IDE é empregado como uma ferramenta para desenvolver as indústrias de trabalho intensivo nos países em desenvolvimento.

As propostas de investimentos aprovadas pela ANIP com o consentimento do Estado angolano, já possibilitaram um melhoramento a nível do emprego, os dados estatísticos mostram que durante os anos 2006 a 2010 as empresas cujos investimentos se canalizaram para Angola permitiram a criação de 41.405⁶⁵ empregos directos para cidadãos nacionais.

Embora a criação de novos empregos em Angola seja notória, não é visível a qualidade de vida gerada pela empregabilidade da população activa, isso porque, a rentabilidade oferecida em troca do trabalho não é condizente com o custo de vida local, afinal, Luanda segundo pesquisas de organizações internacionais⁶⁶ é a cidade mais cara do mundo para os expatriados, bem como para os angolanos residentes.

⁶⁵ Este número em termo de empregos criados é tão-somente o resultado do cálculo dos projectos de investimentos aprovados em Angola durante os anos 2006 á Outubro de 2010. Embora, a análise empírica revela que o número de empregos criado todo o ano pelas empresas internacionais tendem a aumentar substancialmente.

⁶⁶ Ver: http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1606953 acedido 26.03.2012

CONCLUSÕES

O período compreendido entre 2000 a 2006 configura-se como marco importante para Angola pelo facto de servir de parâmetro analítico do período pós-guerra. Actualmente, Angola figura entre os Estados africanos mais procurados por investidores privados com pretensão a aplicações de capitais em áreas produtivas.

O último relatório da UNCTAD, apresentado em 2010 coloca Angola entre os cinco países africanos melhor posicionado em termos de atração de IDE, ao lado da África do Sul, Nigéria e Egipto. Esse posicionamento deriva essencialmente do novo momento (paz, estabilidade económica, crescimento das receitas petrolíferas, etc.) que o país atravessa.

No que tange à Lei dos Investimentos Privados aprovada pelo conselho de ministros de Angola, num primeiro momento mostrou-se como uma medida excepcional, que até certo ponto influenciou a decisão do investidor externo em função dos incentivos fiscais e aduaneiros, contudo, dentre as províncias, Luanda foi a que mais beneficiou-se, pois das 718 propostas autorizadas durante os anos 2000 a 2006 dos países investidores, 588 propostas aprovadas concentraram-se na capital angolana. Essa situação permitiu um volume de negócios a nível da capital na ordem de 71,2%, uma concentração absoluta em termos de negócios no país, comparadas as restantes das outras provinciais.

A canalização desses investimentos para Luanda, permitiu também, uma elevação acentuada do seu PIB percapita avaliado em US\$ 3.476,3 em 2006, quando que a média nacional para o mesmo período era US\$ 2.423,00 evidenciado uma taxa de pobreza para Luanda de 49,1 sendo esta a menor taxa registada dentre as 18 províncias no país. Essa informação por si, já constitui-se como referência para apurarmos que a relevância do IDE no período em análise tenha sido concentrada efectivamente para Luanda, daí justifica-se os altos índices de pobreza das restantes províncias consubstanciados na página 44 que faz referência das assimetrias regionais em Angola.

Entendemos que, para que, os impactos do IDE sejam mais evidentes, á necessidade, primeiro da descentralização dos investimentos a nível de Luanda e segundo deverá existir políticas que atraiam para a economia nacional investidores que invistam não apenas em sectores do enclave mais também a nível de sectores dos quais fazem parte o grosso da população angolana como o sector da agricultura, comércio, pescas e serviços, por serem estes, investimentos que incentivam o surgimento de outros núcleos de negócios.

As medidas tomadas pela ANIP constituem-se como elementos importantes para aquilo que são os objectivos do governo de Angola para a atracção do IDE, contudo uma reformulação dos marcos para atracção do IDE seria pertinente.

Entre os anos 2000 a 2006 a maior parte das propostas de investimentos aprovadas estiveram ligadas consideravelmente à construção, tendo as Ilhas Cayman como maior proponente e conseqüentemente com o peso relativo mais representativo em termos de IDE na análise global. Em termos sectoriais, a construção e as actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados a empresas, tiveram maior representatividade.

Este facto resume-se:

- (i) pela necessidade de reconstrução das infraestruturas causadas pela guerra civil durante os longos anos de guerra, tais como os hospitais, escolas, centros comerciais, estradas, pontes, novos edifícios (particularmente, a construção da “nova cidade de Luanda”);
- (ii) a construção dos novos estabelecimentos empresariais públicos e privados, que ligados aos novos pólos de desenvolvimento empresarial regionais conforme a proposta da ANIP;
- (iii) pela carência de habitações condignas para uma nova classe que emerge em Angola;
- (iv) e constituiu-se em Angola um mercado imobiliário atractivo puxado sobretudo pela procura da nova classe empresarial cujos investimentos são canalizados para o país;

Contudo, entendemos que os impactos significativos do IDE em Angola, sobretudo, aqueles não atrelados ao sector do enclave, começaram a ter uma certa relevância a partir de 2007, quando a consolidação dos investimentos passou a criar mais-valia na economia real, no entanto, o sector do enclave pelas características intrínsecas é individualmente o que melhor se distingue dos demais a nível, por exemplo, de pagamentos de salários e certas regalias vinculadas aos seus efectivos, cremos que os impactos a nível da sociedade terá um carácter a longo prazo.

A evidência empírica analisada no presente trabalho permite-nos concluir que:

1. O IDE tem-se mostrado pouco sensível as medidas tradicionais de incentivos em Angola, por via disso, o pacote de incentivo tem-se revelado ineficaz para deslocar o investimento para as zonas prioritárias definidas pelo governo angolano, daí resultando a sua concentração na capital (Luanda).

2. Desde 2002 a 2006 o IDE está concentrado ao processo de reconstrução nacional tendo como sectores chaves a “construção civil” ligados à gestão imobiliária que consequentemente abrange apenas uma parcela reduzida das famílias com poder financeiro em Angola, originando a fraca ligação com a sociedade em geral e não há nenhuma evidência de que o IDE esteja a gerar investimento doméstico.
3. Embora tenha aumentado significativamente o volume das exportações (2000-2006), o impacto no crescimento e na balança de pagamentos foi limitado, face a livre possibilidade de repatriamento dos lucros e alto grau de concentração e especialização, o que limita o escopo de substituição de importações e aumenta a volatilidade dos ganhos de exportações.
4. O desenvolvimento do interior angolano vai ser sempre uma prioridade menor, por que faltam os factores essenciais e as condições básicas para atrair actividades e investimentos que contribuam para mitigar os actuais profundos desequilíbrios. Os investimentos estruturantes em capital físico e capital humano acabarão por ser sempre insuficientes para inverter o sentido, a intensidade e a orientação do crescimento económico.

Ainda em perspectiva de análise gostaríamos de referir que o Estado angolano deverá fazer um esforço para a minimização dos excessos burocráticos na fase de constituição das empresas, entendemos que a adopção ampla e irrestritas de algumas medidas adoptadas internacionalmente pode eliminar as burocracias e os custos, de facto, em comparação com os *standards* mundiais, os custos de abertura de uma empresa em Angola são ainda elevados. Mesmo a nível da África subsariana, o país encontra-se em desvantagem, atrás de países como Nigéria, Burquina Faso, Burundi, Botsuana e África do Sul.

Outro pormenor imprescindível está relacionado como baixo uso de meios tecnológicos por parte dos órgãos públicos, tendo como reflexo uma incipiente oferta de serviços disponibilizados via Internet, sendo que a maioria das vezes a regularização de documentos para a formalização de abertura de empresas requer sucessivas idas a cartórios e notários para efeitos de registo de documentação.

Por fim, dizer que o objectivo primordial deste trabalho foi o de procurarmos entender os impactos e os determinantes do IDE em Angola durante o período de 2000 a 2006, para isso, recorreremos num primeiro momento, a revisão bibliográfica das teorias elementares do

IDE e posteriormente contextualizámos a realidade angolana identificando os factores determinantes do IDE.

No entanto, o nosso documento certamente apresentará algumas limitações que se deveram, sobretudo, à escassez de dados globais, ausência de trabalhos publicados sobre os impactos do IDE em Angola, bem como a pouca fiabilidade das informações tornadas públicas pelos organismos do governo angolano.

Entendemos que para futuros desenvolvimentos de pesquisas no âmbito do tema proposto seria pertinente que os trabalhos abordassem os tópicos a seguir:

1. Atendo-se ao facto de que os dados que nos conduziram as conclusões apresentadas são concernentes ao período de 2000 a 2006, futuramente, os estudos desenvolvidos deverão ser de um âmbito mais alargado, considerando uma amostra representativa.
2. Dissertamos em torno da problemática do IDE e se percebeu que outros factores que serviram de determinantes dos investidores externos e dentre estes, o estudo não ponderou as capacidades humanas de Angola para fazer frente a um possível aumento de capacidades de atracção do IDE. Neste sentido, sugerimos que se desenvolva um estudo neste âmbito, a fim de apurar esta real capacidade, servindo como base para novas políticas estratégicas.
3. Abordou-se ainda a influência do IDE na redução da pobreza, no entanto, em Angola não existe esse tipo de estudo, portanto seria pertinente que outros autores tivessem isso em consideração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCOLLEY, D. (2003). *The Determinants and Impacts of Foreign Direct Investment—UNSPECIFIED*, 21 Outubro de 2003 MSc EconomicsDissertation- London Metropolitan University, http://mpa.ub.unimuenchen.de/3084/1/MPRA_paper_3084.pdf.

AMAL, M. & SEABRA, F. (2007). *Determinantes do Investimento Directo Externo na América Latina: Uma Perspectiva Institucional*, 15p.

ANIP (2007) Relatório de Dados Estatísticos: Investimentos Estrangeiros em Angola.

ANIP (2009) Legislação e Incentivos Fiscais e Aduaneiros, <http://www.anip.co.ao/Legislacao/Incentivos-Fiscais-e-Aduaneiros.aspx>, Acedido 23.10.2011

Angola Country Economic Memorandum: Oil, Broad-Based Growth, and Equity, October, (Africa Region: Macroeconomics 1), Document of World Bank, 2006. www.scribd.com/.../Angola-Oil-Broadbased-Growth-and-Equity, Acedido no dia 05.04.2010.

ANDREFF, W.(2001). *As Multinacionais Globais*. Ed. La Découverte, Paris.

ANNAN, K. (2003), *“A Challenge to the World’s Scientists”*. **Science 299**,

ATSUMI, S. Y. K. (2006). *Estratégia de Internacionalização de Empresas Brasileiras: O Processo de Investimento Externo Directo*, Dissertação de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial, Universidade Estácio Dá, Rio de Janeiro.

Banco Mundial (2010): <http://www.doingbusiness.org/exploreconomies/?economyid=7>, Acedido em 2010.

BILA, C. R. (2008). *O Impacto do Investimento Directo Estrangeiro e da Abertura Comercial no Crescimento Económico de Moçambique 1991-2006*, Universidade Eduardo Mondlane.

BRANCO, M.C. (2007). *Desenvolvimento, Sudesenvolvimento e Democracia em África*. Universidade de Évora, Departamento de Economia.

CAETANO, J. M & GALEGO, A. (2006). *Investimento Directo Estrangeiro e Desenvolvimento Humano em África*. Universidade de Évora e Cefage-UE, 2º Congresso Lusófono de Ciência Regional.

CARNEIRO, J & DIB, L. A. *Avaliação Comparativa do Escopo Descritivo e Explanatório dos Principais Modelos de Internacionalização de Empresas*. Revista Electrónica de Negócios Internacionais da ESPM, São Paulo, v.2, n.1, p. 1-25, 2007.

CIA World Fact Book. Angola. <https://www.cia.gov/library/publications/>, Acedido em 2010

Centro de Estudos e Investigação Científica, (2009) *Relatório Económico de Angola 2008*, da Universidade Católica de Angola.

Centro de Estudos e Investigação Científica, (2010) *Relatório Económico de Angola 2009*, da Universidade Católica de Angola.

Centro de Estudos e Investigação Científica, (2011) *Relatório Económico de Angola 2010*, da Universidade Católica de Angola.

COELHO, F. (2001). *Sistemas Financeiros e Desenvolvimento Económico: Angola no Contexto Africano*. Coleção Vega Universidade, 2ª edição.

CORDEN, W. M. (1974). *The Theory of International Trade*. In Dunning, J. H., editor, Economic Analysis and the Multinational Enterprise. George Allen & Unwin Ltd., London.

CHANDLER, Jr., Alfred. (1962). *Strategy and Structure*. (s-loc.) Doubleday & Co. (*apud*, Hymer, 1970).

CHIRINKO, R.S. (1993). *Business Fixed Investment Spending: Modeling strategies, empirical result, and policy implications*. Journal of Economic Literature. v. 31, dec, p. 1871-1911.

DOLLAR, D. and KRAAY, A. (2000) "*Growth is Good for the Poor*." World Bank Policy Research Working Paper, Development Research Group, the World Bank, Washington, D.C.

DUNNING, J. H. (1988). *Explaining International Production*. Unwin Hyman, London.

DUNNING, J. H. (1973). **The Determinants of International Production**. Oxford Economic Papers, 25:289-325.

DUNNING, John H. (2004). **Institutional Reform, FDI And European Transition Economies**, R. Grosse (ed) **International Business and Governments in the 21st Century**, Cambridge University. http://www.publiccitizen.org/documents/peoples_portuguese_web.pdf.

EIU (2006) The Economist Intelligence Unit: **Angola Ficha de Mercado**, Janeiro 2010

ENDIAMA (2011). Empresa Nacional de Diamantes de Angola, E.P <http://www.endiama.co.ao/luarica.php>, Acedido 25.08.2011

Evolução dos Preços do Petróleo

<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,petrobras-perde-r-285-milhoes-em-2011-com-politica-de-precos-,58265,0.htm>, Acedido em 2011.

FERREIRA, M. E. (1993). **“Angola: Política Económica Num Contexto de Incerteza e Instabilidade”**, CESA, Documento de trabalho n° 29.

FERREIRA, M. E. (1997). **A Indústria em Tempo de Guerra (Angola 1975-91)**, Ed. Cosmos / Instituto de Defesa Nacional, Lisboa.

FEDDERKE, J. (2002). **Toward an Understanding of the Growth Absence: Reviewing the Evidence that can Account for the Poor Growth Performance of South African Economy**, ERSA, University of the Witwatersrand

FUCIDJI, J. R. (1998). **Investimento Directo Estrangeiro na Indústria Brasileira: determinantes e características, com um estudo das estratégias empresariais e impactos na indústria autoveículos** (1990-1996), Dissertação de Mestrado em Economia, UNICAMP.

GAMA, A. N. P. (2005). **FDI In Angola Constraints Encountered By “Investors In The Angolan Territory”**: Advantages And Implications Of FDI To Angola, University Of Western Cape.

GLOBAL Witness (2009). **IFM risks condoning corruption with new loan to Angola**. Nota da imprensa, 5/Novembro.

GLOBAL Witness (2010). “Link between Angolan president’s son-in-law and state oil company raises questions about transparency”. Acedido em 09.10.2010.

HYMER, S. (1960). The International Operations of National Firms: A Study in Direct Investment. PhD thesis, MIT, Cambridge.

HYMER, S. Empresas multinacionais: a internacionalização do capital. Rio de Janeiro: Graal, 1978. Capítulo 1. O impacto das empresas internacionais. p.11-35.

HIRSCH, S. (1976). An International Trade and Investment Theory of the Firm. Oxford Economic Papers, 28 (2):258 – 270.

HIRATUKA, C. (2002). Empresas Transnacionais e Comércio Exterior: uma análise das estratégias das filiais brasileiras no contexto da abertura econômica. 2002. 112p. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, UNICAMP.

IFM (2009). IFM lends Angola US\$ 1.4 billion to support reserves, reforms. Nota de Imprensa. 26/Novembro.

JORNAL Oficial da República de Angola, Sexta-feira, 29 de Outubro de 2010, página 10.

JENKINS, C. and THOMAS, L. “Foreign Direct Investment in Southern Africa: Determinants, Characteristics and Implications for Economic Growth and Poverty Alleviation”, Final Report, October, Globalization and Poverty Project, Centre for the Study of African Economies, University of Oxford. 2002.

KUMAR, N. (2001). WTO’s Emerging Investment Regime: Way Forward for Doha Ministerial Meeting’, in Economic and Political Weekly.

LALL, Sanjaya. (2000). Foreign Direct Investment and Development: Policy and Research Issues in the Emerging Context, Working Paper n°43, Queen Elizabeth House, University of Oxford, 27p.

MAKOLA, M. (2003). *The Attraction of the Foreign Direct Investment (FDI) by the African Countries*. Biennial ESSA Conference: Sommerset West: Cape Town, 17-19 September.

MASAYUKI, H & F. IVOHASINA (2005), “The Determinants of Foreign Direct Investment into Japan,” Kobe University Economic Review 51.

MARKOWITZ, H. M. (1959). Portfolio Selection. Efficient Diversification of Investments. Wiley, New York.

MEDEIROS, E. R. (2003). Economia Internacional, 7ª Edição (revista e Ampliada) Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, Dezembro.

MOURA, R.F.V. Impacto do IDE no Crescimento Económico do País receptor – Teoria e Evidência Empírica, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, 2009

MENEZES, S. Sociedade e Economia de um País Nascente. Ed. Universidade de São Paulo, Tese de Doutoramento, 2000

NASCIMENTO, L. Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008.

NORONHA, A. G. D. Os Determinantes Macroeconómicos do Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique, Monografia, Universidade Eduardo Mondlane, 2009.

NUNNENKAMP, P. (2004). “To what extent can FDI help achieve international development goals?”. *World Economy*, vol. 27 (5), pp 657 - 677

NONNENBERG, M. J. B., MENDONÇA, M. J. C. Determinantes dos Investimentos Externos em Países em Desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 18p. (Texto para discussão, N° 1016)

OCDE (2008) Benchmark Definition of Foreign Direct Investment – 4th Edition

OCDE (2006) FDI Statistics: A Critical Review and Policy Implications: Zhan. J.J. Geneva

OECD (2002). “Foreign direct investment for development: maximising benefits, minimising costs”. OECD, Paris

OECD (2002). **Foreign Direct Investment for Development Maximising Benefits, Minimising Costs**. Overview, Paris: OECD Publications.

OHLIN, B. (1933). **Interregional and International Trade**. Cambridge: Harvard University Press.

OMOBITAN, O. A & OMONIYI, B. B. (2011). **The Impact f Foreign Direct Investment on Economic Growth in Nigeria**, International Research Journal of Finance and Economics.

PESTANA, N. (2004). **“A Classe dirigente e o poder em Angola”**
http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Nelson_pestana.pdf, 2004. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, Setembro.

PIZARRO, M. (2006). **Mimeo, apresentado na Conferência do Projecto, IEEI**, Março, Luanda-Angola.

PORTER, M. (1998). **Competição: Estratégias Competitivas Essenciais**. 8ª Edição, Ed. Campus, Rio de Janeiro.

PRADHAN, Jaya P. (2002). **Foreign Direct Investment, Externalities and Economic Growth in Developing Countries: Some Empirical Explorations and Implications for WTO Negotiations on Investments**. RIS Discussion Paper, nº 27.

REVISTA EXAME, <http://www.exameangola.com/pt/?i=20008&det=20940&mid=> Acedido em 24.01.2012

Relatório Global da Competitividade 2011/2012 do World Economic Forum, <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/31572>, Acedido 31.01.2012

REVISTA: African Economic Outlook Angola Country Report <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/%20southern-africa/angola/>, Acedido em 2010.

ROCHA, M. J. A. (2007). **Os Limites do Crescimento Económico em Angola – as fronteiras entre o possível e o desejável** – Editorial Nzila, Colecção Universitária nº4.

ROCHA, M. J. A. (2010) *Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Os Factores de Competitividade Territorial* – UCAN, Centro de Estudos e Investigação Científica, Luanda, Angola.

ROCHA, M. J. A. (2008). *Introdução à Economia Internacional e Integração Regional*. UCAN, Centro de Estudos e Investigação Científica, Luanda, Angola.

ROCHA, M. J. A. (2004). *As Questões Macroeconómicas Essenciais do Modelo Estratégico de Desenvolvimento de Angola.*, Luanda

RODRIGUEZ-CLARE, A. (1997). *“Multinationals, Linkages and Economic Development”*. *American Economic Review*, vol. 86 (4), p 852-873

RUSIKE, T. G. (2007). *Trends and Determinants of Inward Foreign Direct Investment to South Africa*, MASTER IN COMMERCE (FINANCIAL MARKETS), Rhodes University, South Africa.

TSAI, P. L. *Determinants of Foreign Direct Investment and its Impact on Economic Growth*. *Journal of Economic Development*, v. 19, n.1, Junho 1994.

UNCTAD (2006). (United Nations Conference on Trade and Development). *World Investment report*, New York.

UNCTAD (2009). (United Nations Conference on Trade and Delopment). *Avaliando o Impacto da Crise Financeira e Económica Actualdos Fluxos Globais de IDE*, publicação das Nações Unidas.

UNCTAD (1998). (United Nations Conference on Trade and Delopment) *A Crise Financeira da Ásia e do Investimento Directo Estrangeiro Uma Avaliação*. NY e Genebra. Publicação das Nações Unidas.

UNCTAD (2008). *A Crise de um Século, a CNUCED Política Briefs No.3*.

UNCTAD (2008). *World Investment Prospect Survey 2008-2010*. NY and Genebra. Publicações das Nações Unidas.

UNCTAD (1996) *World Investment Report 1996*. Investment, Trade and International Policy Arrangements. New York and Geneva: United Nations.

UNCTAD (2006)(United Nations Conference on Trade and Development).FDI/TNC data-base (www.unctad.org/fdistatistics). Acedido em 09.10.2010.

UNCTAD (2007). World Investment Report: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development, www.unctad.org/fdistatistics. Acedido em 09.10.2010.

UNCTAD (1999). Foreign Direct Investment Agreements. In: INTERNATIONAL INVESTMENT AGREEMENTS, 1999. Genebra. *Issues...*Genebra:Unctad,1999.

UNCTAD (2010). *O Quadro Jurídico dos Investimentos Privados em Angola*, Conferência Sobre Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas, www.unctad.org/en/docs/dtlktcd20101_en.pdf. Acedido no dia 15.06.2011

VERNON, R. (1966). *International Investment and International Trade in the Product cycle*. Quarterly Journal of Economics, v.80, n.2, p190-207.

WAFURE, O. G, & NURUDEEN, A. **Determinants of Foreign Direct Investment in Nigeria: An Empirical Analysis**, Vol. 10, p.26 (Ver 1.0), Global Journal of Human Social Science, April 2010

WILLIAMSON, J. (1996). *Economia Aberta e a Economia Mundial: um texto de economia internacional*. Campus, Rio de Janeiro.

WITOLD, J. H. (2003) The Wharton School, University of Pennsylvania, **Journal of International Business Studies**, 34, 173–184

World Investment Report (2007)

World Bank (2007). The World Development Indicators 2007, CD-ROM Version. Washington: The World Bank

World Economic Outlook, April 2009, International Monetary Fund

World Economic Outlook, September 1993, International Monetary Fund

ANEXO I

Tabela 1: Fluxo de Entrada de IDE por Regiões, 1995-2006 (Mil Milhões de Dólares Americanos)⁶⁷

Fluxo de Entrada de IDE							
Região / Economia	1995-2000 (media annual)	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Economias Desenvolvidas	543,9	609,9	442,3	361,2	418,9	590,3	857,5
Europa	326,2	392,7	314,6	277,1	209,2	495,0	566,4
União Europeia	312,9	381,6	307,3	256,7	204,2	486,4	531,0
Japão	4,6	6,2	9,2	6,3	7,8	2,8	-6,5
Estados Unidos da América	169,7	159,5	74,5	53,1	135,8	101,0	175,4
Outros países desenvolvidos	43,3	50,6	44,0	24,6	66,0	-8,5	122,2
Economias em Desenvolvimento	187,9	212,0	166,3	178,7	283,0	314,3	379,1
África	9,0	20,0	13,6	18,7	18,0	29,6	35,5
América Latina e Caribe	72,6	78,5	54,3	44,7	94,3	75,5	83,8
Ásia e Oceania	106,3	113,5	98,4	115,3	170,7	209,1	259,8
Ásia	105,8	113,4	98,3	115,1	170,0	208,7	259,5
Ásia Ocidental	3,3	7,2	5,6	12,4	20,8	41,6	59,9
Ásia Oriental	70,7	79,1	67,7	72,7	106,3	116,3	125,8
China	41,8	46,9	52,7	53,5	60,6	72,4	69,5
Ásia Meridional	3,9	6,4	7,0	5,5	7,6	9,9	22,3
Ásia Sedoriental	27,9	20,7	18,0	24,5	35,2	41,1	51,5
Óceania	0,5	0,1	0,1	0,3	0,7	0,4	0,3
Economias em transição	8,8	11,6	13,4	24,2	40,3	41,2	69,3
Europa Sedoriental	2,7	4,3	4,3	8,4	13,4	15,1	26,3
CEI	6,1	7,3	9,1	15,8	26,9	26,0	42,9
Mundo	740,7	832,6	622,0	564,1	742,1	945,8	1.305,9

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development, (www.unctad.org/fdistatistics).

⁶⁷ O total mundial dos fluxos de entrada deveria logicamente ser igual ao dos fluxos de saída, o que não é o caso nas publicações que estabelecem esses totais. Segundo Andreff (2001:14) existem algumas explicações para isso: a) os países não aplicam a mesma definição do IDE e de limiares de controlo à entrada e à saída; b) tratam de forma diferente os lucros não distribuídos, os ganhos e as perdas em capital, O IDE imobiliário, tal como o IDE dos paraísos fiscais e centro-bancários *of-shore*; c) as variações sobre as taxas de câmbios actuaem sobre o total mundial calculado em dólares; d) as taxas de câmbio e as suas variações influenciam a conversão do IDE (fluxos e stocks) numa moeda comum, realidade para fins de compilação ou de comparação internacional, frequentemente em dólares.

ANEXO II

Tabela 2: Fluxo de Saída de IDE por Regiões, 1995-2006 (Mil Milhões de Dólares Americanos)⁶⁸

Região / Economia	Fluxo de Saída de IDE						
	1995-2000 (media annual)	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Economias Desenvolvidas	638,5	662,2	488,2	504,0	746,0	706,7	1.022,7
Europa	450,6	454,5	280,0	308,5	394,5	691,2	668,7
União Europeia	421,3	435,0	265,7	286,7	359,9	608,8	572,4
Japão	25,1	38,3	32,3	28,8	31,0	45,8	50,3
Estados Unidos da América	125,9	124,9	134,9	129,4	258,0	-27,7	216,6
Outros países desenvolvidos	36,9	44,5	40,9	37,3	62,6	-2,5	87,1
Economias em Desenvolvimento	74,3	80,6	47,8	45,3	117,3	115,9	174,4
África	2,4	-3,0	0,3	1,3	2,1	2,3	8,2
América Latina e Caribe	21,1	36,5	12,1	21,6	27,8	35,7	49,1
Ásia e Oceania	50,8	47,1	35,4	22,4	87,5	77,8	117,1
Ásia	50,8	47,1	35,5	22,3	87,4	77,7	117,1
Ásia Ocidental	0,8	-1,1	1,5	-2,3	8,1	13,4	14,1
Ásia Oriental	39,6	26,1	27,6	17,4	62,9	49,8	74,1
China	2,0	6,9	2,5	2,9	5,5	12,3	16,1
Ásia Meridional	0,2	1,4	1,7	1,9	2,2	2,6	9,8
Ásia Sedoriental	10,2	20,7	4,7	5,3	14,2	11,9	19,1
Óceania	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,0
Economias em transição	2,0	2,6	4,7	10,8	14,0	14,6	18,7
Europa Sedoriental	0,1	0,1	0,6	0,2	0,2	0,6	0,6
CEI	1,9	2,5	4,1	10,6	13,8	14,0	18,1
Mundo	714,8	745,4	540,7	560,1	877,3	837,2	1.215,8

Fonte: UNCTAD, World Investment Report 2007: Transnational Corporations, Extractive Industries and Development, (www.unctad.org/fdistatistics).

⁶⁸ Os fluxos de IDE (saídas e entradas anuais de capitais a título de IDE) são registados em moeda nacional da Balança de Pagamentos de cada país. Os dados em questão fornecem uma visão truncada do valor do IDE. Este realiza-se pelas saídas de capitais, mais também reinvestimentos dos lucros das filiais estrangeiras, e pelo seu recurso a fundos sobre os mercados financeiros internacionais junto dos sistemas bancários estrangeiros. Estes fluxos não figuram na BP da maior parte dos países de origem, apesar das recomendações do FMI de nela inscreverem os lucros reinvestidos.

ANEXO III

Análise Gráfica do IDE 2000-2006

